

ESPACO RURAL E POBREZA NO
NORDESTE DO BRASIL

Dirceu Murilo Pessoa

Dezembro 1979

S U M Á R I O

S U M Á R I O

PÁGINAS

APRESENTAÇÃO	
INTRODUÇÃO	7
PARTE I - DIVERSIDADE INTRÁRREGIONAL E POBREZA INVARIANTE	16
CAPÍTULO 1 - DIVERSIFICAÇÃO PELA CONFORMAÇÃO NATURAL E PELOS SISTEMAS DE PRODU ÇÃO	18
1 - Diversificação pela conformação natural e pela ocupação	18
1.1 - A zona Litoral-Mata	21
1.2 - A zona Semi-árida	22
1.3 - A zona de expansão da fronteira agrí cola	24
2 - Diversificação pelos sistemas de produção.	25
2.1 - Região do sistema canavieiro	26
2.2 - Região do sistema cacaueiro	28
2.3 - Região agropastoril subcosteira	30
2.4 - Região do sistema gado-policultura .	32
2.5 - Região do sistema gado-algodão	33
2.6 - Região do litoral e serras do norte Cearense	34
2.7 - Região agropastoril sertaneja	35

2.8 - Região de pecuária melhorada	36
2.9 - Região agropastoril extrativista	37
2.10- Região de baixa ocupação do solo	38
CAPÍTULO 2 - UNIFORMIZAÇÃO PELA POBREZA RURAL .	39
1 - Os "pobres" no Nordeste rural	40
1.1 - Os assalariados concentrados sobretudo na zona Litoral-Mata	41
1.1.1 - Os permanentes ou "fichados".	41
1.1.2 - Os temporários ou "clandestinos"	44
1.2 - Os pequenos produtores disseminados sobretudo na zona semi-árida	47
1.2.1 - Os proprietários minifundiários	47
1.2.2 - Os pequenos produtores sem terra	49
1.3 - Extrativistas e posseiros avançados na zona de expansão da fronteira agrícola	49
1.3.1 - O morador extrativista	50
1.3.2 - O posseiro nas áreas de frente pioneira	51
2 - A percepção: um beco sem saída?	53
2.1 - A sensação de fatalidade	53
2.2 - As explicações circulares	54
PARTE II - O SISTEMA FECHADO	57
CAPÍTULO 3 - A TERRA: DISPONIBILIDADE, APROPRIAÇÃO E OCUPAÇÃO	60
1 - A disponibilidade do recurso terra	61

2 - Apropriação e ocupação da terra	69
CAPÍTULO 4 - A POPULAÇÃO: OCUPAÇÃO E MOBILIDADE	74
1 - Composição do pessoal ocupado	75
2 - Mobilidade da população	84
2.1 - Mobilidade entre posições na ocupação	84
2.2 - Mobilidade espacial	85
CAPÍTULO 5 - AS FORMAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	87
1 - As formas de produção vigentes	88
1.1 - A produção camponesa	89
1.2 - A produção capitalista	91
1.3 - A produção latifundiária	91
2 - As formas de produção predominantes	92
2.1 - Na zona Litoral-Mata	92
2.2 - Na zona semi-árida	94
2.3 - Na zona de expansão da fronteira ...	98
CAPÍTULO 6 - A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL	101
1 - A divisão em cinco estratos	102
1.1 - Os proprietários rentistas	102
1.2 - Os empresários capitalistas	103
1.3 - Os camponeses autônomos	103
1.4 - Os agregados dependentes	104
1.5 - Os trabalhadores assalariados	104
2 - A população por estrato	104
3 - Posições, articulações e tendências	106
4 - Estratificação social e pobreza	111

CAPÍTULO 7 - POBREZA, SOBRETALHO E PRODUTIVIDADE	116
1 - Perequação da pobreza rural	117
2 - Identificação de um sobretrabalho rural ..	121
3 - Sobretrabalho ou baixa produtividade?	128
4 - Dispositivos de extração de sobretrabalho .	131
5 - Observação final	131
PARTE III - O SISTEMA ABERTO	137
CAPÍTULO 8 - AMBIENTE CIRCUNJACENTE: ESFERAS , DISPARIDADES, ARTICULAÇÕES	140
1 - Espaço rural e ambiente regional	141
2 - Espaço regional e ambiente nacional	149
3 - Espaço nacional e ambiente exterior	160
CAPÍTULO 9 - O CONFRONTO DOS DISPARES	168
1 - A captação de valor	170
1.1 - Perequação da taxa de lucros e repartição da massa de mais-valia	172
1.2 - Transferência de mais-valia e trocas desiguais	174
2 - A captura da fonte de valor	174
2.1 - Seletividade do destino: a região Sudeste e o estado de São Paulo	181
2.2 - Seletividade na origem: os ativos ..	183
2.3 - Dispositivos da acumulação primitiva?	185
3 - Marco histórico das disparidades	187

CAPÍTULO 10 - AS INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS .	197
1 - A rutura do círculo e a marca da <u>contradi</u> ção	198
2 - Lenha na fogueira ou água na fervura?	200
3 - Ótica "global" ou pobreza rural?	201
4 - A emergência do Banco Mundial	203
5 - O signo da ambiguidade	205
5.1 - Programas "nacionais" ou "especiais"?	205
5.2 - Compromisso com público-meta ou caça a recursos financeiros?	206
5.3 - Organização do público-meta ou buro- cratização governamental?	206
5.4 - Partir dos "dados" ou intervir nos "dados"?	208
CONCLUSÕES	213
ANEXOS	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	232

A P R E S E N T A Ç Ã O

As raízes mais remotas deste estudo vagueiam em vastas regiões inconscientes de onde me brota sem cessar o sentimento de inconformismo em face da manifestação da pobreza, fenômeno, todavia, que por generalizado e crônico, chega a ser tão "natural" e até "característico" em minha região de origem, o Nordeste do Brasil.

No início dos anos 60, começo de minha vida profissional como técnico da SUDENE, iniciou-se também para mim o desafio profissional que perdura até hoje: o de compreender e explicar essa situação em uma perspectiva que possa ajudar a superá-la.

Meu contato profissional inicial foi com o campo que seria depois o espaço crítico dos desafios com que me defrontaria: o meio rural nordestino. Por que um espaço crítico?

Em primeiro lugar, por se constituir em uma espécie de nascedouro:

- é o lugar dos primórdios da colonização brasileira;
- é a principal fonte da fonte de todo o valor: o viveiro nacional da força de trabalho;
- é a fonte da pobreza: da própria pobreza rural nordestina e, através dos que buscam fugir dessa pobreza, da pobreza urbana concentrada nas favelas e mocambos das metrópoles brasileiras, a pobreza dos "paus de arara" e, por osmose, a pobreza brasileira.

Em segundo lugar, o estudo da pobreza rural nordestina adquire grande relevância por se situar em uma zona analítica crucial, a da superposição de dois marcos fundamentais do desenvolvimento capitalista:

- o marco setorial da dominação do capitalismo (industrial) sobre a agricultura (capitalista ou a-capitalista);

- o marco espacial do desenvolvimento capitalista desigual reproduzindo, no plano interregional (Sudeste-Nordeste), o padrão de diferenciação internacional (centro-periferia).

Em terceiro lugar, se se pode dizer, com Hirschman 1/, que as definições da política econômica governamental para o Nordeste estão fatidicamente associadas à incidência das secas periódicas, também já se sabe que o flagelo social da seca resulta sobretudo da trama de pobreza rural pré-existente que torna os "flagelados" tão vulneráveis às secas 2/.

Por último, em minhas ocupações correntes na área de consultoria em projetos governamentais de desenvolvimento rural no Nordeste, sentia constantemente a necessidade de "pensar" tais projetos no âmbito de uma compreensão mais ampla do "Nordeste" "rural" que os termos de referência governamentais estabelecidos para tais projetos primam sistematicamente por negligenciar por completo.

Por todas essas razões o tema da pobreza rural nordestina terminou por se impor para mim como dos mais relevantes.

É possível que a demarcação do espaço de meu trabalho traduza uma perspectiva que a alguns parecerá, à primeira vista, estreita, seja no âmbito da explicação da acumulação capitalista seja no âmbito da escatologia socialista. Face ao grande estuário urbano e paulista, onde se adensam às "forças produtivas" e o "proletariado" industrial, o que poderia parecer mais "remoto" do que a "idiotia" rural encurralada na "periferia" nordestina?

1/ A.O. HIRSCHMAN, "Brazil's Northeast", Journeys Toward Progress. N. York, Doubleday, 1965. A tradução brasileira é: Política Econômica na América Latina, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

2/ SIRAC, Caráter e Efeitos da Seca Nordestina de 1970 elaborado por Dirceu PESSOA e Clóvis CAVALCANTI a partir de pesquisa de campo realizada pela SIRAC para a SUDENE, Recife, SUDENE, 1973.

"A pedra que os edificadores rejeitaram tornou-se a pedra angular". Sem dúvida existe pobreza e pobreza rural no Brasil inteiro: aí está o fenômeno do bôia-fria para não nos deixar esquecer (nessa perspectiva muitas das observações tecidas sobre o Nordeste serão válidas para a pobreza rural encontrada no conjunto do país). É conveniente atentar todavia, para as dimensões relativas que o fenômeno atinge no Nordeste, região cuja população representa, como percentagem da população brasileira em 1976, 31 por cento para a população total, 47 por cento para a população rural, e 55 por cento para a população estigmatizada pela pobreza rural. O Nordeste também virou "centro" no Brasil: o da pobreza.

Acho conveniente registrar, enfim, que o sentimento de pertinência territorial - nacional e/ou regional - se constitui em uma dimensão social bastante fundamental que é, pelo menos, tão "natural" quanto possa ser a característica a-pátrida do capital ou a solidariedade supra-territorial do proletariado.

É possível que a dosagem da ênfase regionalista traduza por si só uma questão de "região", por analogia com o que ocorre para as classes sociais nessa "ciência de classe" que é a Economia. Nessa perspectiva parecerá sempre mais "natural" que a postura de denúncia da relação de dominação de uma região sobre outra seja assumida, no Brasil, por um nordestino.

Para a concretização desse trabalho sou devedor de numerosas pessoas e instituições cuja lista completa não caberia decididamente nesta apresentação, o que não desmerece absolutamente a importância de sua contribuição nem invalida o registro de meu reconhecimento.

Não seria justo porém deixar de destacar alguns nomes. Meus companheiros da SIRAC deram sempre prova de generosidade tanto em termos de contribuições diretas e específicas como em termos de compreensão na alocação de

meu tempo às atividades de reflexão de que resultou este trabalho. Olivier Lafourcade e Ricardo Nunes de Miranda me foram sempre dois interlocutores dos mais estimulantes; devo, além disso, à intermediação de Ricardo Miranda, mais do que a pequena ajuda financeira do IPEA, a mobilização dos enriquecedores comentários e críticas de numerosos técnicos dessa instituição, especialmente as de Solano Filardi e Ronaldo Garcia. Amílcar Moreira de Azevedo muito me ajudou na apreciação crítica de meus achados à luz de seu agudo senso de observação e refinada análise das dimensões concretas da realidade rural nordestina. Finalmente Paulo Marcos de Barros e Souza foi um excelente colaborador nas tarefas vitais de prospecção e mobilização bibliográfica e na preparação de grande parte das tabelas apresentadas. O registro dessas contribuições não envolve todavia qualquer responsabilidade dessas pessoas ou instituições pelas limitações do meu trabalho nem por minhas opiniões.

Não posso deixar de reconhecer enfim o quanto Nilda, Carlos André, Luís Henrique e João Paulo souberam me deixar trabalhar tranqüilo.

Recife, fevereiro de 1980

Dirceu Pessoa

I N T R O D U Ç Ã O

O discurso oficial sobre o Nordeste brasileiro carrega sistematicamente em seu bojo a idéia do dualismo econômico segundo a qual essa região é apresentada na perspectiva patológica de um sistema relativamente à parte, que ainda não conseguiu se desenvolver, retardatário, conjunto de vagões vazios puxados pela possante locomotiva paulista.

A impressão que se transmite por esse discurso é a de que se trata de uma situação fortuita e incômoda para toda a nação, situação essa para cuja solução o Governo está permanentemente empenhado na medida do possível. O possível é todavia infelizmente limitado por condicionamentos locais de várias ordens, tais como a dotação de região em recursos naturais, em primeiro lugar, oferecendo restrições de solos e, sobretudo de clima, suscitando o problema das secas periódicas; a qualidade do material humano, técnica e culturamente despreparado; condicionamentos esses que se desdobram em uma lista infindável de "problemas" que dificultam o desenvolvimento rural do Nordeste.

Todos esses problemas, extremamente complexos, estariam merecendo as atenções do Governo através de seus inúmeros programas específicos implantados na região. "Roma não se fez em um dia". Os problemas são difíceis mas vão sendo resolvidos. De qualquer forma o Nordeste já progrediu muito. Que os nordestinos tenham paciência: seu dia de desenvolvimento chegará.

O presente trabalho pretende explorar a perspectiva totalmente diferente de que a pobreza rural nordestina se insere em uma trama muito mais complexa tanto no próprio espaço "rural" e "regional" de sua manifestação imediata como sobretudo no plano da articulação desse espaço com o sistema brasileiro como um todo.

Para a boa compreensão do sentido e do alcance das reflexões desenvolvidas ao longo desse trabalho, pode ser interessante e esclarecedor um exercício prévio

de explicitação teórica e metodológica.

É conveniente, antes de tudo, chamar a atenção para o pano de fundo nacional. Três processos principais devem ser destacados na perspectiva de uma compreensão adequada do "problema" rural nordestino:

- a consolidação definitiva da industrialização como o setor-chave da dinâmica do sistema;
- a urbanização, cuja taxa ultrapassa o patamar de 50 por cento nos anos 60 e atinge 56 por cento em 1970 e 64 por cento em 1976;
- a integração espacial, associada ao desenvolvimento notável dos transportes e das comunicações entre as várias regiões brasileiras.

Isto significa, em primeiro lugar, do ponto de vista setorial, e necessidade de compreender o sistema rural nordestino na perspectiva de um conjunto nacional em que a evolução da agricultura é comandada não pelo desenvolvimento de um capitalismo agrário mas pelo do capitalismo industrial.

Essa observação pode ser melhor explicitada pela necessidade de bem distinguir, por um lado, o modo de produção dominante no conjunto nacional - o capitalismo industrial - e, por outro lado, as diferentes formas de produção vigentes na agricultura nordestina - a capitalista e as a - capitalistas.

Em segundo lugar, do ponto de vista regional, a estruturação da economia está subordinada a uma divisão interregional do trabalho ajustada à lógica de acumulação de um sistema em que o capital está altamente concentrado na região Sudeste, essencialmente no Estado de São Paulo, e

em que a região Nordeste deve se contentar basicamente com a função de fornecedora de mão de obra 1/ .

A pobreza rural nordestina configura-se assim analiticamente como uma zona de superposição de dois processos de denominação: o industrial - urbano sobre o rural - agrícola, do ponto de vista setorial, e do ponto de vista espacial, o da relação centro - periferia em que o núcleo desse centro é constituído pelo estado de São Paulo.

Dentro dessa perspectiva as formas de produção vigentes têm sua existência determinada muito menos por quaisquer "leis naturais" de sua evolução específica do que pelo padrão de sua articulação com o modo de produção dominante . As formas de produção vigentes serão mais ou menos fortalecidas não na medida em que representem uma evolução em direção a um capitalismo agrário mas na medida em que concorram mais ou menos eficazmente para a realização dos objetivos do modo de produção dominante, objetivos esses para cuja realização a forma de produção "capitalismo agrário" não terá de ser necessariamente a mais eficaz.

A pobreza rural nordestina se inscreve nesse contexto não como um atributo de uma população ou de de uma região marginalizada de um processo de desenvolvimento nacional. Ela se configura, ao contrário, como condição e efeito desse processo, a um tempo: ela é o fruto natural de um dispositivo específico de pauperização que é o simples reverso da medalha da acumulação e da concentração espacial e social da renda e da riqueza.

A compreensão desse dispositivo está balizada, neste trabalho, por três marcos analíticos principais..0 primeiro marco diz respeito aos mecanismos de extração de

1/ Ver a respeito, de Tania BACELAR DE ARAÚJO, La division inter-régionale du travail au Brésil et l'exemple du Nord-Est, Paris 1979, mimeo (tese de doutoramento).

sobret^utrabalho . Essa extração tem lugar imediatamente no quadro regional das relações de produção envolvendo proprietários e trabalhadores sem terra e, logo mais a juzante, nos primeiros degraus da articulação com a esfera da circulação, ou seja nas relações entre o sistema rural regional e os varios segmentos do capital a que se vincula imediatamente, notadamente o industrial e o comercial .

O segundo marco diz respeito à captação desse sobret^utrabalho. Nesta altura achei que a dimensão regional devia ser explicitada mas, ao mesmo tempo, procurei e vitar a visão simplista de regiões competitivas na esfera de realização da acumulação, pois tal perspectiva poderia conduzir à falsa impressão de se estar em face de processos antagônicos dotados de estratégias autônomas - qual duas equipes em um jogo de futebol, por exemplo.

Uma esquematização desse tipo pode ser ilustrada pela posição de autores como Wilson Cano, quando afirma, por exemplo, que "a expansão industrial de São Paulo se deu pelo dinamismo de sua própria economia e não, como se poderia pensar, pela apropriação líquida de recursos provenientes da periferia nacional". E mais adiante: " A periferia perdeu o jogo ... " 1/

Uma tal perspectiva, que é a do senso comum, bastante difundida na literatura corrente, teria de conduzir forçosamente a conclusões extremamente desalentadoras. Tudo se passa como se se tratasse de um caso de ineficiência crônica e de incapacidade intrínseca, como se o atraso de um fosse independente do avanço do outro, como se a " perda" de um não tivesse nada a ver com o "ganho" do outro.

1/ Wilson CANO, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1977, p.259

Ora, a história das ciências sociais nos fornece sobejas razões para não nos deixar esquecer de que na nossa sociedade não podemos confiar cegamente no modo de pensar decalcado do senso comum pela razão muito simples de que nem tudo é o que parece. Mais do que isso: as aparências que camuflam o que está por detrás dos fenômenos sociais se constituem frequentemente no principal dispositivo de sua preservação.

Wilson Cano não explica o que ele entende por "apropriação líquida de recursos". Se, com essa expressão, ele pretende se referir ao registro formal das transferências explícitas, ele pode estar incidindo em um raciocínio tão vulgar quanto o que poderia contestar a extração de um sobretrabalho da mão de obra assalariada por parte dos capitalistas sob o argumento de que estes últimos pagam indefectivelmente à mão de obra assalariada, o exato valor de sua força de trabalho.

Esse tipo de argumento é, no fundo muito parecido com o raciocínio desenvolvido pelas potências colonialistas para as quais o "atraso" dos povos colonizados será sempre uma questão de raça, ou de clima, ou de cultura, ou de indolência ou até de maturação (nunca de atrofia!) das forças produtivas, ou o que mais se queira, não tendo nada a ver com a expansão das metrópoles que estarão, ao contrário, prestando sua "cooperação" e "assistência" às regiões "atrasadas".

O referencial teórico que presidirá a essa reflexão será dado basicamente pelos elementos constitutivos da chamada lei do valor e, especialmente, pelo dispositivo dos preços de produção enunciado por Marx no desenvolvimento do Livro III do Capital.

O terceiro marco enfim diz respeito à captura da própria fonte do valor - a força do trabalho - através de um conjunto de mecanismos que lembram muito de perto os que conhecemos na história sob a denominação

obra, quão variadas possam ter sido as fontes e as modalidades de seu suprimento, cada qual a seu tempo: caça ao índio, importação da mão de obra africana, imigração europeia, até se chegar ao viveiro nacional de mão de obra em que foi transformado o Nordeste.

O esquema lógico de investigação percorre aproximadamente o curso seguinte: no ponto de partida, e constatação (Parte I), por trás da diversidade intrarregional (capítulo 1), da dimensão generalizada da pobreza rural aparentemente inarredável (capítulo 2).

Em toda a parte II (capítulos 3 a 7) a pobreza rural é encarada no âmbito simplificado de um sistema fechado cujos elementos são feitos alvos sucessivos de indagações ávidas de explicação: os recursos naturais - a terra (capítulo 3); a ocupação da terra por parte da população (capítulo 4); as formas de produção agropecuárias (capítulo 5) e a estratificação social derivada dessas formas (capítulo 6) à qual se superpõe a complexa trama da pobreza, da produtividade e da extração de sobretrabalho - (capítulo 7).

Na parte III vemos o espaço rural nordestino não mais como um sistema isolado mas em sua articulação com o ambiente circunjacente ao qual começamos por indagar o que é: suas esferas - o "urbano regional", o "nacional", o "exterior" - , disparidades, articulações - (capítulo 8).

A inserção do Nordeste no conjunto nacional maior dominado pelo modo de produção capitalista industrial polarizado pelo estado de São Paulo, na região Sudeste, envolve, pela própria axiomática das disparidades, dois processos altamente desvantajosos para o Nordeste e estudados no capítulo 9: a captação de valor e a captura da própria fonte de valor - a força de trabalho.

No capítulo 10 enfim é posta em relevo a intervenção governamental: qual o seu sentido ? Qual o seu alcance?.

O trabalho é encerrado com a apresentação final das conclusões.

P A R T E 1

DIVERSIFICAÇÃO INTRARREGIONAL E POBREZA INVARIANTE

Nosso contato inicial com o setor rural nordestino pode ser concebido, nesta primeira parte, como a simulação de um relato um tanto despretencioso do que se poderia observar ao longo de uma viagem à área: uma sucessão de diferentes paisagens físicas e humanas e, por trás dessas diferenças, a manifestação invariante de uma pobreza rural crônica. O capítulo 1 se constitui assim no delineamento, em rápidas pinceladas, dos elementos diferenciadores da paisagem interna: a conformação natural, a ocupação humana, os sistemas de produção.

No capítulo 2 nós descobrimos, sob as diferentes matizes da diversificação intrarregional, um triste elemento unificador da paisagem: a pobreza rural sempre reproduzida. Que percepção tem a população rural de sua própria pobreza? Qual o significado dessa percepção? Haverá uma saída para a pobreza rural nordestina?

CAPÍTULO I
DIVERSIFICAÇÃO PELA CONFORMAÇÃO
NATURAL E PELOS SISTEMAS DE PRO
DUÇÃO

O Nordeste é tradicionalmente dividido em três grandes zonas:

- a zona do Litoral - Mata Oriental;
- a zona Semi-Árida;
- a zona de Expansão da Fronteira Agrícola.

Na realidade, os limites entre essas três grandes zonas constituem eles próprios zonas de transição: o Agreste entre a Zona Litoral - Mata e a Zona semi-árida, e ao Norte, o estado do Piauí entre a Zona Semi-Árida e a Zona de Expansão da Fronteira Agrícola.

1 - Diversificação pela conformação natural e pela ocupação

A divisão tradicional praticamente se superpõe à pluviometria (ver Mapa 1) e à geologia - (ver Mapa 2):

- pluviometria superior a 1.000 milímetros e formações sedimentares terciárias na Zona Litoral - Mata;
- zona Semi-Árida correspondente às pluviometrias mais baixas e à base cristalina ou a formações antigas (começo do primário);
- grandes bacias sedimentares constituídas essencialmente de formações secundárias e pluviometria novamente elevada no Oeste.

MAPA 1
NORDESTE: REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO A PLUVIOMETRIA

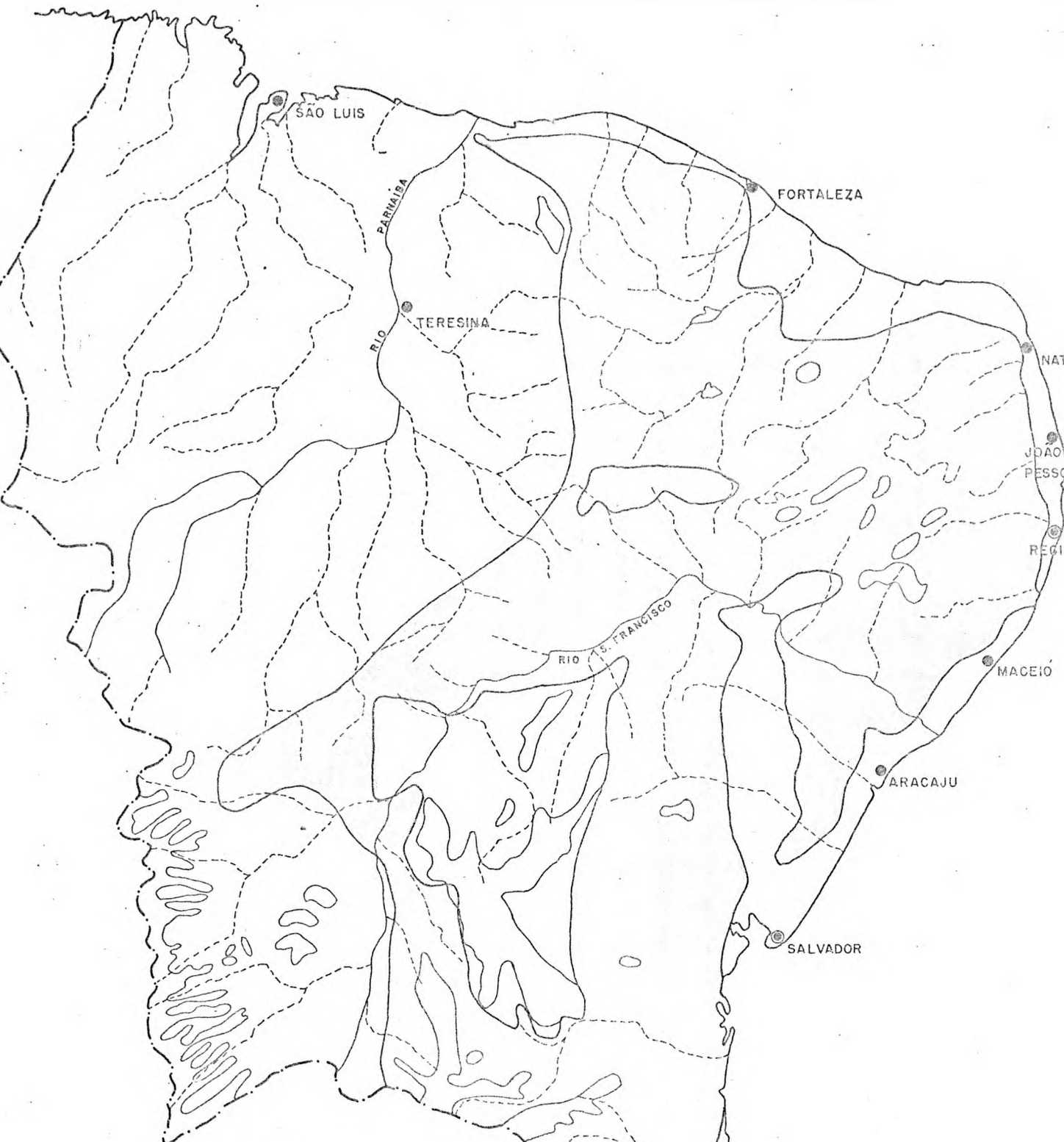


LEGENDA

- ⊙ CIDADE ACIMA DE 1 MILHÃO DE HABITANTES
- CIDADE ACIMA DE 100.000 HABITANTES
- RIOS PERMANENTES
- - - RIOS TEMPORÁRIOS
- ~ CURVA DE NIVEL
- PLUVIOMETRIA ACIMA DE 1000 MILIMETROS

0 25 50 100 150 200 250 300 400
KM

NORDESTE : REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO A GEOLOGIA



LEGENDA

- ⊙ CIDADE ACIMA DE 1 MILHÃO DE HABITANTES
- CIDADE ACIMA DE 100.000 HABITANTES
- RIOS PERMANENTES
- - - RIOS TEMPORÁRIOS
- ~ CURVA DE NIVEL
- EMBASAMENTO CRISTALINO



1.1 - A Zona Litoral - Mata

Trata-se da zona de povoamento mais antigo por onde se iniciou a ocupação territorial do Nordeste Brasileiro.

Essa Zona apresenta a menor extensão territorial, e também a mais elevada densidade demográfica tanto da população total como, mais especificamente, da população diretamente vinculada às atividades agropecuárias, notadamente em seu segmento Norte, dominado pela atividade canavieira. Ai também estão encravadas a maioria - dois terços - das capitais dos estados nordestinos, com destaque dos grandes polos metropolitanos de Recife e Salvador.

A agropecuária praticada nessa zona se caracteriza pelo predomínio das lavouras, que asseguram cerca de quatro quintos do valor da produção agropecuária. Dentre estas lavouras destaca-se um reduzido número de culturas comerciais relativamente concentradas ao longo da zona:

- cana de açúcar no norte, especialmente nos estados de Pernambuco e Alagoas;
- cacau no Sul (Bahia);
- policultura na região intermediária com predomínio de coco da praia, mandioca, arroz (Penedo (AL) - Propriá (SE)) e fumo.

1.2 - A Zona Semi-Árida

Com uma superfície de 850 mil km² trata-se da mais extensa e populosa zona do Nordeste, abrigando 52 por cento da sua população total e 62 por cento da população diretamente vinculada à agropecuária (Ver Quadro 1)

Os traços físicos mais marcantes desta zona são a pluviometria relativamente baixa, a irregularidade das precipitações e a base cristalina da maioria de seus solos, ocasionando a fraca capacidade física de absorção da água por parte dos mesmos.

Estas características, aliadas ao fenômeno da incidência das secas periódicas conduziram as autoridades federais brasileiras à configuração dessa zona como o "Polígono das Secas" que constitui a área de jurisdição de sua política hidroagrícola no Nordeste.

Não obstante estas condições de alguma forma hostis, a zona como um todo foi ocupado por uma população que pode ser considerada relativamente densa - da ordem de 20 hab/km² em 1970 - mediante um processo de adaptação as condições mesológicas médias.

A economia rural de praticamente toda a zona se caracteriza pela prática de uma pecuária mais ou menos extensiva paralela a uma exploração agrícola em seco. A pecuária baseia-se na utilização de forrageiras nativas que se desenvolvem durante a estação chuvosa normal graças às condições favoráveis de temperatura e de duração da insolação, complementadas pelo restolho das culturas e, nas explorações mais tecnificadas, por forrageiras plantadas.

QUADRO 1 - NORDESTE: DIVERSIFICAÇÃO INTRARREGIONAL

INDICADORES	UNIDA DE	FONTES BÁSICAS	LITORAL - MATA				SEMI - ÁRIDA						EXP. FRONTEIRA AGRÍCOLA			NOR DESTE
			CANA- VI- FIRO	CACAU- FIRO	SUB-COS- TEIRA	TOTAL	GADO POLICULT	GADO ACOÇÃO	NORTE CEARENSE	SERTANE JA	PECUARIA MELHORADA	TOTAL	EXTRATI- VISTA	BAIXA C- SUP. SOLO	TOTAL	
1. SUPERFÍCIES	1000 km ²	Anexo I	33,6	23,3	38,7	95,6	114,4	210,1	56,2	341,4	128,1	850,2	278,5	422,4	700,9	1.646,7
	%		2,0	1,4	2,4	5,8	7,0	12,8	3,4	20,7	7,8	51,6	16,9	25,7	42,6	100,0
2. PLUVIOMETRIA DOMINANTE	mm/ano	SUDENE/ DRN	1000- 1600	1200- 2200	1000 - 1290	>1000	600-800	600	600-1200	400-800	600-1000	<1000	1000- 2000	800-1400	>300	...
3. POPULAÇÃO																
3.1. População residente (1970)	1000 hab	FIBGE	4811,6	778,3	2393,5	7983,4	4802,8	4409,5	2581,0	2694,6	2222,9	16710,8	3840,4	1061,4	4901,8	29.595,0
repartição	%		16,3	2,6	8,1	27,0	16,2	14,9	8,7	9,1	7,5	56,4	13,0	3,6	16,6	100,0
densidade	hab/km ²		143,1	33,4	61,9	83,5	42,0	21,0	46,0	7,9	17,3	19,7	13,8	2,5	7,0	18,0
incremento 60.70	%/ano		2,7	1,4	3,1	2,7	1,5	2,9	3,1	2,9	1,9	2,4	2,3	3,0	2,4	2,5
3.2. População vinculada-70	1000 FAM.	1/	443,7	100,1	200,1	743,9	738,1	609,0	264,2	413,6	299,2	2324,1	535,2	159,1	694,3	3.762,3
repartição	%		11,8	2,7	5,3	19,8	19,6	16,2	7,0	11,0	8,0	61,8	14,2	4,2	18,4	100,0
densidade	Fam/km ²		13,2	4,3	5,2	7,8	6,5	2,9	4,7	1,2	2,3	2,7	1,9	0,4	1,0	2,3
4. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) AGROPECUÁRIA (1974)	Cr\$ 10 ⁶ correntes	2/	2246,3	1358,6	811,9	4416,8	3994,0	2945,8	1161,4	2844,3	2302,2	13247,7	2436,5	624,2	3060,7	20.725,2
VBP Lavouras	%		88,6	78,2	69,8	82,0	73,7	69,2	71,8	69,6	43,9	66,5	53,2	46,0	50,8	67,5
VBP Pecuária	%		8,4	5,5	20,1	9,7	23,6	35,0	17,1	21,8	48,3	27,2	20,3	44,3	25,2	20,2
VBP Extrativa	%		3,0	16,3	10,1	8,3	2,7	5,8	11,1	8,6	7,8	6,3	27,5	9,7	24,0	9,3
5. VBP DA AGROPECUÁRIA (1974) POR																
família vinculada (1970)	Cr\$/Fam.	2/	5063,0	13571,0	4056,0	5937,0	5411,0	4837,0	4396,0	5877,0	7695,0	5700,0	4553,0	3923,0	4408,0	5.508,0
peessoa ocupada (1970)	Cr\$/Pes.		4660,0	8318,0	2927,0	4787,0	2528,0	2261,0	2604,0	2535,0	4079,0	2572,0	1875,0	1369,0	1716,0	2.638,0
área dos estab. (1970)	Cr\$/ha		302,0	755,0	325,0	622,0	434,0	175,0	298,0	214,0	213,0	245,0	183,0	54,0	123,0	241,0
6. INCIDÊNCIA DA POBREZA RURAL																
6.1. População de "baixa renda"	"1000 FAM.	3/	333,6	74,5	146,4	554,5	646,9	539,3	225,0	348,6	246,8	2006,6	451,1	136,7	587,8	3.148,9
6.2. Percentagem 6.1/3.1	%		75,2	74,5	73,1	74,5	37,6	88,6	85,2	84,3	82,5	86,3	84,3	85,9	84,7	83,7

1/ Número de famílias cujo chefe se dedica principalmente à atividade agropecuária (listagem especial do IBGE)

2/ IBGE/CBEA e SUDENE/SPR/CE (Dados retificados não publicados)

3/ Mesma categoria de 1/ com rendimento mensal familiar de até Cr\$ 200,00 de 1970. (Ver Texto)

A atividade agrícola consta de uma ou mais culturas comerciais, notadamente o algodão, associadas às lavouras alimentares. As lavouras alimentares incluem, além da mandioca, as culturas anuais de ciclo vegetativo curto correspondente à duração da estação chuvosa - sobretudo feijão e milho - que asseguram a subsistência, a base de auto-consumo, da parcela dominante da população rural.

1.3 - A zona de expansão da fronteira agrícola

Estendendo-se sobre 40 por cento da superfície do Nordeste em sua porção ocidental, esta zona, limítrofe da zona semi-árida, se diferencia nitidamente desta última por sua pluviometria relativamente elevada, seu clima úmido e sua vegetação densa, configurando condições naturais bastante favoráveis e prestando-se a uma grande diversificação das atividades agropecuárias.

As restrições mais importantes dizem respeito à tendência a baixa fertilidade e à erodibilidade dos solos, especialmente em decorrência das práticas, comuns na zona, dos desmatamentos predatórios e de um manejo deficiente dos solos.

A zona se caracteriza também por seu povoamento rarefeito - densidade demográfica inferior à meta da média do Nordeste (Ver Quadro 1) -, sendo a infraestrutura e o arcabouço urbano tanto mais incipientes quanto mais se avança para o interior, com os núcleos se situando ao longo das rodovias em construção ou recém-construídas que convergem para a Belém - Brasília (BR 010).

As potencialidades naturais e a ocupação ra refeita da zona teriam de se constituir em fortes incen tivos à imigração, notadamente por parte da população sem terra da zona semi-árida contígua. Todavia por falta ab soluta de estruturação, a ocupação resultante é bastante desordenada com predomínio de ocupantes-posseiros sem tí tulo definido.

2 - Diversificação pelos sistemas de produção

Essa diversificação pode ser retratada pela regionalização do Nordeste proposta por Mario Lacerda de Melo, que distingue as dez regiões agrárias seguintes, em função das atividades desenvolvidas e das formas de uso dos recursos 1/:

Sistema canavieiro
 Sistema cacaueteiro
 Agropastoril subcosteira
 Gado - policultura
 Gado - algodão
 Litoral - Norte cearense
 Agropastoril sertaneja
 Pecuária melhorada
 Agropastoril extrativista
 Baixa ocupação do solo.

1/ Para os aspectos metodológicos da regionalização e a descrição geo-sócio-econômica das regiões, ver: Mário Lacerda de MELO. Regionalização agrária do Nordeste, Recife, UFPE/SUDENE, 1978. Para a composição dessas regiões em termos de estados e microrregiões ver o Anexo I.

Essas regiões, retratadas no Mapa 3, se ajustam razoavelmente ao zoneamento mostrado no item 1: as três primeiras regiões integram a Zona Litoral - Mata; as duas últimas fazem parte da zona de expansão da fronteira; as cinco do meio pertencem à Zona Semi-árida.

2.1 - Região do Sistema Canavieiro

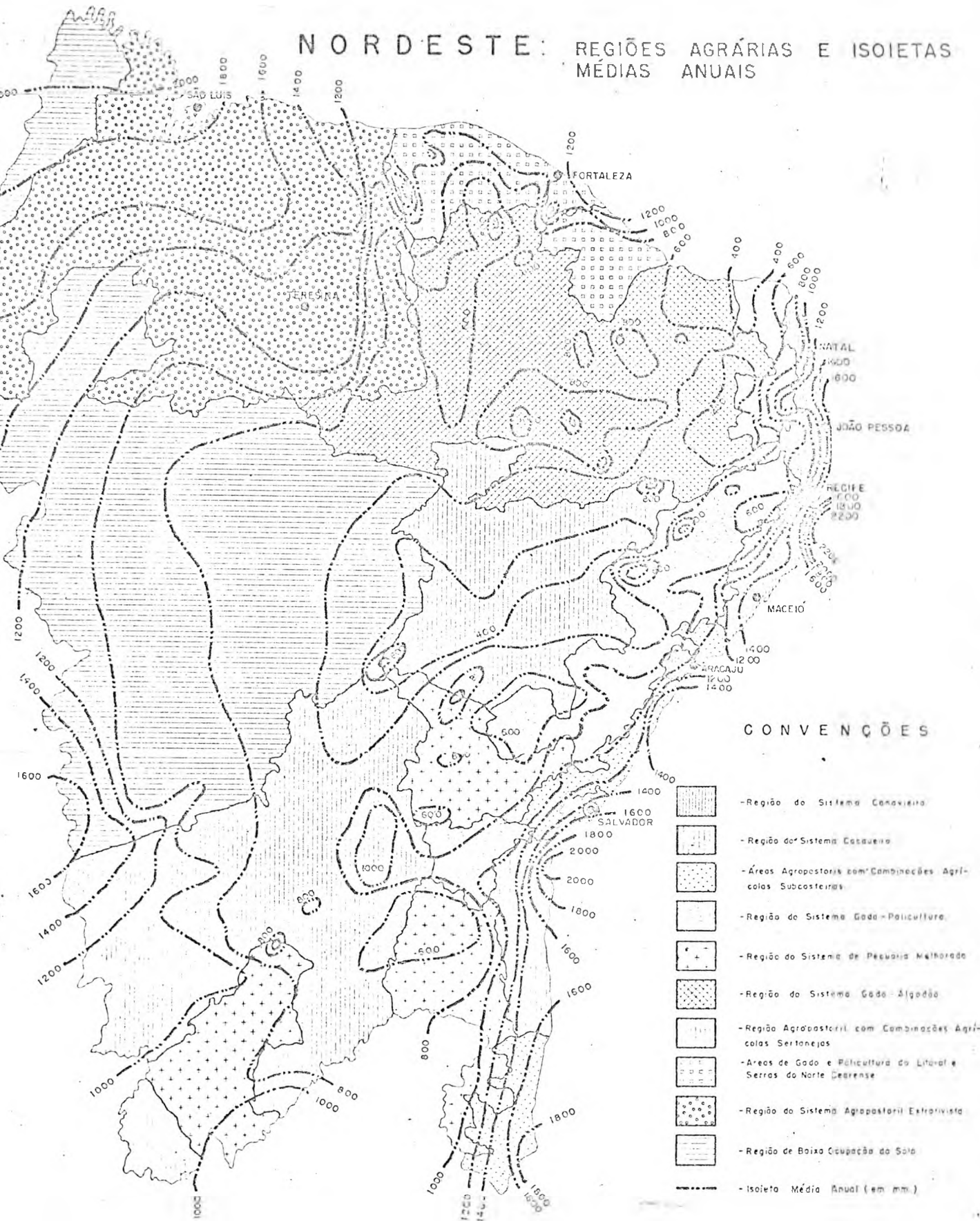
Estendendo-se, ao longo do litoral nordestino, do Rio Grande do Norte até a Bahia, esta região se caracteriza por um tipo de organização agrária que remonta aos primórdios da colonização, assentado no tripé conhecido:

- a monocultura da cana-de-açúcar, do ponto de vista da atividade produtiva;
- a plantation, do ponto de vista das dimensões e da organização do estabelecimento;
- o trabalho escravo, inicialmente, assalariado, a partir de fins do século XIX, do ponto de vista das relações de trabalho.












As unidades de produção - o "engenho de açúcar" inicialmente, a "Usina de açúcar", a partir do século XIX - são, cada qual a seu tempo, altamente absorvedoras de capital, de onde a conotação seletiva de seus agentes empreendedores - os "senhores de engenho", depois transformados em "fornecedores de cana", e os "Usineiros" - com sua contrapartida dicotômica - os escravos e os assalariados. Por outro lado, as exigências econômicas em termos de escala da fabricação e a importância do componente transporte de cana para o centro de transformação, são forças determinantes da tendência concentradora e monocultora.

MAPA 3

NORDESTE: REGIÕES AGRÁRIAS E ISOIETAS MÉDIAS ANUAIS



CONVENÇÕES

-  - Região do Sistema Canavieira
-  - Região do Sistema Cacaueira
-  - Áreas Agropastoris com Combinações Agrícolas Subcosteiras
-  - Região do Sistema Gado-Policultura
-  - Região do Sistema de Pecuária Melhorada
-  - Região do Sistema Gado-Algodão
-  - Região Agropastoris com Combinações Agrícolas Sertanejas
-  - Áreas de Gado e Policultura do Litoral e Serras do Nordeste
-  - Região do Sistema Agropastoris Extrativista
-  - Região de Baixa Ocupação do Solo
-  - Isoieta Média Anual (em mm.)

Este sistema de produção acarretaria profundos reflexos na paisagem física, econômica e sócio-cultural de toda a região.

A paisagem física é marcada pela monocultura. As lavouras de subsistência, que acompanharam os primeiros canaviais, foram paulatinamente eliminadas, provocando a germinação, nas áreas circunvizinhas menos úmidas e impróprias para a cana - a zona semi-árida - de uma economia auxiliar policultora e pecuária, criando-se até a falsa convicção de que a única atividade adaptada à região é a cana-de-açúcar.

Do ponto de vista econômico, o sistema altamente absorvedor de mão-de-obra (100 a 300 homens/ dia por hectare), tem como principal limitação às melhorias de produtividade da terra e do trabalho a topografia nem sempre adaptada a mecanização. Em 1973, as usinas destinadas, em número de 80, produziram 1,9 milhões de toneladas de açúcar, 1,1 milhões dos quais destinados a exportação a partir de uma área total de 603 mil ha, com um rendimento médio de 32,5 t/ha e um rendimento industrial açúcar/cana estimado em 9,4 %.

2.2 - Região do sistema cacauero

Situada imediatamente ao sul do Recôncavo esta região tem como núcleo o eixo constituído pelas cidades de Ilhéus e Itabuna, no sudeste baiano, área de maior concentração da atividade característica da região - a cultura do cacau.

Ao contrário da cana de açúcar, cujo cultivo remonta aos primórdios da colonização, a cultura do cacau firmou-se na Bahia somente no decorrer do século XIX.

A história da expansão da cultura do cacau nessa região é caracterizada por lutas violentas que se prolongam da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX relacionadas com as invasões e conquistas de terras.

As características técnicas do cacauero em quanto cultura permanente - vida útil da ordem de 20 anos, colheita somente após o terceiro ano - se traduzem em requisitos de capital para sua exploração que estão, sem dúvida, na origem do linguajar popular que atribui à cultura do cacau, como também, aliás, à da cana de açúcar, o caráter de "cultura de rico" em oposição às "culturas de pobre" - as lavouras anuais de subsistência.

Se bem que o maior contingente da produção cacauera se origine presentemente nas grandes propriedades, o sistema cacauero, como bem observa Mário Lacerda de Melo^{1/}, apresenta um grau de concentração da propriedade bem aquém do que se verifica no sistema canavieiro.

A tendência à concentração está, em geral, associada a tendência à monocultura: o cacau é a cultura praticamente exclusiva da grande propriedade, somente diversificada, eventualmente, com outras culturas comerciais - o café, nas terras impróprias para o cacau, em alguns casos, a hãvea. A exploração é feita a base de trabalho assalariado mas a fundação de novos cacauais é feita em geral através de contratos de cinco anos passados com "contratistas", estes últimos recebendo pagamento por pã de cacau em produção.

^{1/} Op. Cit. p. 132

À medida em que diminui o tamanho dos estabelecimentos, e também em função inversa do absenteísmo do proprietário, o cacau, sempre a cultura mais importante, é complementado pelas lavouras alimentares tradicionais - milho, feijão e, sobretudo, mandioca.

2.3 - Região agropastoril subcosteira

Esta região pode ser definida, no âmbito da zona Litoral-Mata, por exclusão das áreas ecologicamente ajustadas aos sistemas canavieiro e cacauzeiro tratados acima, de onde a sua própria descontinuidade espacial (ver mapa 3).

Assim configurada, esta região, conquanto sistematicamente dominada pela orla marítima, apresenta características que mais a assemelham, sob certos aspectos, à zona Semi-Árida do que à própria zona Litoral-Mata, onde está inserida. É o caso, por exemplo, da maior importância relativa da pecuária no valor bruto da produção do setor primário que atinge, aqui, 20 por cento contra 8,4 e 5,5 nas regiões canavieira e cacauzeira, respectivamente (Ver Quadro 1).

As lavouras também são nitidamente mais diversificadas (ver Quadro 2) com predomínio mais ou menos generalizado do coco da praia e da mandioca e, mais seletivamente:

- do arroz nas microrregiões de Penedo (AL) e Propriá (SE);
- do fumo, e da cana de açúcar, no recôncavo baiano;
- da piaçava (extrativismo) e do cacau na área de ocupação mais nova de Litorânea do Extremo Sul da Bahia.

QUADRO 2 - COMPOSIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E EXTRATIVA VEGETAL POR REGIÃO - 1974

(Percentagens)

ZONA / REGIÃO	L A V O U R A S																EXTRATIVISMO
	Algo- dão	Arroz	Bana- na	Cacau	Caju	Cana	Coco	Feijão	Fumo	Laran- ja	Mamo- na	Mandi- oca	Milho	Sisal	Tomate	Outras	
LITORAL-MATA:																	
1.Sistema Canavieiro	1,0	0,1	3,8	-	0,8	<u>72,0</u>	5,9	0,9	0,0	1,4	0,0	6,9	0,7	0,0	0,3	3,0	3,2
2.Sistema Cacaueiro	-	0,0	3,1	<u>68,4</u>	0,3	0,4	1,2	0,3	-	0,4	-	<u>7,9</u>	0,1	-	0,1	0,6	17,2
3.Agropastoril Sub - costeira	0,3	<u>8,7</u>	2,3	3,1	0,3	<u>7,2</u>	<u>24,9</u>	2,2	<u>5,4</u>	<u>3,3</u>	0,0	<u>24,5</u>	1,0	0,0	1,9	2,3	12,6
ZONA SEMI-ÁRIDA:																	
1.Gado-policultura (A- graste)	<u>7,6</u>	0,4	3,6	0,9	0,9	4,8	0,4	<u>14,4</u>	2,6	2,6	0,8	<u>18,2</u>	<u>9,4</u>	<u>13,3</u>	<u>8,6</u>	7,9	3,6
2.Gado-algodão	<u>42,2</u>	3,7	4,5	-	1,1	3,8	0,5	<u>13,1</u>	0,1	0,9	1,0	<u>4,1</u>	<u>10,5</u>	4,8	0,3	1,7	7,7
3.Norte Cearense	<u>11,5</u>	1,9	<u>22,9</u>	-	<u>10,0</u>	<u>9,0</u>	5,7	4,5	0,3	1,8	0,8	<u>11,6</u>	3,5	-	1,6	1,5	13,4
4.Agropastoril Sertan- eja	<u>9,8</u>	3,3	1,4	-	0,3	5,4	0,2	<u>18,2</u>	0,6	0,6	<u>6,9</u>	<u>20,7</u>	<u>9,8</u>	4,8	3,1	3,9	11,0
5.Pecuária melhorada	<u>6,4</u>	1,7	2,6	<u>11,5</u>	0,3	4,3	0,2	<u>10,8</u>	3,4	1,2	4,4	<u>22,8</u>	5,2	<u>3,5</u>	0,7	5,9	15,1
ZONA DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA:																	
1.Agropastoril ex- trativista	1,0	<u>34,5</u>	1,8	-	0,3	2,1	0,2	4,5	0,6	0,8	0,1	<u>11,9</u>	<u>7,3</u>	-	0,2	0,0	<u>34,7</u>
2.Baixa Ocupação do solo	<u>7,4</u>	<u>17,3</u>	2,8	-	0,3	3,4	0,3	13,6	1,9	2,0	4,6	<u>19,3</u>	6,6	0,0	0,3	2,8	<u>17,4</u>
N O R D E S T E	10,3	6,2	4,2	6,7	1,2	13,0	2,4	9,3	1,2	1,4	1,8	13,8	6,4	4,2	2,4	3,3	12,2

FONTE : IBGE / CBEA (compilado de Mario Lacerda de Melo, op. cit.)

2.4 - Região do Sistema gado-policultura (Agreste)

Estendendo-se, de norte a sul, ao longo da fronteira ocidental da zona Litoral-Mata (Ver Mapa 3), esta região, como, aliás também a região da pecuária melhorada que a prolonga, ao sul, poderia ser definida, em uma primeira aproximação, como região de transição entre a Mata Umida e o Sertão seco.

Esta contiguidade espacial, mais ou menos de marcada pela isoietas dos 900 mm, ao tempo em que define os limites das atividades monocultoras litorâneas determina também fortes laços de complementaridade.

Contrariamente à tendência monocultora da zona Litoral-Mata contígua, a região agreste se caracteriza notadamente pela policultura (Ver Quadro 2), daí sua importância no abastecimento, alimentar sobretudo, mas também em matéria primas de toda a população da referida zona.

Esses laços de proximidade e de complementaridade com a zona mais densamente povoada do Nordeste fariam também do Agreste uma região das mais povoadas: a população da região vinculada a agropecuária (738 mil famílias) é na verdade tão numerosa quanto a de toda a zona Litoral-Mata (743 mil famílias) correspondente a cerca de um quinto de toda a população do Nordeste (ver Quadro 1).

Todavia o Agreste se configura também claramente como uma região de intensa emigração, apresentando a mais baixa taxa de crescimento demográfico no período 1960-1970: 1,5 por cento ao ano contra um crescimento médio de 2,7% na Zona Litoral-Mata e 2,4% na Zona Semi-Árida.

A esta emigração se adiciona o deslocamento sazonal de trabalhadores, localmente chamados "corumbas", em demanda de trabalho por ocasião do corte de cana na região canavieira que coincide aproximadamente com o término da colheita no Agreste.

2.5 - Região do sistema gado-algodão

Abrangendo a totalidade da região sertaneja dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e parte da dos estados de Pernambuco e Piauí, esta região se constitui também no espaço mais criticamente submetido às secas periódicas que assolam a zona semi-árida do Nordeste.

Esta região se caracteriza por sua elevada dependência de uma pecuária bastante extensiva e de uma agricultura rudimentar: a criação (predominantemente bovina), o algodão (predominantemente Mocô) e as lavouras de subsistência (mandioca, milho e feijão) totalizam cerca de quatro quintos do valor da produção agropecuária (Ver Quadros 1 e 2):

<u>Atividades</u>	<u>% do VBP da Agropecuária (1974)</u>
Criação	25,0
Algodão	31,7
Mandioca, milho, feijão	20,8

A pecuária se constitui historicamente no mo vel principal de penetração e ocupação da região. Embora a participação da agricultura na renda regional seja bem mais expressiva a pecuária como atividade mais ou menos privativa dos médios e grandes proprietários, em função do patrimônio representado pelo rebanho envolvido, ocupa sempre uma posição privilegiada: a agricultura, além de

assegurar a alimentação a base de auto-consumo, da população trabalhadora, deve assegurar também o suporte alimentar (restolho das culturas) e financeiro (parceria do algodão) para a pecuária (dos proprietários) ^{1/}.

2.6 - Região do Litoral e Serras do Norte Cearense

Esta região se define geograficamente como o prolongamento natural da região do sistema gado-algodão. Sua diferenciação principal desta última região está ligada basicamente a uma mudança de condições naturais trazida principalmente na pluviosidade mais acentuada na faixa litorânea, que chega a ultrapassar os 1.200 mm em Fortaleza, e pelas formações serranas de Baturité e de Ibiapaba.

Essa diferença nas condições naturais ensejaria importantes modificações na composição da produção especialmente:

- A diminuição na participação da pecuária na formação do VBP que se reduz a 17%;
- A brusca diminuição da importância relativa do algodão em favor sobretudo na banana e da cana (nas serras) e do caju (no litoral);
- a importância do extrativismo vegetal (carnaúba) e da pesca marítima.

1/ Amilcar Moreira de AZEVEDO et alii . L'économie agricole de la zone semi-aride du Nord-Est brésilien , Université de Montpellier, Novembro 1976 (mimeo).

Por outro lado, a situação, na região, do polo metropolitano de Fortaleza haveria de influir na intensificação do povoamento da região que apresenta, desta feita, a mais elevada densidade demográfica de toda a zona semi-árida - 46 habitantes por km².

2.7 - Região agropastoril sertaneja

Juntamente com a região de pecuária melhorada, esta região se configura tipicamente como o Sertão Sul nordestino contrapondo-se ao Sertão Norte Constituído basicamente pela região gado-algodão (Ver Mapa 3).

Trata-se da região mais extensa mas também a menos populosa da zona semi-árida, com densidade demográfica abaixo da metade da do Sertão Norte e da média da zona como um todo.

Do ponto de vista das atividades praticadas a região se diferencia do Sertão Norte por uma certa diversificação das lavouras, com uma diminuição sensível da importância do algodão em proveito da mamona e, sobretudo, das culturas alimentares: as três lavouras principais de mandioca, feijão e milho representam aproximadamente dois quintos do valor bruto da produção agropecuária da região. A pecuária, base comum da economia de toda a zona, representa, na região, cerca de um quinto desse valor.

Convém mencionar enfim, em oposição ao padrão espacialmente homogêneo da combinação gado-algodão no Sertão Norte, o caráter antes heterogêneo das combinações agrícolas no Sertão Sul reflexo das contrastadas condições naturais, do tipo das assinaladas por Mário Lacerda de Melo^{1/}:

^{1/} Mário Lacerda de MELO, op. cit. p. 176 e seguintes

- "subdeserto" representado pelo trecho norte da região, ao longo das duas margens do São Francisco (Ver Mapa 3);
- áreas privilegiadas ao norte da Chapda de Diamantina, destacando-se o município de Irecê, onde se pratica policultura intensiva (feijão, manna, mandioca e milho).

2.8 - Região de pecuária melhorada

Transição entre o Litoral-Mata e o Sertão Sul, a região se configura como o prolongamento natural da região Agreste, caracterizada pelo sistema gado-policultura, não apenas geograficamente (Ver Mapa 3) como sobretudo pela realização acirrada de uma tendência já manifesta no Agreste: a chamada "pecuarização".

Esta característica pode ser destacada facilmente do Quadro 1: a região em apreço é a única, na zona semi-árida como em todo o Nordeste, onde a participação da pecuária sobrepuja as lavouras no valor bruto da produção agropecuária, atingindo quase a metade deste último.

A esta importância quantitativa da pecuária vem se juntar uma outra, de natureza qualitativa, dada pelos processos produtivos nitidamente mais evoluídos, razão de ser da denominação da região de pecuária melhorada, em oposição à pecuária predominantemente extensiva praticada no conjunto da zona semi-árida.

A produção das lavouras é pouco superior a dois quintos do VBP da agropecuária, sendo a metade da qual constituída pelas tradicionais mandioca, milho e feijão. Além de se constituir na atividade dominante dos

pequenos proprietários e dos produtores sem terra, em regime de mão de obra familiar, a ocupação nas lavouras é nitidamente ativada ao nível do processo de pecuarização, no sentido de abrir áreas novas para a expansão da pecuária especialmente no caso das culturas temporárias praticadas pelos "moradores" das médias e grandes propriedades.

2.9 - Região agropastoril extrativista

Esta região se situa no norte da zona de expansão da fronteira e se configura aproximadamente como a projeção ocidental do Sertão Norte (Ver Mapa 3), com relação à qual se torna gradativamente mais contrastada no sentido leste-oeste:

- caatinga, no leste piauiense, onde predominam ainda os sistemas de uso de terra peculiares à zona semi-árida;
- campos cerrados, em seguida, onde a pecuária bovina se apresenta muito mais dominante;
- pré-amazônia, finalmente, onde às lavouras e à pecuária vêm se somar as atividades extrativas.

No cômputo geral as lavouras perfazem pouco mais da metade do valor da produção, seguidas pelo extrativismo e pela pecuária com 27 e 20 por cento respectivamente desse valor (Ver Quadro 1).

São lavouras principais o arroz sobretudo nas também a mandioca e o milho (Ver. Quadro 2).

Com relação ao extrativismo, embora no lado piauiense a carnaúba seja também explorada, a atividade de maior significação é sem dúvida a coleta do coco babaçu.

2.10 - Região de baixa ocupação do solo

Estendendo-se por 422 mil km² na metade sul da zona de expansão da fronteira agrícola esta região se constitui no maior vazio demográfico do Nordeste, com uma densidade média de 2,5 habitantes por km².

Contrariamente ao que ocorre com a metade norte da zona (Ver item 2.9) esta região, conquanto longitudinalmente limitada com o Sertão Sul, é todavia muito menos contrastada com relação a este último no que diz respeito às condições naturais, com predomínio das formações de caatingas e campos cerrados (somente o trecho norte participa do meio natural característico da pré-amazônia).

A menor dotação relativa de recursos naturais e o caráter ainda mais incipiente da infraestrutura existente ao tempo em que fazem desta região o maior vazio demográfico do Nordeste tornam aqui também relativamente menos agudo o problema fundiário registrando-se um grau de acesso à terra nitidamente superior ao encontrado na região agropastoril extrativista.

C A P Í T U L O 2

UNIFORMIZAÇÃO PELA POBREZA RURAL

Em contraste com a diversificação mostra da no capítulo 1, um triste elemento realiza a unificação da paisagem: a manifestação invariante da pobreza rural. Os valores mostrados no item 6 do Quadro 1 traduzem a única informação estatística disponível fornecendo uma aproximação da distribuição da renda entre as famílias conceituadas como a "população vinculada" ao setor rural nordestino (Ver Quadro 1). Esses valores se referem ao número de famílias cujo chefe se dedica principalmente à atividade agropecuária por rendimento mensal familiar em 1970 inferior a Cr\$ 200,00 correntes daquele ano. Observe-se que este limite superior de Cr\$ 200,00 1/ corresponde a 1,6 vezes o salário mínimo rural predominante no Nordeste em 1970, mais rigoroso, portanto, do que a conceituação oficial que considerou como "famílias de baixa renda" as que se dedicam à atividade agropecuária e se situam na faixa de até dois salários mínimos 2/.

1 - Os "pobres" no nordeste rural

De acordo com esse critério, o número de famílias estigmatizadas pela pobreza rural oscila, segundo as regiões, de três quartos a mais de quatro quintos da população vinculada, mais elas são igualmente pobres a diferentes títulos.

1/ À taxa média de 4,6 cruzeiros por dolar americano, vigente em 1970, o limite superior de Cr\$ 200 equivale a um rendimento mensal de 43,5 dolares mensais correspondente, para a família média de 5 pessoas, a uma renda per capita anual da ordem de 100 dólares.

2/ SUPLAN/MA-IPEA/SEPLAN. Programa nacional de promoção de pequenos produtos rurais (produtores de baixa renda) - Proposta para decisão. Brasília, 1979

1.1 - Os assalariados concentrados sobretudo na Zona Litoral-Mata

A maior concentração de assalariados rurais está na zona Litoral-Mata. Os maiores índices de utilização de mão de obra assalariada são os encontrados nas lavouras de cana de açúcar e cacau mas a cana de açúcar é a atividade que absorve o maior efetivo de mão de obra assalariada.

Os assalariados da cana de açúcar na zona da Mata incluem os assalariados permanentes, também chamados "fichados" e os assalariados temporários, também chamados de "clandestinos", "volantes" ou "boias-frias".

A situação desses trabalhadores é retratada a seguir, a título de ilustração, com base no Memorial da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), apresentado por ocasião de seu encontro de outubro de 1978.

1.1.1 - Os permanentes ou "fichados"

Os assalariados permanentes são os que têm sua carteira profissional assinada, trabalho permanente, moradia no estabelecimento e "sítio" para o cultivo de lavouras de subsistência para completar a alimentação familiar: esses são, pelo menos, os seus direitos assegurados pela legislação.

Esta categoria está sendo cada vez mais desestimulada pelos empregadores que fazem o que podem para converter os permanentes em temporários.

O interesse dos empregadores em reduzir ao máximo o assalariado permanente, substituindo-o pelo temporário, pode se explicar inicialmente como um dispositivo para escapar mais facilmente das restrições impostas pela legislação

trabalhista rural editada em 1963, uma vez que o assalariado temporário passa a ser empregado do "empreiteiro", testa-de-ferro entre a empresa açucareira e o trabalhador.

Por outro lado, uma grande maioria de trabalhadores permanentes moradores tinha adquirido, por tempo de serviço, uma estabilidade no emprego que representa para os empregadores um passivo trabalhista considerável de que procuram se libertar.

A destituição de um morador também representa a retomada de um "sítio", o que vai possibilitar a expansão do plantio de cana por parte do empregador.

A utilização de trabalhador temporário significa enfim "aumento da produtividade" da mão de obra na medida em que o trabalhador sem "sítio" se sujeita mais facilmente a prolongar a jornada normal de trabalho, ou a uma maior intensidade de trabalho nas operações remuneradas por tarefa, uma vez que não dispõe de lavoura de subsistência para complementar sua alimentação.

Essa transformação deve ser formalizada por baixa na carteira profissional que se procura configurar como saídas por "livre e espontânea vontade", com "renúncia" à estabilidade no emprego, sem ônus trabalhistas ou com algum onus irrisório para o empregador (pequenas gratificações para mudança e os escombros da casa destruída).

Os "argumentos" utilizados para induzir a transformação podem ser os mais variados, a começar pela concessão de "privilégios" aos trabalhadores de "empreiteiros" como, por exemplo, o preço por tarefas, sensivelmente mais baixo para os permanentes com relação aos temporários. O levantamento efetuado pela FETAPE em fevereiro de 1977 revelou a seguinte variação no preço pago por tonelada de cana queimada cortada e amarrada (Cr\$):

<u>Município</u>	<u>Clandestino (a)</u>	<u>Fichado (b)</u>	<u>% B/A</u>
São Lourenço da Mata	24	16	66,7
Nazaré da Mata	20	17	85,0
Cabo	27	23	85,2
Água Preta	25	18	72,0
Escada	26	22	84,6
Sirinhaém	25	18	72,0
Palmares	25	20	80,0
Barreiros	30	18	60,0

Os privilégios não se restringem aos preços, atingem também a própria distribuição das tarefas em que as mais fáceis e mais rentáveis (o pagamento é por tarefa) são destinadas aos trabalhadores de "empreiteiros" enquanto os permanentes têm que se contentar com as sobras-as "rebarbas".

Finalmente os trabalhadores de "emp_{re}iteiro" estão livres dos "barracões" enquanto os permanentes têm que pagar os ônus dos preços extorsivos e, muitas vezes, da qualidade inferior das mercadorias. O levantamento amostral da FETAPE para a zona da Mata-Sul de Pernambuco apresentou, em 1978, os seguintes preços médios (Cr\$):

<u>Gênero</u>	<u>Rua</u>	<u>Barracão</u>	<u>Aumento (%)</u>
Xarque	49	60	22
Feijão	12	14	17
Farinha	6	10	67
Sardinha	14	23	64
Açucar	8	15	88
Fubã	3,5	6	71
Querosene	8	10	25
Leite em pó	31	50	61
Arroz	11	13	18
Macarrão	5,8	8,5	47
Arrozina	4	7	75

Se os "privilégios" não surtirem os efeitos desejados, outros "argumentos" podem ser mais "convincentes".

- a retomada gradual dos sítios até completar o cerco de sua casa com cana por todos os lados;
- os variados dispositivos de pressão psicológica;
- o uso dos procedimentos policiais escos tradicionais,

É natural que, nessas condições, deixar de ser permanente para ser "clandestino" possa significar uma liberação, o que é traduzido por este depoimento, reproduzido no Memorial da FETAPE (p.5):

"Dar baixa na carteira profissional e ir morar na rua (periferia da cidade) é sair do cativo".

Mas qual é a situação do "clandestino"?

1.1.2 - Os temporários ou "clandestinos"

Esses trabalhadores eram, no passado, realmente temporários - os corumbas, pequenos produtores da zona

semi-árida , especialmente do Agreste que acorriam, nos perfodos de entre-safra em sua região de origem, para trabalhar, temporariamente, no corte de cana, na zona da Mata, findo o qual retornavam às suas respectivas regiões.

Atualmente esses trabalhadores sã o são "temporários" para os seus usuários pois, em sua grande maioria, não têm, como os corumbas, outra opção de emprego familiar na pequena produção. Trata-se de ex-assalariados permanentes e de ex-pequenos produtores que, pela força dos acontecimentos, se vêem "enturmados" pelos "empreiteiros" obrigados a vender a cada dia, sua força de trabalho para sobreviver.

Aparentemente, pelos "privilégios" de que são objeto por parte das empresas, sua situação seria relativamente vantajosa: conseguem as tarefas mais "rentáveis", são melhor remunerados e se libertam dos "barracões". Mas esses "privilégios" têm um preço muito alto:

- residem, em sua maioria, em mocambos nas periferias das cidades, quase sempre alugados, sem terra para cultivo de qualquer espécie ou em verdadeiras favelas rurais que brotam, de vez em quando, nas faixas de domínio ao longo das rodovias;
- a natureza também "temporária" da figura de empreiteiro, a rotatividade nos serviços e o próprio caráter "clandestino" do trabalho são fatores que favorecem a sonegação e dificultam o gozo dos direitos assegurados pela legislação trabalhista e que raramente recebem: férias, 13º salário, repouso semanal remunerado, parcelas devidas em casos de despedida de trabalho;

- enfrentam riscos de acidentes quando transportados em caminhão para o trabalho, riscos esses tanto mais graves porquanto não têm amparo da lei acidentária trabalhista (que não considera acidente do trabalho o ocorrido na ida e na volta ao trabalho) nem do seguro obrigatório de veículos, pois a lei veda o uso de caminhão para o transporte de pessoas;
- nos períodos de entressafra enfrentam o desemprego e o sub-emprego.

A dependência, por parte das empresas, de uma mão de obra predominante externa e temporária teria de conduzir, nos picos da safra, a uma situação de relativa escassez de mão de obra que deveria se traduzir, no mercado de trabalho, por uma tendência à elevação dos salários.

Para fazer face a esse relativo poder de barganha dos assalariados temporários os empresários fizeram um "Compromisso de Honra" que talvez fosse melhor chamado de "pacto sinistro" para "uniformizar" o preço de corte da cana "calculado" e "acertado" evidentemente por baixo.

Esse "compromisso" é completado pelos processos de mecanização implementados com empréstimos oficiais subsidiados.

Dentro desse contexto o assalariado rural se defronta com a seguinte alternativa:

- abandonar o meio rural nordestino em demanda dos grandes centros urbanos regionais ou do Centro-Sul do Brasil;

- fazer o jogo dos empregadores ou seja tentar compensar os baixos salários por tarefa com mais tempo de trabalho ou mais intensidade no trabalho, aumentando prematuramente o desgaste de uma capacidade física de trabalho que já é, de partida, reduzida em decorrência das próprias condições de pobreza em que se desenvolveu.

1.2 - Os pequenos produtores disseminados sobretudo na zona semi-árida

Esses pequenos produtores compreendem os proprietários minifundiários e os trabalhadores sem terra engajados nos latifúndios sob o regime de exploração indireta da terra-arrendatários, parceiros e agregados de modo geral, mediante alguma outra forma de sujeição explícita ou implícita.

1.2.1 - Os proprietários minifundiários

A pobreza dos minifundiários tem a ver com uma trama formada por um conjunto de elementos interdependentes em que se podem destacar a terra, o crédito, a tecnologia os preços e o sistema de comercialização.

Por sua própria característica de pequena produção camponesa, a principal e imediata motivação para a mobilização da força de trabalho familiar é a própria manutenção e reposição dessa força de trabalho, daí a importância de que se reveste, para esta população, em termos absolutos e relativos, a produção dos alimentos básicos da dieta nacional: mandioca, milho, feijão, arroz (essa última cultura, mais exigente, quando as condições ecológicas permitem).

De acordo com a tecnologia vigente, a superfície que pode ser cultivada anualmente com esses produtos por parte de uma família de tamanho médio é bastante reduzida, da ordem de 3 a 4 hectares. A terra, como tal, mesmo entre os pequenos proprietários não se constitui, assim, nem sempre nem necessariamente, como ingrediente do problema em termos de superfície. Sem ignorar que para muitos desses produtores se coloca efetivamente um problema de superfície disponível para cultivo, teremos ocasião de verificar, no Capítulo 2, como a terra é pouco e mal utilizada, mesmo nos minifúndios.

A terra deve ser, desde já, destacada como importante ingrediente do problema na medida em que determina a capacidade de endividamento da família e, portanto, seu acesso ao crédito oficial, indispensável a seu progresso técnico e econômico.

Observe-se que a forma como a terra condiciona o acesso ao crédito é, por sua vez, eivada de sutilezas introduzidas pela forma discriminatória como é aplicado o Estatuto da Terra, dando livre curso ao latifúndio e punindo, por todos os modos, os pequenos proprietários. Assim, por exemplo, os bancos oficiais não aceitam a garantia hipotecária de propriedades com títulos não registrados e os catórios são proibidos de registrar lotes rurais com áreas inferiores ao módulo, o qual, por sua vez, é sistematicamente super-dimensionado... 1/

Os pequenos produtores têm assim contra si um problema adicional de titulação. Essa situação pode ser ilustrada pela ocorrência especialmente concentrada entre os minifúndios de imóveis rurais não registrados no Registro de Imóveis, configurados pelo INCRA como simples titulares de posse, como se pode ver pela tabela 1.20 das Estatísticas Cadastrais do INCRA:

1/ Para definição e tamanho do módulo ver Anexo III. Comparar o tamanho dos módulos com a capacidade média familiar, já assinalada, de 3 a 4 hectares.

1.2.2 - Os pequenos produtores sem terra

A situação desses produtores se assemelha em tudo à dos pequenos proprietários com o agravante de que, pelo fato de que não são proprietários, têm que pagar uma renda fundiária pelo direito de cultivar uma terra que não lhes pertence.

A forma que assume essa renda varia de acordo com as sub-regiões e os produtos predominantes, mas a mais generalizada é a parceria em produto - de modo geral a "meia" ou a "terça".

É importante assinalar que por cima dessas condições formais vêm se enxertar uma série de sujeições adicionais como a proibição de criar qualquer animal, a obrigação de fornecer o restolho das culturas para o gado do proprietário, a obrigação de prestar um certo número de dias de serviço por um salário inferior ao preço vigente, o pagamento de juros pelos adiantamentos feitos pelos proprietários e, muitas vezes, a obrigação de vender sua produção a este último.

Em estudo anterior realizado para a SUDENE tivemos ocasião de mostrar que se essas sujeições fossem traduzidas em valor e adicionadas às condições formais, os encargos reais, diretos e indiretos, assumidos por esses produtores e imputáveis ao pagamento de uma renda fundiária atingiriam porporções variando de 30 até mais de 100 por cento do valor da terra ! 1/.

1.3 - Extrativistas e posseiros avançados na zona de expansão da fronteira agrícola

A ocupação da zona de expansão da fronteira agrícola é dominada por dois tipos humanos principais:

- o morador extrativista,
- o posseiro nas áreas de frente pioneira.

1/Ver: Estudo de rentabilidade dos estabelecimentos agropecuários e das condições de arrendamento da terra nos estados de Pernambuco e Ceará. Recife, SIRAC para SUDENE, 1974

1.3.1 - O morador extrativista

A figura do morador predomina nas áreas de ocupação mais antiga do Maranhão em que os babaquais se constituem na formação vegetal dominante da floresta secundária.

O morador divide seu tempo basicamente entre o arroz e o coco babaçu e tem sua atividade enquadrada pela figura de proprietário, eventualmente mediado por um ou vários arrendatários.

No período das chuvas a atividade principal é o arroz que pode cultivar mediante o pagamento ao dono da terra de "um saco por linha" (pelo menos 10 por cento da produção) com a frequente obrigação adicional de entregar a terra plantada com capim. Em função dos adiantamentos que normalmente recebe do dono da terra, existe também a obrigação implícita, por ocasião da colheita, de vender seu arroz ao proprietário, sobretudo quando este último dispõe de condições de estocagem para aguardar melhores preços.

No período seco a atividade principal é a apanha e quèbra do coco babaçu: em princípio o morador seria um autônomo que vende (obrigatoriamente ao dono da terra) sua produção diária ao preço de aproximadamente 70 por cento do valor do coco na propriedade. Pode, também, talvez com mais propriedade, ser considerado um assalariado disfarçado pago por produção à razão de 70 por cento do valor da mesma.

A coleta das amêndoas, em um ou vários pontos da propriedade, é feita geralmente através do aviado comissionado pelo proprietário para comprar as amêndoas dos moradores e para lhes vender mantimentos.

1.3.2 - O posseiro nas áreas de frente pioneira

A situação nas áreas de frente pioneira pode ser ilustrada pelo que se verifica no noroeste maranhense 1/ : os ocupantes são provenientes das áreas de ocupação mais antiga do Maranhão, e, sobretudo, do Piauí e do Ceará. Deslocam-se para a área a pé, de burro ou caminhão, sós ou acompanhados da família, com enxoval e instrumentos de trabalho extremamente reduzidos. Procuram se localizar às margens dos rios e estradas ou caminhos onde instalam habitações primitivas de taipa, chão batido e cobertura de palha de babaçu.

A agricultura praticada é extremamente simplificada, tendo por principais instrumentos de trabalho o machado, o fogo e a enxada. A conquista da floresta é feita através de derruba, queima, e, as vezes, encoivramento, em área determinada pela capacidade de trabalho individual e da família, da ordem de 2 a 3 hectares por família/ano.

Os cultivos são quase sempre consorciados, o arroz como cultivo mais comercial; e feijão, milho e mandioca destinados sobretudo ao auto-consumo. Os tratos culturais reduzem-se a capinas irregularmente procedidas.

Ao cabo de 1 ou 2 anos, o "roçado" deve ser deslocado pelo empobrecimento dos solos. Os problemas fundiários resultantes dessa ocupação totalmente anárquica e desassistida se tornam ainda mais complicados pelo fato da apropriação paralela, muitas vezes ilegítima, de extensas áreas, incluindo as exploradas pelos ocupantes-posseiros, por parte de grandes empresas com objetivos especulativos e ou para uma ocupação de tipo ultra-extensivo.

1/ Ver : Helvécio DORNAS, Dinâmica de ocupação do meio rural do Noroeste Maranhense. Recife, SUDENE-DAA, 1974.

Categoria	Proporção dos não registrados (titulares de posse)	
	s/imóveis (%)	s/áreas (%)
Minifúndios	39,5	26,1
Empresa Rurais	14,5	5,2
Latifúndios	22,7	11,8

Privados de crédito, os pequenos produtores se vêem também, conseqüentemente, privados da possibilidade de realizar os investimentos necessários à expansão da superfície cultivada, através da mecanização e ou à intensificação dos cultivos através das possíveis inovações tecnológicas.

A esses ingredientes vem se adicionar o problema dos preços. Em função dos condicionamentos a que são submetidos esses produtores, os preços que obtêm para sua produção se configuram tanto mais baixos quando são comparados com os preços dos chamados insumos modernos, de tal forma que a utilização desses últimos resulta sistematicamente anti-econômica para esses produtores (o valor da produção adicional devido à introdução dos insumos é geralmente inferior ao seu custo) 1/.

Emaranhados nessa trama, esses produtores se tornam presa fácil de vorazes bodegueiros e intermediários que lhes adiantam a subsistência a juros extorsivos e a troco de "apalavrar" a compra de sua produção, quando não fazem a compra antecipada - "na folha". Mas mesmo quando vendem a sua produção livremente a preços de mercado têm contra si a circunstância de não disporem de condições técnicas e econômicas de armazenamento, sendo obrigados a vendê-la aos preços naturalmente mais baixos das épocas de colheita.

1/Ver a propósito o trabalho do Projeto OREGON STATE UNIVERSITY/EMBRAPA/USAID, Custos comparativos de diferentes métodos... para o pequeno agricultor em Pernambuco, Brasil, Recife, 1975

2 - A percepção: um beco sem saída?

Os caminhos imediatos que se oferecem à população rural em sua luta para fugir da pobreza nada mais são de que becos sem saída: atraído pelos "privilégios" e para "sair do cativeiro" o morador se transformará em "boia-fria"; para compensar os baixos salários e a irregularidade do trabalho o "boia fria" terá de se desgastar até a exaustão de sua já fraca capacidade no trabalho por tarefa; os pequenos produtores diante de toda sorte de adversidades mais terão de se endividar para produzir mais para pagar suas dívidas; ou então se transformarão em "boias-frias" ou emigrarão para a fronteira para tentar a sorte como posseiros, mas, nesse caso serão, pouco depois, afugentados pelos grilheiros e terão de recomeçar o ciclo por uma modalidade qualquer da pobreza rural.

2.1 - A sensação de fatalidade

A força de se debater, a população é frequentemente levada a atribuir uma dimensão de fatalidade a essa pobreza. Minhas cadernetas de anotações de viagens no meio rural nordestino estão cheias de depoimentos de agricultores desiludidos, como, por exemplo:

"Pra qualquer lado que se vire, o agricultor nunca faz nada na vida"

"A vida é muito cansada"

"O sistema de agricultura não vai"

"O homem se acostuma com tudo, até com o que não presta".

Nesta mesma perspectiva pode-se entender também a observação de Helvécio Dornas sobre a Zona de Expansão da Fronteira:

"... grande parte dos imigrantes já não se preocupa em criar um esquema novo de fixação uma vez que já espera sempre ser expulso logo que a área comece a oferecer vantagens econômicas para aqueles que dispõem de certo capital e certo prestígio social com o qual não pode ele competir. Já consideram a rotina do nomadismo como um destino a cumprir sem solução" 1/.

E ainda este depoimento recolhido por José Sergio Leite Lopes:

"De maneira que nunca fiz futuro na questão da vida. Essa minha vida sempre foi de trabalhar" 2/

2.2 - As explicações circulares

A sensação de fatalidade traduzida por esses depoimentos pode ter também uma correspondência ao nível das explicações circulares da pobreza.

A formulação dos círculos viciosos da pobreza é, de alguma forma, desconcertante, pois não obstante o rigor lógico do encadeamento das proposições que compõem o círculo, a compreensão do fenômeno que se pretende explicar termina reduzida à dimensão tautológica: são pobres porque.... são pobres.

1/ Helvécio DORNAS. op. cit. (grifo é meu: D.P.)

2/ José Sergio Leite LOPES. O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.162.

A explicitação desses círculos pode assumir as formas mais variadas. A título simplesmente ilustrativo apresentamos abaixo algumas variações caricaturais sobre o tema geral incorporando algumas das manifestações mais visíveis da pobreza rural no Nordeste brasileiro.

A formulação "são pobres porque...são pobres" poderia também ser invertida: "São pobres... portanto são pobres." Assim, por exemplo, a formulação c abaixo poderia ser lida de trás para frente: são pobres - portanto não têm garantias a oferecer - portanto não podem obter crédito oficial- portanto produzem pouco - portanto são pobres.

- a) SÃO POBRES - porque produzem pouco- porque trabalham pouco - por que são doentes - porque são subnutridos e/ou vivem em condições habitacionais e sanitárias pre cárias - PORQUE SÃO POBRES;
- b) SÃO POBRES -porque produzem pouco- porque é baixa sua produção por homem ocu pado - porque são pouco equipados -por que não têm como adquirir os equipamentu s - PORQUE SÃO POBRES;
- c) SÃO POBRES - porque produzem pouco- porque não obtêm crédito oficial - porque não têm garantias para oferecer-PORQUE SÃO POBRES;
- d) SÃO POBRES- porque são obrigados a pagar "sujeições" - porque não têm terra porque não podem adquiri-la-PORQUE SÃO POBRES;
- e) SÃO POBRES- porque vendem barato o que produzem-porque são obrigados a vender na safra - por que não podem esperar - porque não têm reservas-PORQUE SÃO POBRES;

f) SÃO POBRES - porque os salários que percebem são baixos - por que os salários são regulados pelo nível médio de subsistência que é baixo - por que produzem pouco - etc.... - PORQUE SÃO POBRES.

P A R T E II

0 SISTEMA FECHADO

Tentar compreender a pobreza rural Nordestina significa, de alguma forma, tentar romper o bloqueio erigido pelas explicações circulares.

A reflexão desenvolvida sob esta perspectiva deu origem as indagações formuladas ao nível imediato da geração e da manifestação da pobreza rural Nordeste - o universo deliberadamente simplificado, por opção metodológica, de um sistema fechado, ou seja, abstração feita das articulações do "rural" e do "regional" com as esferas circunjacentes.

Essas indagações formam a tessitura de toda essa segunda parte do trabalho:

- a raiz da pobreza rural nordestina não se situaria na disponibilidade de recursos naturais - na terra?
- não se situaria antes no plano histórico - institucional do acesso à terra?
- como se configura a ocupação da terra pela população no plano da produção agropecuária?
- qual a mobilidade da população em termos dessa ocupação e em termos espaciais?
- que formas de produção configuram as relações sociais na agropecuária nordestina?

Essas indagações estão enfaixadas em três capítulos:

Capítulo 3 - A terra: disponibilidade, apropriação e ocupação

Capítulo 4 - A população: ocupação e mobilidade

Capítulo 5 - As formas de produção agropecuária

Com base nesses elementos poderemos operar uma estratificação social a partir da qual esperamos poder avançar um pouco mais em nosso questionamento à pobreza rural nordestina:

- sabemos que o estigma da pobreza rural recobre cerca de quatro quintos da população mas como esses "pobres" se configuram no seio da estratificação social? O que tem a ver a estratificação social com a pobreza rural? (capítulo 6);
- a estratificação social se baseia em relações de produção que configuram formas de extração de sobretrabalho rural, mas a pobreza rural não resultará sobretudo da baixa produtividade? (capítulo 7).

. C A P Í T U L O 3

A TERRA: DISPONIBILIDADE, APROPRIAÇ
ÃO E OCUPAÇÃO

A terra tem sido entendida como condicio
nante da pobreza rural nordestina, a dois títulos principais:

- em função de sua disponibilidade física, associada a sua capacidade de produção, a qual, por sua vez, está ligada ao nível tecnológico vigente;
- em função da forma de sua apropriação e das modalidades institucionais para o acesso a sua exploração por parte da população rural.

1 - A disponibilidade do recurso terra

A disponibilidade do recurso terra, em termos de superfícies associadas a capacidade de uso, se constitui em um dos elementos dentre os que mais frequentemente se procura responsabilizar pela pobreza rural nordestina.

As restrições mais frequentemente evocadas são:

- na zona Litoral-Mata, a topografia geralmente acidentada nas manchas de maior fertilidade natural (vales e encostas ao longo dos rios litorâneos) e a baixa fertilidade natural das manchas de melhor topografia (tabuleiros costeiros);
- na zona semi-árida, a pouca profundidade dos solos e, sobretudo, a carência de água na estação seca;
- na zona de expansão da fronteira agrícola, o rápido empobrecimento dos solos subsequente à derrubada da floresta original.

À evocação dessas restrições geralmente se superpõem três argumentos principais. O primeiro diz respeito a um possível "excedente" de população, notadamente na zona semi-árida. O segundo argumento enfatiza os baixos rendimentos físicos por hectare obtidos no Nordeste. O terceiro argumento enfim destaca o fato de o crescimento recente do produto agrícola regional resultar basicamente de simples expansão das superfícies cultivadas e não de intensificação das superfícies exploradas. Como a ocupação se inicia naturalmente pelas melhores terras, a incorporação, a cada ano, de áreas de menor potencial atuaria no sentido de manter baixas, senão reduzir ainda mais os rendimentos médios por hectare das culturas praticadas na região.

Seria a qualidade da terra como recurso, associada às superfícies disponíveis correspondentes, um elemento-chave na explicação da pobreza rural nordestina?

A apreciação do problema sob este enfoque nos conduz a algumas incursões na área dos recursos naturais.

É necessário antes de tudo atentar para o aspecto relativamente dinâmico das classificações de capacidade de uso das terras, susceptíveis de modificação em função da identificação de novos usos, da utilização de novos manejos bem como da própria modificação do recurso resultante de melhoramento ou desgaste.

A classificação mais recente da capacidade de uso da terra ao nível de Nordeste é a realizada pela Divisão de Solos do Departamento de Recursos Naturais da SUDENE^{1/}.

^{1/} Jurandir Gondim REIS e Manoel Ferreira dos SANTOS. Nordeste-capacidade de uso das terras - 1ª aproximação. Recife, SUDENE, 1974

Os parâmetros utilizados na interpretação das classes de capacidade de uso foram a classificação do solo, a textura, o relevo, a fertilidade natural, além dos aspectos climáticos, notadamente a falta d'água na estação seca (localização do solo na zona semi-árida) e dificuldade à motomecanização por excesso d'água.

As terras são apresentadas em oito classes, com os fatores de restrições intensificando-se da classe I para a classe VIII. Uma descrição sumária de cada uma dessas classes é apresentada no Anexo II.

As classes de I a IV são consideradas aptas para o uso agrícola; as classes V, VI e VII - esta última com severas limitações às culturas permanentes e às pastagens - são consideradas aptas para as atividades permanentes, pastagens e florestas. A classe VIII é considerada inapta para a agropecuária. As superfícies correspondentes a cada uma dessas classes - com exceção da classe I, não identificada no Nordeste, nesta escala - são apresentadas no Quadro 3.

Descartando-se, prudentemente, como inaproveitáveis e só remotamente aproveitáveis além dos solos da classe VIII, também a vasta extensão correspondente à classe VII - 37 milhões de hectares, ou seja mais de um quinto da superfície total da região - ainda assim a área aproveitável do Nordeste seria superior a três quartos da superfície geográfica total (ver Quadro 4). Esta proporção aproxima-se sensivelmente da percentagem da área dos imóveis rurais cadastrados considerada aproveitável por seus proprietários: 83 por cento (ver Quadro 5).

Uma das suposições mais naturalmente associáveis à imputação da pobreza rural nordestina às restrições quantitativas ou qualitativas referentes aos recursos naturais, aqui sintetizados na capacidade de uso da terra, seria a constatação da plena utilização dos solos aproveitáveis quando só então, a rigor, se deveria poder falar de um "excedente" populacional.

QUDRO 3 - NORDESTE: CAPACIDADE DE USO DA TERRA POR ZONAS E POR CLASSES (1.000 ha)

ZONA/REGIÃO	CLASSES DE CAPACIDADE DE USO									
	II	III	IV	II + III + IV	V	VI	VII	V + VI + VII	VIII	TOTAL
<u>I - LITORAL - MATA</u>	<u>3.708,3</u>	<u>1.238,8</u>	<u>820,9</u>	<u>5.768,0</u>	<u>1.632,5</u>	<u>457,5</u>	<u>1.377,2</u>	<u>3.467,2</u>	<u>328,2</u>	<u>9.563,4</u>
1.Sistema Canavieiro	1.061,3	188,8	207,5	1.457,6	1.092,5	232,5	380,6	1.705,6	198,2	3.361,4
2.Sistema Cacaueiro	437,0	700,0	315,0	1.452,0	315,0	-	488,6	803,6	78,0	2.333,6
3.Agropastoril Sub- costeira	2.210,0	350,0	298,4	2.858,4	225,0	225,0	506,0	958,0	52,0	3.868,4
<u>II - ZONA SEMI-ÁRIDA</u>	<u>2.932,5</u>	<u>28.719,4</u>	<u>6.310,0</u>	<u>37.961,9</u>	<u>29.135,0</u>	<u>4.135,8</u>	<u>12.813,5</u>	<u>46.084,3</u>	<u>974,8</u>	<u>85.021,0</u>
1.Gado-Policl.(Agreste)	750,0	2.000,0	1.875,0	4.625,0	4.750,0	750,0	827,4	6.327,2	487,4	11.439,8
2.Gado-aldodão	12,5	4.811,9	1.437,5	6.261,9	8.125,0	1.000,0	5.379,8	14.504,8	243,7	21.010,4
3.Norte Cearense	-	370,0	370,0	740,0	1.781,0	687,5	2.163,8	4.632,3	243,7	5.616,0
4.Agropastoril Sertaneja	1.170,0	16.600,0	1.440,0	19.210,0	9.479,0	1.320,0	4.130,0	14.929,0	-	34.139,0
5.Pecuária Melhorada	1.000,0	4.937,5	1.187,5	7.125,0	5.000,0	378,3	312,5	5.690,8	-	12.815,8
<u>III-ZONA DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA</u>	<u>5.062,5</u>	<u>15.255,0</u>	<u>8.130,0</u>	<u>28.447,5</u>	<u>17.624,2</u>	-	<u>22.864,2</u>	<u>40.488,4</u>	<u>1.153,3</u>	<u>70.089,2</u>
1.Agropastoril extrativ.	3.375,0	1.505,0	4.380,0	9.260,0	4.760,0	-	12.926,7	17.686,7	903,3	27.850,0
2.Baixa Ocupação do Solo	1.687,5	13.750,0	3.750,0	19.187,5	12.864,2	-	9.937,5	22.801,7	250,0	42.239,2
<u>N O R D E S T E</u>	<u>11.703,3</u>	<u>45.213,2</u>	<u>15.260,9</u>	<u>72.177,4</u>	<u>48.391,7</u>	<u>4.593,3</u>	<u>37.054,9</u>	<u>90.039,9</u>	<u>2.456,3</u>	<u>164.673,6</u>

Fonte: planimetragem do Mapa de Capacidade de Uso das Terras em escala de 1:2.500.000 - SUDENE /DRN

QUADRO 4 - NORDESTE: CAPACIDADE DE USO DA TERRA POR ZONAS E POR CLASSES

(Percentagens)

ZONA/REGIÃO	II		III		IV		V		VI		VII		VIII	
	SIMPLES	ACUMUL.	SIMPLES	ACUMUL.	SIMPLES	ACUMUL.	SIMPLES	ACUMUL.	SIMPLES	ACUMUL.	SIMPLES	ACUMUL.	SIMPLES	ACUMUL.
<u>I - LITORAL - MATA</u>	<u>38,8</u>	<u>38,8</u>	<u>12,9</u>	<u>51,7</u>	<u>8,6</u>	<u>60,3</u>	<u>17,1</u>	<u>77,4</u>	<u>4,8</u>	<u>82,2</u>	<u>14,4</u>	<u>96,6</u>	<u>3,4</u>	<u>100,0</u>
1. Sistema Canavieiro	31,6	31,6	5,6	37,2	6,2	43,4	32,5	75,9	6,9	82,8	11,3	94,1	5,9	100,0
2. Sistema Cacaueiro	18,7	18,7	30,0	48,7	13,5	62,2	13,5	75,7	-	75,7	21,0	96,7	3,3	100,0
3. Agropastoril Sub-costeira	57,1	57,1	9,1	66,2	7,7	73,9	5,8	79,7	5,8	85,5	13,1	98,7	1,3	100,0
<u>II - ZONA SEMI-ÁRIDA</u>	<u>3,4</u>	<u>3,4</u>	<u>33,8</u>	<u>37,2</u>	<u>7,4</u>	<u>44,6</u>	<u>34,3</u>	<u>78,9</u>	<u>4,9</u>	<u>83,8</u>	<u>15,1</u>	<u>98,9</u>	<u>1,1</u>	<u>100,0</u>
1. Gado-Policl. (Agreste)	6,6	6,6	17,4	24,0	16,4	40,4	41,5	81,9	6,6	88,5	7,2	95,7	4,3	100,0
2. Gado-aldodão	0,1	0,1	22,9	23,0	6,8	29,8	38,7	68,5	4,7	73,2	25,6	98,8	1,2	100,0
3. Norte Cearense	-	-	6,6	6,6	6,6	13,2	31,7	44,9	12,2	57,1	38,5	95,7	4,3	100,0
4. Agropastoril Sertaneja	3,4	3,4	48,6	52,0	4,2	56,2	27,8	84,0	3,9	87,9	12,1	100,0	-	100,0
5. Pecuária Melhorada	7,8	7,8	38,5	46,3	9,3	55,6	39,0	94,6	3,0	97,6	2,4	100,0	-	100,0
<u>III - ZONA DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA</u>	<u>7,2</u>	<u>7,2</u>	<u>21,8</u>	<u>29,0</u>	<u>11,6</u>	<u>40,6</u>	<u>25,1</u>	<u>65,7</u>	-	<u>65,7</u>	<u>32,6</u>	<u>98,4</u>	<u>1,6</u>	<u>100,0</u>
1. Agropastoril extrativ.	12,1	12,1	5,4	17,5	15,7	33,2	17,1	50,3	-	50,3	46,4	96,7	3,3	100,0
2. Baixa Ocupação do Solo	4,0	4,0	32,5	36,5	8,9	45,4	30,5	75,9	-	75,9	23,5	99,4	0,6	100,0
<u>N O R D E S T E</u>	<u>7,1</u>	<u>7,1</u>	<u>27,4</u>	<u>34,5</u>	<u>9,3</u>	<u>43,8</u>	<u>29,4</u>	<u>73,2</u>	<u>2,8</u>	<u>76,0</u>	<u>22,5</u>	<u>98,5</u>	<u>1,5</u>	<u>100,0</u>

Fonte : Quadro 3

QUADRO 5 - NORDESTE ^{1/} : . APROVEITAMENTO POTENCIAL E EFETIVO DA ÁREA CADASTRADA (1972)

C A T E G O R I A D E I M Ó V E L	ÁREA TOTAL (A) (1000 ha)	Á R E A A P R O V E I T Á V E L						I N A P R O V E I - T Á V E L		F L O R E S T A L D E R E - S E R V A L E G A L	
		T O T A L		E X P L O R Á V E L		N Ã O E X P L O R Á V E L		(E)	(E/A)	(F)	(F/A)
		(B)	(B/A)	(C)	(C/B)	(D)	(D/B)	(1000ha)	%	(1000ha)	%
Minifúndio	17208,4	14089,0	81,9	9430,7	66,9	4658,3	33,1	2943,5	17,1	175,9	1,0
Empresa Rural	4485,0	3946,3	88,0	3709,4	94,0	236,9	6,0	398,9	8,9	139,8	3,1
Latifúndio por explo ração	61089,7	51042,1	83,6	32447,7	63,6	18594,4	36,4	8375,7	13,7	1671,9	2,7
Latifúndio por dimen são	3247,2	2234,3	68,8	1286,2	57,6	948,1	42,4	376,5	11,6	636,4	19,6
T O T A L	86030,3	71311,7	82,9	46874,0	65,7	24437,7	34,3	12094,6	14,1	2624,0	3,0

1/ Exclui a área legal do Estado de Minas Gerais

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais/1

Esta não é, todavia, a impressão que se depreende da observação da paisagem rural nordestina. Com exceção de uns poucos "bolsões", de aproveitamento mais intensivo, a impressão produzida em quantos têm a oportunidade de sobrevoar ou de percorrer a paisagem rural nordestina é antes a da reduzida exploração dos solos, sobretudo a exploração com lavouras, tanto mais acentuada quanto mais se avança na direção leste-oeste 1/. A não exploração parece ser a regra; a exploração, a exceção.

Por outro lado, com exceção de algumas atividades mais especializadas e disciplinadas, como a cana-de-açúcar, a exploração do solo, além de esporádica, se configura bastante anárquica, sem nenhuma preocupação aparente com uma judiciosa repartição espacial das atividades em função da topografia, dos requisitos conservacionistas e da especialização.

A impressão, é, portanto, de que não existem maiores tensões pelo lado da disponibilidade física de superfícies cultiváveis. Tem-se, pelo contrário, a impressão da existência de margens de progresso ainda significativas pelo lado da exploração de vastos espaços não explorados e pelo lado da intensificação das áreas atualmente exploradas.

1/ A proporção das áreas que, por bem exploradas, se enquadram na categoria de "empresas rurais" (Ver Anexo III) decresce significativamente, de leste a oeste, de 13,3% no Litoral-Mata, para 5,5% na Zona Semi-árida e 2,5% na Zona de Expansão da Fronteira Agrícola (Ver quadro 8).

Será correta esta impressão? O que se pode dizer é que, em seu favor, podem-se evocar, pelo menos, três indicadores principais. O primeiro desses indicadores é a constatação do fato de que nas regiões mais densamente povoadas, onde maior haveria de ser a pressão sobre os recursos naturais - a zona Litoral-Mata e a Zona Semi-Árida - mais de dois terços da superfície dos imóveis rurais foi classificada pelo INCRA na categoria de latifúndio por exploração ou seja na situação de imóveis rurais "mantidos inexplorados em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos" ou, ainda, deficiente ou inadequadamente explorados de modo a vedar-lhes a inclusão no conceito de empresa rural" 1/. Na zona de Expansão da Fronteira esta proporção ultrapassa três quartos, fixando-se em 71 por cento para o conjunto do Nordeste (Ver Quadro 8).

O segundo indicador que podemos consultar é a proporção da área explorada dos imóveis rurais com relação a sua área aproveitável. A definição de área "explorada" nas instruções para cadastramento no INCRA é bastante lata pois inclui, além das superfícies efetivamente cultivadas, as terras em repouso ou descanso e as áreas com pastos naturais e as utilizadas com pastoreio temporário. Ainda assim, a área aproveitável não explorada eleva-se a um terço da área aproveitável cadastrada, proporção esta que se verifica até para os minifúndios, onde seria de se esperar a maior pressão sobre a área aproveitável disponível.

1/ Ver, no Anexo III, a taxionomia dos imóveis rurais segundo o Estatuto da Terra.

O terceiro indicador enfim é a própria forma seletiva e socialmente concentrada como incidem os efeitos da principal perturbação regional no quadro dos recursos naturais - o fenômeno das secas. O estudo da seca de 1970 ^{1/} mostrou, com efeito, como os transtornos econômicos e sociais da seca tendem sistematicamente a se concentrar em um segmento bem delimitado da população: os produtores sem terra e ou vinculados aos minifúndios com área inferior a 10 ha (70 e 85 por cento dos flagelados, respectivamente). Este padrão de incidência sugere que o alcance dos transtornos da seca não é apenas devido à severidade do capricho das chuvas como é devido sobretudo à prévia vulnerabilidade da população que vem a ser flagelada.

2 - Apropriação e ocupação da terra

Nas regiões mais povoadas do Nordeste os solos agrícolas estão praticamente todos apropriados, a julgar pelas estatísticas cadastrais do INCRA: a superfície apropriada com relação a superfície geográfica se eleva a dois terços desta última na zona semi-árida e a quase quatro quintos na zona Litoral-Mata. A superfície ocupada pelos estabelecimentos agropecuários - dado do IBGE - acompanha também de perto, nestas zonas, a superfície apropriada e permanece aquém dos solos mais seguramente aproveitáveis - classes de I a VI. Os dados pertinentes estão no Quadro 6.

As áreas com menor índice de apropriação estão concentradas nos três estados do Maranhão, Piauí e Bahia, todas situadas na porção meridional do Nordeste. A região Agropastoril Extrativista, na parte norte da zona de Expansão da Fronteira Agrícola está apropriada à razão de 74% mas com um índice de ocupação nitidamente inferior ao da apropriação: 48 por cento.

^{1/} Ver: SIRAC, Caráter e efeitos da seca de 1970, cit.

QUADRO 6 - NORDESTE: APROPRIAÇÃO E OCUPAÇÃO DA TERRA

ZONA/REGIÃO	SUPERFÍCIE GEOGRÁFICA		SUPERFÍCIE APROPRIADA		SUPERF. OCUPADA 10 ⁶ ha	SUPERF. DAS CLASSES DE I a VI 10 ⁶ ha	POPULAÇÃO 1.000 FAMÍLIAS	SUPERFÍCIE POR FAMÍLIA : ha		
	(A) 10 ⁶ ha	% S/NE	(B) 10 ⁶ ha	% B/A				GEOGRÁFICA	APROPRIADA	OCUPADA
I - LITORAL - MATA	<u>9,6</u>	<u>5,8</u>	<u>7,4</u>	<u>77,1</u>	<u>7,1</u>	<u>7,9</u>	<u>743,9</u>	<u>12,9</u>	<u>9,9</u>	<u>9,5</u>
1.Sistema Canavieiro	3,4	2,0	2,9	85,3	2,8	2,8	443,7	7,7	6,5	6,3
2.Sistema Cacaueiro	2,3	1,4	1,8	78,3	1,8	1,8	100,1	23,0	18,0	18,0
3.Agropastoril Sub-costeira	3,9	2,4	2,7	69,2	2,5	3,3	200,1	19,5	13,5	12,5
II - ZONA SEMI-ÁRIDA	<u>85,0</u>	<u>51,6</u>	<u>56,4</u>	<u>66,4</u>	<u>54,0</u>	<u>71,2</u>	<u>2.324,1</u>	<u>36,6</u>	<u>24,3</u>	<u>23,2</u>
1.Gado-Policl.(Agreste)	11,5	7,0	8,5	73,9	9,2	10,1	738,1	15,6	11,5	12,5
2.Gado-aldodão	21,0	12,8	17,9	85,2	16,8	15,4	609,0	34,5	29,4	27,6
3.Norte Cearense	5,6	3,4	4,8	85,7	3,9	3,2	264,2	21,2	18,2	14,8
4.Agropastoril Sertaneja	34,1	20,7	13,7	40,2	13,3	30,0	413,6	82,4	33,1	32,2
5.Pecuária Melhorada	12,8	7,8	11,5	89,8	10,8	12,5	299,2	42,8	38,4	36,1
III-ZONA DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA	<u>70,1</u>	<u>42,6</u>	<u>34,2</u>	<u>48,8</u>	<u>24,9</u>	<u>46,1</u>	<u>694,3</u>	<u>101,0</u>	<u>49,3</u>	<u>35,9</u>
1.Agropastoril extrativ.	27,9	16,9	20,6	73,8	13,3	14,0	535,2	52,1	38,5	24,9
2.Baixa Ocupação do Solo	42,2	25,7	13,6	32,2	11,6	32,1	159,1	265,2	85,5	72,9
N O R D E S T E	<u>164,7</u>	<u>100,0</u>	<u>98,0</u>	<u>59,5</u>	<u>86,0</u>	<u>125,2</u>	<u>3.762,3</u>	<u>43,8</u>	<u>26,0</u>	<u>22,9</u>

Fontes dos dados básicos : INCRA, FIBGE , Quadros 1 e 3, Texto

O processo histórico da apropriação das terras no Nordeste nada mais é do que a simples transcrição regional do padrão brasileiro da dicotomia invariante entre "posseiros" e "sesmeiros", povoadores de fato e concessionários de direito, ocupantes e grileiros, produtores residentes e proprietários ausentes, privilegiando sistematicamente os segundos em detrimento dos primeiros.

Este processo conduziria a uma apropriação da terra ainda mais concentrada do que a que é mostrada nos quadros 7 e 8. Por esses quadros, com efeito, já se pode ver como a quatro quintos dos imóveis rurais corresponde apenas um quinto da área total sabendo-se por esses imóveis - os munifúndios se caracterizam precisamente por apresentarem área e possibilidades inferiores às das propriedades familiar aceitável, ou Módulo Rural, de acordo com o Estatuto da Terra. No extremo oposto, três quartos da área total estão apropriados pelas categorias indesejáveis dos latifúndios por exploração e por dimensão. Apenas 1,5% dos imóveis e 5,1% da área correspondem, no conjunto do Nordeste, à categoria de empresa rural 1/.

Há todavia claros indícios de que o grau de concentração da terra é ainda mais importante do que o demonstrado por essas estatísticas, cujo critério de apropriação é o imóvel rural de área contínua. Se as estatísticas do INCRA fossem apresentadas não segundo a individualidade do imóvel rural mas a do proprietário rural ter-se-ia, muito provavelmente, um perfil de repartição consideravelmente diferente. É seguramente essa a razão pela qual o latifúndio por dimensão é figura relativamente rara nas estatísticas do INCRA.

1/ Ver Anexo III, para a definição das categorias de Imóvel Rural.

QUADRO 7 - NORDESTE: APROPRIAÇÃO DA TERRA POR ZONA E POR CATEGORIA DE IMÓVEL RURAL ^{1/}

ZONA/REGIÃO	T O T A L		MINIFUNDIO		EMPRESA RURAL		LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO		LATIFÚNDIO POR DIMENSÃO	
	IMÓVEIS	AREA 1000ha	IMÓVEIS	ÁREA 1000ha	IMÓVEIS	AREA 1000ha	IMÓVEIS	AREA 1000 ha	IMÓVEIS	AREA 1000ha
<u>I - LITORAL - MATA</u>	<u>104.179</u>	<u>7.372,4</u>	<u>74.364</u>	<u>952,4</u>	<u>3.893</u>	<u>981,7</u>	<u>25.871</u>	<u>5.024,4</u>	<u>21</u>	<u>413,9</u>
1.Sistema Canavieiro	38.251	2.877,5	28.539	234,8	1.489	642,5	8.180	1.816,8	13	183,4
2.Sistema Cacaueiro	25.606	1.832,1	17.428	342,9	1.969	269,8	6.206	1.130,5	3	88,9
3.Agropastoril Sub- costeira	40.322	2.662,7	28.397	374,6	435	69,4	11.485	2.077,0	5	141,7
<u>II - ZONA SEMI-ÁRIDA</u>	<u>816.785</u>	<u>56.365,8</u>	<u>669.446</u>	<u>13.542,4</u>	<u>10.075</u>	<u>3.144,3</u>	<u>137.241</u>	<u>38.114,7</u>	<u>13</u>	<u>1.605,3</u>
1.Gado-Policl.(Agreste)	238.122	8.510,0	208.944	2.463,5	2.773	513,9	26.403	5.463,7	2	39,9
2.Gado-aldodão	257.311	17.856,6	209.948	4.679,2	2.350	773,4	45.011	12.387,1	2	16,8
3.Norte Cearense	74.395	4.760,5	57.941	1.148,3	816	234,3	15.638	3.377,9	-	-
4.Agropastoril Sertaneja	156.985	13.738,7	127.187	3.441,2	1.054	365,2	28.731	9.540,6	3	391,7
5.Pecuária Melhorada	89.972	11.499,9	65.246	1.810,1	3.082	1.257,5	21.458	7.345,5	6	1.156,8
<u>III-ZONA DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA</u>	<u>152.373</u>	<u>34.210,5</u>	<u>105.000</u>	<u>4.522,9</u>	<u>1.737</u>	<u>871,8</u>	<u>45.617</u>	<u>26.446,9</u>	<u>19</u>	<u>2.368,7</u>
1.Agropastoril extrativ.	96.532	20.579,2	64.675	2.359,2	1.324	504,8	30.521	16.059,8	12	1.655,5
2.Baixa Ocupação do Solo	55.841	13.631,3	40.325	2.163,8	413	367,1	15.096	10.387,2	7	713,3
<u>N O R D E S T E</u>	<u>1.073.337</u>	<u>97.948,7</u>	<u>848.810</u>	<u>19.017,7</u>	<u>15.750</u>	<u>4.997,9</u>	<u>208.739</u>	<u>69.586,0</u>	<u>36</u>	<u>4.387,9</u>

1/ Ver Anexo II para a conceituação das categorias

FONTE dos dados básicos: INCRA, Estatísticas Cadastrais / I, 1972

QUADRO 8 - NORDESTE: REPARTIÇÃO DA TERRA E DOS IMÓVEIS RURAIS POR CATEGORIA E POR ZONA
(Percentagens)

ZONA/REGIÃO	MINIFÚNDIO		EMPRESA	RURAL	LATIFÚNDIO P/EXPLORAÇÃO		LATIFÚNDIO P/DIMENSÃO	
	IMÓVEIS	ÁREA	IMÓVEIS	ÁREA	IMÓVEIS	ÁREA	IMÓVEIS	ÁREA
I - LITORAL - MATA	<u>71,4</u>	<u>12,9</u>	<u>3,8</u>	<u>13,3</u>	<u>24,8</u>	<u>68,2</u>	<u>0,0</u>	<u>5,6</u>
1.Sistema Canavieiro	74,6	8,1	3,9	22,4	21,5	63,1	0,0	6,4
2.Sistema Cacaueiro	68,0	18,7	7,7	14,7	24,3	61,6	0,0	7,0
3.Agropastoril Sub- costeira	70,4	14,0	1,1	2,6	28,5	78,0	0,0	5,4
II - ZONA SEMI-ÁRIDA	<u>82,0</u>	<u>24,0</u>	<u>1,2</u>	<u>5,5</u>	<u>16,8</u>	<u>67,7</u>	<u>0,0</u>	<u>2,8</u>
1.Gado-Policl.(Agreste)	87,8	29,0	1,2	6,3	11,0	64,2	0,0	0,5
2.Gado-aldodão	81,6	26,1	0,9	4,3	17,5	69,3	0,0	0,3
3.Norte Cearense	76,9	24,2	1,0	4,9	21,1	70,9	0,0	-
4.Agropastoril Sertaneja	81,0	25,0	0,6	2,6	18,4	69,4	0,0	3,0
5.Pecuária Melhorada	72,6	15,7	3,6	11,0	23,8	63,0	0,0	10,3
III-ZONA DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA	<u>68,9</u>	<u>13,2</u>	<u>1,1</u>	<u>2,5</u>	<u>30,0</u>	<u>77,3</u>	<u>0,0</u>	<u>7,0</u>
1.Agropastoril extrativ.	67,0	11,5	1,4	2,5	31,6	78,0	0,0	8,0
2.Baixa Ocupação do Solo	72,2	15,9	0,8	2,7	27,0	76,2	0,0	5,2
N O R D E S T E	<u>79,1</u> =====	<u>19,4</u> =====	<u>1,5</u> ====	<u>5,1</u> ====	<u>19,4</u> =====	<u>71,0</u> =====	<u>0,0</u> ====	<u>4,5</u> ====

FONTE dos dados básicos: Quadro 5.

C A P Í T U L O 4

A POPULAÇÃO: OCUPAÇÃO E MOBILIDADE

A concentração da propriedade da terra e as modalidades de acesso à sua exploração por parte da população sem terra são condicionantes diretas da posição na ocupação por parte da população diretamente ligada às atividades rurais.

A população de que trataremos aqui compreende o conjunto de famílias cujo chefe se dedica principalmente à atividade agropecuária, objeto de uma listagem especial do IBGE a partir dos dados do Censo Demográfico de 1970, cuja repartição, foi mostrada no Quadro 1.

Completaremos a análise da distribuição funcional, com o exame da sua mobilidade social e espacial da população.

1 - Composição do pessoal ocupado

O exame das estatísticas censitárias do pessoal ocupado na agropecuária, de acordo com a taxionomia usada pelo IBGE no Censo Agropecuário, permite distinguir inicialmente duas grandes categorias de pessoal ocupado:

- os responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários e os membros não remunerados de suas famílias, distribuídos, segundo a condição do produtor, em proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes; e
- o pessoal subordinado, compreendendo os empregados (em trabalho permanente e em trabalho temporário); os parceiros subordinados à administração e remunerados com parte da produção obtida com

seu trabalho, distintos dos parceiros autônomos, estes últimos computados na primeira categoria; e o pessoal de outra condição, com regime de trabalho diferente dos grupos anteriores, tais como agregados, moradores, etc.

O pessoal ocupado nessas grandes categorias ascende, em 1970, a 7,8 milhões de pessoas (Ver quadro 9), correspondente a uma média de aproximadamente duas pessoas ocupadas para cada uma das famílias cujo chefe tem sua ocupação principal na agropecuária.

Presumiu-se que a estratificação dessas famílias estaria bastante próxima da composição do pessoal ocupado.

Todavia, o Censo Agropecuário infelizmente não discrimina, a nível de microrregião, as várias categorias de "responsável e membros não remunerados" segundo a condição de produtor. Esta discriminação é fornecida, nos Censos, apenas a nível de estado.

Para uma melhor compreensão a nível das várias regiões precisaríamos fazer uso de alguns procedimentos indiretos:

- a) os responsáveis e membros não remunerados das famílias foram distribuídos segundo a condição do produtor nas mesmas proporções da repartição do número de estabelecimentos;
- b) a repartição dos "proprietários" em grandes e pequenos foi feita segundo a composição dos imóveis rurais, correspondendo aos pequenos os minifúndios e aos grandes os demais

QUADRO 9 - PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA POR CATEGORIA - 1970

ZONA/REGIÃO	T O T A L	RESPONSÁVEIS E MEMBROS NÃO RE-MUNERADOS	EMPREGADOS EM TRABALHO PERMANENTE	EMPREGADOS EM TRABALHO TEMPORÁRIO	PARCEIROS	OUTRA CONDIÇÃO
<u>I - LITORAL - MATA</u>	<u>922,5</u>	<u>587,4</u>	<u>158,2</u>	<u>157,9</u>	<u>6,5</u>	<u>12,6</u>
1. Sistema Canavieiro	481,9	259,0	108,1	108,2	0,9	5,7
2. Sistema Cacaueiro	163,3	99,9	33,2	28,3	0,5	1,4
3. Agropastoril Sub-costeira	277,3	228,5	16,9	21,4	5,0	5,5
<u>II - ZONA SEMI-ÁRIDA</u>	<u>5.150,9</u>	<u>4.252,0</u>	<u>139,4</u>	<u>487,5</u>	<u>150,5</u>	<u>130,5</u>
1. Gado-Policl. (Agreste)	1.715,8	1.529,2	48,0	111,0	10,0	17,6
2. Gado-aldodão	1.302,9	993,6	31,4	110,0	110,8	57,1
3. Norte Cearense	445,9	326,8	11,0	77,5	10,5	20,1
4. Agropastoril Sertaneja	1.121,9	966,8	18,1	114,8	8,7	13,5
5. Pecuária Melhorada	564,4	435,6	30,9	65,2	10,5	22,2
<u>III - ZONA DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA</u>	<u>1.783,4</u>	<u>1.682,6</u>	<u>13,7</u>	<u>69,4</u>	<u>9,6</u>	<u>8,1</u>
1. Agropastoril extrativ.	1.327,5	1.262,8	8,4	44,7	5,3	6,3
2. Baixa Ocupação do Solo	455,9	419,8	5,3	24,7	4,3	1,8
<u>N O R D E S T E</u>	<u>7.856,8</u>	<u>6.522,0</u>	<u>311,3</u>	<u>705,8</u>	<u>166,5</u>	<u>151,2</u>

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário, 1970.

A legitimidade desses procedimentos, foi testada. Os valores relativos resultantes do procedimento(a) para o conjunto do Nordeste(Ver quadro 11) foram comparados com as proporções resultantes da soma dos valores dos nove estados inteiramente nordestinos, do Maranhão à Bahia, apresentando resultados manifestamente equivalentes(as pequenas diferenças podem ser parcialmente imputadas à inclusão das microrregiões de Minas Gerais no procedimento (a)):

<u>Responsáveis e membros não remunerados</u>	<u>Percentagens:</u>	
	<u>Procedimento (a)</u>	<u>9 estados</u>
Proprietários	48,1	50,2
Arrendatários	12,9	13,2
Parceiros	3,7	3,7
Ocupantes	15,7	16,4
TOTAL	<u>80,4</u>	<u>83,5</u>

Para o procedimento (b) a exploração dos valores da tabela 1.09 das Estatísticas Cadastrais I do INCRA mostrou, para o conjunto do Nordeste, valores relativos também bastante próximos para o número de imóveis e a população dos proprietários e seus dependentes:

<u>Categoria do Imóvel</u>	<u>Percentagens</u>	
	<u>Proprietários e Dependentes</u>	<u>Imóveis</u>
Minifúndio	77,2	79,5
Empresa Rural	1,5	1,5
Latifúndio	21,3	19,0

Das nove categorias dispostas nos quadros 10 e 11 as cinco primeiras dizem respeito aos titulares de estabelecimentos agropecuários. A primeira categoria compreende os médios e grandes proprietários, assim entendidos os titulares dos imóveis rurais classificados pelo INCRA nas categorias de empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão, imóveis esses que se constituem na base física de operação, exclu

QUADRO 10 - REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO O ACESSO À TERRA E CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO

(1.000 Famílias) ^{1/}

ZONA/REGIÃO	TOTAL	PROPRIETÁRIOS		OCUPANTES	ARRENDATÁRIOS	PARCEIROS		EMPREGADOS EM TRABALHO		OUTRA CONDIÇÃO
		MÉDIOS E GRANDES	PEQUENOS			AUTÔNOMOS	SUBORDINADOS	PERMANENTE	TEMPORÁRIO	
I - LITORAL - MATA	<u>743,9</u>	<u>78,4</u>	<u>197,5</u>	<u>71,7</u>	<u>108,5</u>	<u>8,3</u>	<u>4,8</u>	<u>132,0</u>	<u>132,5</u>	<u>10,5</u>
1.Sistema Canavieiro	443,7	27,5	80,7	42,2	84,3	3,6	0,9	99,4	99,8	5,3
2.Sistema Cacaueiro	100,1	17,5	37,3	5,1	0,4	0,9	0,3	20,4	17,3	0,9
3.Agropastoril Sub-costeira	200,1	33,4	79,5	24,4	23,8	3,8	3,6	12,2	15,4	4,0
II - ZONA SEMI-ÁRIDA	<u>2.324,1</u>	<u>251,0</u>	<u>1.139,5</u>	<u>262,8</u>	<u>172,8</u>	<u>77,1</u>	<u>71,3</u>	<u>65,0</u>	<u>221,8</u>	<u>62,8</u>
1.Gado-Policl.(Agreste)	738,1	54,6	393,4	98,9	98,9	11,8	4,4	20,7	48,0	7,4
2.Gado-aldodão	609,0	59,7	265,6	69,3	41,4	28,6	51,8	14,6	51,2	26,8
3.Norte Cearense	264,2	26,4	93,0	26,4	21,4	26,4	6,1	6,6	46,0	11,9
4.Agropastoril Sertaneja	413,6	55,5	242,7	43,4	6,6	8,3	3,3	6,6	42,2	5,0
5.Pecuária Melhorada	299,2	54,8	144,8	24,8	4,5	2,0	5,7	16,5	34,4	11,7
III-ZONA DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA	<u>694,3</u>	<u>42,7</u>	<u>98,5</u>	<u>256,5</u>	<u>203,9</u>	<u>54,0</u>	<u>3,5</u>	<u>5,1</u>	<u>26,8</u>	<u>3,3</u>
1.Agropastoril extrativ.	535,2	22,5	46,0	200,7	188,4	51,4	2,1	3,2	18,2	2,7
2.Baixa Ocupação do Solo	159,1	20,2	52,5	55,8	15,5	2,6	1,4	1,9	8,6	0,6
N O R D E S T E	<u>3.762,3</u>	<u>372,1</u>	<u>1.435,5</u>	<u>591,0</u>	<u>485,2</u>	<u>139,4</u>	<u>79,6</u>	<u>202,1</u>	<u>381,1</u>	<u>76,3</u>

1/ Famílias, independentemente do domicílio rural ou urbano cujo chefe se dedica principalmente à agropecuária.

FONTE: IBGE, INCRA, Texto.

QUADRO 11 - REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO O ACESSO À TERRA E A CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO
(Percentagens)

ZONA/REGIÃO	PROPRIETARIOS		OCUPANTES	ARRENDATÁ - RIOS	PARCEIROS		EMPREGADOS EM TRABALHO		OUTRA CONDIÇÃO
	LATIFUNDIÁRIO E EMPREGADOR	PEQUENOS E MINIFUND.			AUTÔNOMOS	SUBORDINADOS	PERMANENTE	TEMPORÁRIO	
<u>I - LITORAL - MATA</u>	<u>10,6</u>	<u>26,5</u>	<u>9,6</u>	<u>14,6</u>	<u>1,1</u>	<u>0,7</u>	<u>17,1</u>	<u>17,1</u>	<u>1,4</u>
1.Sistema Canavieiro	6,2	18,2	9,5	19,0	0,8	0,2	22,4	22,5	1,2
2.Sistema Cacaueiro	17,5	37,2	5,1	0,4	0,9	0,3	20,4	17,3	0,9
3.Agropastoril Sub- costeira	16,7	39,7	12,2	11,9	1,9	1,8	6,1	7,7	2,0
<u>II - ZONA SEMI-ÁRIDA</u>	<u>10,8</u>	<u>49,0</u>	<u>11,3</u>	<u>7,4</u>	<u>3,3</u>	<u>3,1</u>	<u>2,8</u>	<u>9,6</u>	<u>2,7</u>
1.Gado-Policl.(Agreste)	7,4	53,3	13,4	13,4	1,6	0,6	2,8	6,5	1,0
2.Gado-aldedão	9,8	43,6	11,4	6,8	4,7	8,5	2,4	8,4	4,4
3.Norte Cearense	10,0	35,2	10,0	8,1	10,0	2,3	2,5	17,4	4,5
4.Agropastoril Sertaneja	13,7	58,4	10,5	1,6	2,0	0,8	1,6	10,2	1,2
5.Pecuária Melhorada	18,3	48,4	8,3	1,5	0,7	1,9	5,5	11,5	3,9
<u>III-ZONA DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA</u>	<u>6,1</u>	<u>14,2</u>	<u>36,9</u>	<u>29,4</u>	<u>7,8</u>	<u>0,5</u>	<u>0,7</u>	<u>3,9</u>	<u>0,5</u>
1.Agropastoril extrativ.	4,2	8,6	37,5	35,2	9,6	0,4	0,6	3,4	0,5
2.Baixa Ocupação do Solo	12,7	33,0	35,1	9,7	1,6	0,9	1,2	5,4	0,4
<u>N O R D E S T E</u>	<u>==9,9==</u>	<u>38,2</u>	<u>15,7</u>	<u>12,9</u>	<u>3,7</u>	<u>2,1</u>	<u>5,4</u>	<u>10,1</u>	<u>2,0</u>

FONTES: IBGE, INCRA, texto.

siva ou parcial, de praticamente todos os demais estratos.

Os pequenos proprietários são entendidos como os titulares dos imóveis classificados pelo INCRA na categoria de minifúndios.

Os ocupantes constituem o estrato dos que teoricamente ocupam e exploram terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário) "na da pagando pelo uso", segundo a conceituação do IBGE.

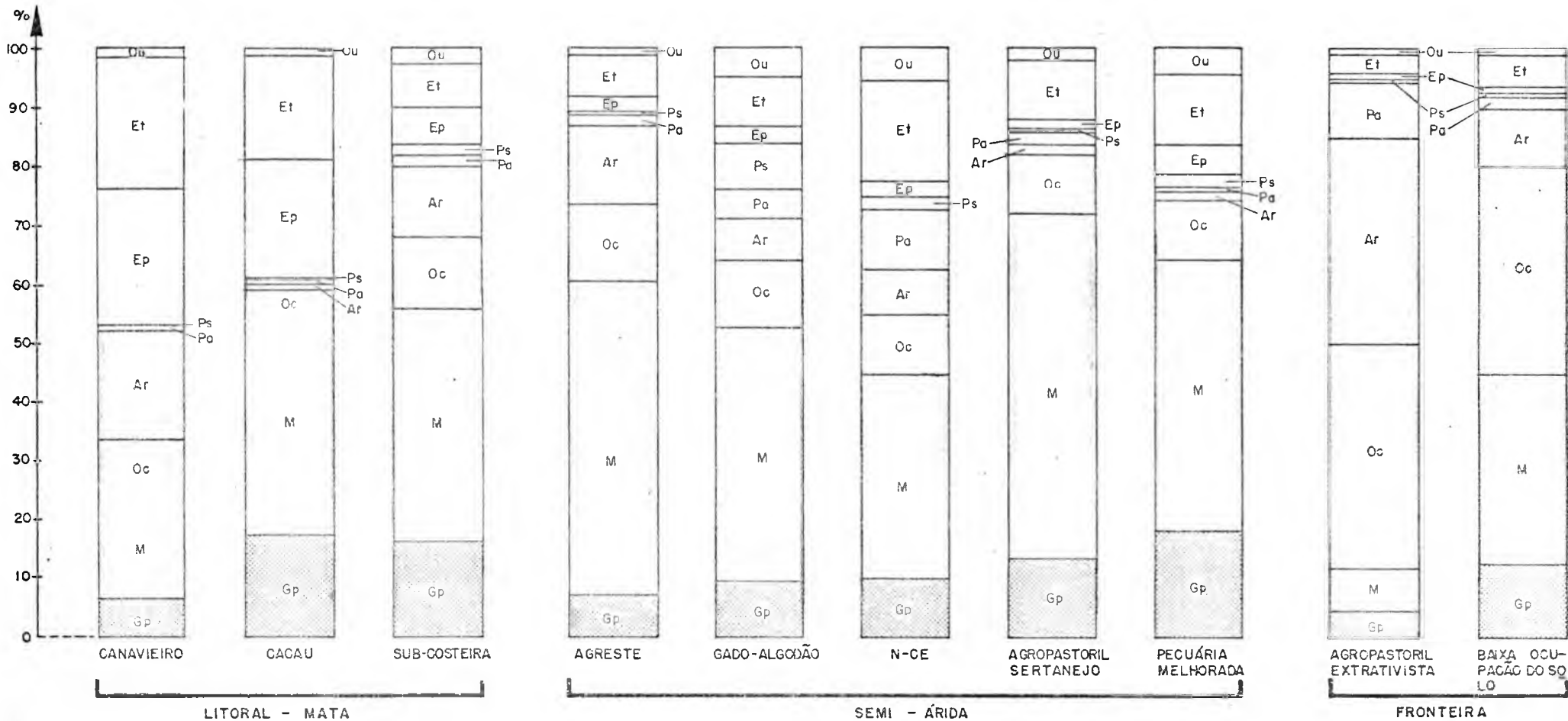
Os arrendatários pagam pelo uso da terra uma quantia fixa em dinheiro ou sua equivalência em produtos, enquanto os parceiros pagam um percentual da produção obtida.

Os parceiros se constituem em uma categoria de transição entre os titulares dos estabelecimentos e o pesoal subordinado. Os parceiros subordinados à administração e remunerados com parte da produção obtida com seu trabalho se enquadram frequentemente em um regime de simples assalariado disfarçado, que mais os assemelha à condição de empregados em trabalho temporário - os contratados para atividades eventuais ou de curta duração. Esta observação aplica-se aliás, também a uma grande parte dos chamados agregados e moradores classificados na categoria "outra condição".

A repartição contida nos quadros 10 e 11 e visualizada na Figura 1 pode ser melhor explicitada em termos de acesso - ou da separação - da população estudada com relação aos meios de produção e notadamente à terra, base física de trabalho e lastro patrimonial para obtenção do crédito oficial. Com essa finalidade preparou-se o Quadro 12 que mostra as superfícies médias por unidade de apropriação da terra (imóveis rurais do INCRA) e de gestão (estabelecimentos agropecuários do IBGE) e por família. O exame desse quadro suscita as seguintes observações principais:

FIGURA 1

COMPOSIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR REGIÃO



LEGENDA

Ou	OUTRA CONDIÇÃO
Et	EMPREGADOS EM TRABALHOS TEMPORÁRIOS
Ep	EMPREGADOS EM TRABALHOS PERMANENTES
Ps	PARCEIROS SUBORDINADOS
Pa	PARCEIROS AUTÔNOMOS
Ar	ARRENDATÁRIOS
Oc	OCUPANTES
M	PEQUENOS PROPRIETÁRIOS E MINIFUNDIÁRIOS
Gp	MÉDIOS E GRANDES PROPRIETÁRIOS

QUADRO 12 - SUPERFÍCIES MÉDIAS POR UNIDADE E POR FAMÍLIA (Hectares)

ZONA/REGIÃO	DAS PROPRIEDADES - INCRA (1972)						DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - IBGE (1970)							
	MÉDIAS E GRANDES		PEQUENAS		TODAS		PROPRIETÁRIOS		OCUPANTES		ARRENDATÁRIOS		PARCEIROS	
	P/IMOVEL	P/FAMIL	P/IMOVEL	P/FAMIL	P/IMOVEL	P/FAMIL	P/ESTAB.	P/FAMIL	P/ESTAB.	P/FAMIL	P/ESTAB.	P/FAMIL	P/ESTAB.	P/FAMIL.
I - LITORAL - MATA	215,3	81,9	12,8	4,8	70,8	26,7	47,7	22,8	6,7	3,0	9,6	4,2	15,3	6,9
1. Sistema Canavieiro	272,1	96,1	8,2	2,9	75,2	26,6	49,6	21,3	4,6	2,0	11,6	5,0	16,0	6,2
2. Sistema Cacaueiro	182,1	85,1	19,7	9,2	71,6	33,4	54,9	32,6	16,3	9,8	32,7	20,7	23,6	13,0
3. Agropastoril Sub-costeira	191,9	68,5	13,2	4,7	66,0	23,6	41,5	19,4	7,4	3,5	2,8	1,3	12,6	6,0
II - ZONA SEMI-ÁRIDA	290,5	170,6	20,2	11,9	69,0	40,5	45,9	34,2	14,7	11,1	7,2	5,5	15,8	11,2
1. Gado-Policl. (Agreste)	207,2	110,7	11,8	6,3	35,7	19,0	22,4	18,2	4,7	3,8	2,4	1,9	5,8	4,8
2. Gado-aldodão	278,2	220,7	22,3	17,6	69,4	54,9	59,7	46,3	22,3	17,5	14,8	11,4	18,6	14,3
3. Norte Cearense	219,5	136,8	19,8	12,3	64,0	39,9	53,5	31,1	20,2	11,8	13,1	7,7	16,1	9,3
4. Agropastoril Sertaneja	345,6	185,5	27,1	14,2	87,5	46,1	44,7	35,6	16,3	13,0	10,1	8,0	17,2	13,3
5. Pecuária Melhorada	394,8	176,8	27,7	12,5	127,8	57,6	88,2	50,1	32,1	18,3	29,3	16,9	36,2	18,9
III - ZONA DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA	626,7	695,3	43,1	45,9	224,5	242,3	147,0	133,1	6,5	6,2	3,0	2,9	1,8	1,8
1. Agropastoril extrativ.	571,9	809,8	36,5	51,3	312,2	300,4	146,3	144,0	4,7	4,6	2,8	2,8	1,6	1,6
2. Baixa Ocupação do Solo	739,1	567,7	53,7	41,2	244,1	187,5	147,8	122,9	14,4	12,0	5,3	4,4	6,8	5,2
NORDESTE	351,4	212,1	22,4	13,2	91,2	54,2	58,9	40,2	10,0	8,0	5,3	4,1	9,1	7,3
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Fontes dos dados básicos: INCRA e FIBGE

2 - Mobilidade da população

As categorias relativamente rígidas em que as estatísticas oficiais classificam a população rural não nos devem fazer perder de vista a importância da mobilidade que caracteriza essa população, a dois níveis:

- mobilidade entre posições na ocupação,
- mobilidade espacial.

2.1 - Mobilidade entre posições na ocupação

É conveniente se destacar, em primeiro lugar, a frequente coexistência de estatutos variados de trabalhadores em uma mesma região e até em uma mesma propriedade.

Registra-se também com muita frequência uma certa polivalência de ocupações como mecanismo de regularização do emprego e da renda. Assim, por exemplo, um pequeno proprietário pode ser ao mesmo tempo um parceiro ou arrendatário de uma pequena parcela complementar e empregado temporário em um latifúndio. Pequenos responsáveis por estabelecimentos agropecuários nos períodos de safra na região - minifundiários, ocupantes, arrendatários e parceiros -, podem ser, na entressafra, empregados de "empreita" em latifúndios da região ou assalariados, na safra de outra região, como é o caso dos chamados "corumbas" que se deslocam do A greste para o corte de cana na zona Litoral - Mata.

Ocorre também frequentemente que as famílias se decidam por determinados arranjos quanto à alocação de sua força de trabalho entre as ocupações a que podem ter acesso. Assim, por exemplo, enquanto o pai ou algum filho se engajam como assalariados em uma propriedade, os demais membros prosseguem a pequena exploração familiar.

2.2 - Mobilidade espacial

Origem reconhecida das principais correntes migratórias intranacionais, especialmente as dirigidas para as regiões amazônica e centro-sul, o Nordeste se destaca também pela enorme importância das migrações intrarregionais que pretendemos agora ressaltar.

As informações mostradas pelo estudo SUDENE/ETENE sobre as migrações nordestinas 1/ evidenciaram que por ocasião do último recenseamento mais de um quinto da população regional se encontrava residindo em municípios outros que os de nascimento.

Esta proporção se reveste de um significado ainda maior se se atenta para a forte seletividade dos fluxos migratórios resultando em uma importância desproporcionada de migrantes em idades ativas sobretudo do sexo masculino. Voltaremos a tratar dessa questão no capítulo 9 a propósito das migrações para fora do Nordeste.

A interpretação das motivações associadas à decisão de migrar pode assumir formas bastante satisficadas 2/. Ao nível da reflexão que agora desenvolvemos podemos nos contentar com a compreensão de que esses movimentos são motivados por um complexo de fatores de expulsão e ou de atração diretamente relacionados com expectativas e possibilidades de padrões de vida diferenciados entre a situação - origem e a situação-destino. Em outras palavras, as migrações são entendidas como tentativas de fugir à pobreza.

1/Hélio Augusto de MOURA, Carmem Suzana da Cunha HOLDER e Aídi SAMPAIO. Nordeste: Migrações Inter e Intra-Regionais no período de 1960/1970. Recife, SUDENE/DRH/DM, 1975

2/Ver Hélio Augusto de MOURA et alii, op. cit. pp. 61 e seguintes

- a relação entre as superfícies por unidade e por família traduz o número de famílias por unidade: este número tende a diminuir de leste a oeste aparentemente no mesmo sentido da intensidade da exploração;
- as superfícies médias dos minifúndios são sensivelmente da mesma ordem de grandeza das dos estabelecimentos dos provedores da propriedade da terra-ocupantes, arrendatários e parceiros-, com exceção das duas regiões de fronteira, para as quais os critérios de definição do módulo de propriedade do INCRA teriam de ser manifestamente diversos dos padrões vigentes nas referidas categorias de estabelecimentos.

Essa configuração derivada das estatísticas oficiais encobre totalmente a camada formada pelas explorações familiares modulares, segundo as definições do Estatuto da Terra (Ver Anexo III).

Infelizmente o INCRA de fato só considera essa categoria como uma simples referência pontual, como uma soleira de separação entre os minifúndios (exploração com superfície inferior a esse módulo) e as outras categorias (explorações com superfícies superiores ao módulo) e não como uma camada. As estatísticas cadastrais do INCRA ignoram, pura e simplesmente, a categoria de exploração familiar definida pelo Estatuto da Terra.

Podemos iniciar nossa análise com a recapitulação dos seguintes elementos relevantes já destacados neste trabalho:

- a apropriação privativa e concentrada de três quartos da terra pelos imóveis classificados como latifúndios por exploração e por dimensão (Quadro 8);
- a vinculação de 40 por cento da força de trabalho às médias e pequenas propriedades, etiquetadas pelo INCRA como minifúndios, sob a forma de trabalho familiar (Quadro 11);
- cerca de 20 por cento da população diretamente vinculada à agropecuária correspondente a pouco mais de um terço da população privada da propriedade da terra (52 por cento) estão engajados em relações de trabalho assalariado explícitas ou semi-explícitas (Quadro 11).

Estes três elementos se constituem em pistas seguras para a identificação das três principais formas de produção vigentes na agropecuária nordestina.

1 - As formas de produção vigentes

São caracterizadas a seguir as três seguintes formas de produção principais em vigor no Nordeste brasileiro:

- a produção capitalista, baseada na mão de obra assalariada e em meios de produção que assumem a forma de capital, voltada fundamentalmente para a percepção de um lucro sobre esse capital;
- a produção camponesa baseada na mão de obra familiar e em meios de produção e de subsistência que lhe são próprios não se constituindo, como tais, em capital, voltada fundamentalmente para a valorização de trabalho familiar mobilizado;
- a produção latifundiária baseada na pecuária extensiva e em distintas modalidades de exploração indireta da terra que dão lugar a uma renda fundiária configurada por diferentes tipos de sujeição.

1.1 - A produção camponesa

As raízes históricas da forma de produção camponesa no Nordeste brasileiro remontam ao século XVII como uma economia auxiliar, no Agreste pernambucano, supriadora de alimentos para a Zona da Mata Canavieira 1/.

Quais são os traços mais marcantes da produção camponesa? A produção camponesa pressupõe, inicialmente, uma certa autonomia por parte do pequeno produtor, que só é possível mediante um certo controle dos meios de produção. Ele é, assim, em primeiro lugar, um pequeno proprietário. Se ele não é proprietário fundiário, o controle dos meios de produção terá de ser exercido a outro título: ele será, por

1/ Ver Ana Célia CASTRO e outros. A Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações.
Brasília, BINAGRI, 1979

exemplo, o posseiro, que conquistou, através da ocupação efetiva, um direito de posse. Este poderá também, em alguns casos, ser arrendatário, ou mesmo parceiro, desde que, mediante o pagamento respectivo, em dinheiro ou em produto, - fixo, no arrendamento, variável na parceria - sua autonomia não seja comprometida por outras formas de "sujeição". Nesse último caso ele será antes enquadrado na forma de produção latifundiária.

Outro traço marcante da produção camponesa é a utilização, exclusiva ou largamente predominante, de trabalho familiar. Nos picos de demanda de mão de obra, al gum trabalho assalariado poderá ser admitido, após esgotadas as possibilidades da ajuda mútua.

O fato de assegurar, ao nível da fami lia, o acesso ao controle dos meios de produção por parte da força de trabalho familiar, confere à produção camponesa algu mas características que é importante destacar, a começar pela própria configuração dos bens de produção realmente como "meios" de produção. Esses meios não assumem, como ocorre na produção capitalista, a forma de capital como relação social, tendo por objetivo imperativo a sua reprodução ampliada.

Na produção camponesa o objetivo funda mental é a valorização da força de trabalho, objetivo para, o qual os bens de produção são eminentemente "meios". Esse tipo de relação pode até assumir outras configurações sociais como, por exemplo, o apego à terra, mas isso não tem nada a ver com a propriedade capitalista, em que os meios de produção, por se rem completamente dissociados da força de trabalho e apropriados privativamente, se tornam capital.

Se o objetivo fundamental é a valori zação da força de trabalho, a preocupação imediata, na forma de produção camponesa, teria de ser a subsistência da mão de obra familiar. Por essa razão a produção camponesa, é antes de tudo, produção de alimentos e, desses últimos, uma fração signi ficativa é destinada ao auto-consumo.

1.2 - A produção capitalista

Ao contrário do que ocorre com a produção camponesa, o principal traço da forma de produção capitalista é a separação radical da força de trabalho com relação à propriedade e ao controle dos meios de produção.

Separados da força de trabalho e apropriados privativamente, os meios de produção, independentemente de suas características técnicas, assumem uma conotação social específica: assumem a forma de capital, destinado à reprodução ampliada sob a forma de valor.

Enquanto na forma de produção camponesa a motivação principal é a valorização da força de trabalho familiar, a razão de ser da produção capitalista é a "valorização" de capital sob a forma de percepção de um lucro sobre o capital empregado. Esse lucro, por sua vez, representa a quota-parte que cabe a esse capital da massa de mais valia extorquida.

1.3 - A produção latifundiária

A forma de produção latifundiária se configura, antes de tudo, como uma forma parasitária. Se a motivação principal da produção camponesa é a valorização da força de trabalho familiar; se, na forma de produção capitalista, essa motivação é, mediante o lucro, a acumulação de capital, através de sua reprodução ampliada; a produção latifundiária se caracteriza pela importância atribuída à renda fundiária em suas diversas formas; pela especulação em torno do crescimento biológico da pecuária extensiva; pela ênfase à exploração indireta da terra; pela aversão ao risco.

A produção latifundiária põe em jogo duas personagens principais: a do latifundiário e a do pequeno produtor engajado na exploração indireta, eventualmente intermediados por algum preposto do proprietário como o administrador e o vaqueiro.

2 - As formas de produção predominantes

As formas de produção predominantes no Nordeste variam, espacialmente, de acordo com as regiões e os sistemas de produção praticados.

É conveniente lembrar também que, além das formas puras enunciadas no ítem anterior, numerosas formas concretas se apresentam como gradações diferentes ou como misturas dessas formas puras, tornando equívoca sua classificação em qualquer das formas. É o caso, por exemplo, de muitas explorações intensivas nas regiões de micro-climas ou próximas dos grandes centros urbanos que se aparentam à forma camponesa pela mobilização de trabalho familiar e se aparentam à forma capitalista pela utilização paralela de mão de obra assalariada, pelo acesso ao crédito e pela orientação para o mercado. O trabalho assalariado se registra também ao nível da pecuária praticada em numerosos latifúndios mas nem porisso a forma de produção ali predominante será menos a latifundiária do que a capitalista.

Feita esta ressalva, destacamos, a seguir, para as três zonas, as formas de produção predominantes.

2.1 - Na Zona Litoral-Mata

Nessa Zona predomina a forma de produção capitalista, que preside a produção das duas lavouras principais - a cana de açúcar e o cacau (ver, no capítulo I, as características geo-econômicas dos dois sistemas de produção respectivos).

Na terceira região dessa zona - a agro pastoril subcosteira - as relações de trabalho se diferenciam por uma maior incidência da exploração direta da terra através

de pequenos e médios proprietários e de ocupantes e predominio do arrendamento e da parceria sobre as relações de trabalho as salariado, este último nitidamente mais reduzido de que nas duas regiões monocultoras de cacau e, sobretudo, de cana-de-a çucar.

A forma de produção capitalista pre dominante pode assumir, por sua vez, diferentes configurações. A configuração mais difundida é a do capitalismo agrário. A ma nifestação corrente dessa configuração é dada pelo capitalista proprietário fundiário: o típico grande proprietário produtor de cacau do sul da Bahia, o grande proprietário fornecedor de cana de Pernambuco.

Mas o fornecedor de cana é também fre quentemente o arrendatário capitalista que arrenda o "engenho", contrata trabalhadores e contrai financiamentos.

O sistema canavieiro envolve enfim o que já se chamou de "indústria no campo" 1/, ou seja a estru turação da atividade agrícola pelo capital industrial - a agroin dústria açucareira nucleada pela "usina de açúcar".

Maria de Nazareth Baudel Wanderley 2/ chama a atenção para o fato de que nessa economia açucareira o processo de acumulação assume configurações bastante específicas fundadas na articulação entre a propriedade dos meios de produ^{ção} industriais e a propriedade fundiária. Essa propriedade por parte das classes dominantes, que lhes confere a capacidade de controlar o conjunto da atividade produtiva açucareira, se ma nifesta também articulada ao exercício do poder político que é por sua vez, um componente historicamente importante na reprodu^{ção} dessa estrutura econômica.

1/Ver Ana Célia CASTRO e outros, op. cit., p. 108

2/M.N. Baudel WANDERLEY, Capital e propriedade fundiária; suas articulações na economia de Pernambuco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

Essas características conferem o traço de originalidade a uma tal formação:

"Trata-se de uma indústria dirigida por latifundiários, de uma oligarquia agrária constituída por industriais, e de um capitalismo carente de capital" 1/

A formação e consolidação do capital industrial, sob a forma atual da "usina de açúcar", e a consequente submissão da propriedade fundiária a esse capital, se processam historicamente através de dois mecanismos principais: a) a expropriação dos antigos senhores de engenho por parte das usinas, através dos diferentes instrumentos de pressão de que dispõem, com a consequente destruição das antigas fábricas e a incorporação de suas terras às próprias plantações; e b) a generalização da figura do "fornecedor de cana" cuja relação de estreita dependência com os usineiros esteve na origem de uma série de tensões que determinaram a intervenção governamental para a regulamentação dessa relação, através do Instituto de Açúcar e do Alcool - IAA, sob a forma de um "Estatuto da Lavou^{ra} Canavieira" (Decreto-Lei nº 3.855 de 21.11.41).

A forma de mobilização de trabalho rural nessa economia assume inequivocamente as características de um processo de proletarização da força de trabalho. Uma descrição desse processo é fornecida no Capítulo 2, ítem 1.1.

2.2 - Na Zona Semi-Árida

Nessa zona também se registram formas capitalistas de produção, se bem que em menor escala e com menor grau de concentração, como por exemplo a grande pecuária mais modernizada na região de pecuária melhorada e as plantations de caju articuladas à agroindústria na região do litoral Cearense.

1/ M.N. Baudel WANDERLEY, op. cit., p. 14

Todavia as formas de produção predominantes aqui são a produção camponesa e a produção latifundiária.

A produção camponesa diz respeito principalmente às lavouras alimentares uma vez que a valorização da força de trabalho familiar, objetivo central da produção camponesa, começa pela preocupação com a garantia com a sua subsistência.

Essa forma de produção está disseminada em toda a zona semi-árida do Nordeste mas ela se apresenta mais maciçamente concentrada em alguns focos:

- região do sistema gado - policultura, especialmente o Agrêste Pernambucano;
- região agropastoril sertaneja, especialmente as áreas nucleadas por Iracê, ao Norte da chapada Diamantina, na Bahia;
- as regiões de micro-clima de altitude, especialmente as serras do Norte do Ceará, a Serra de Martins (RN), o Brejo da Paraíba, a Serra do Teixeira (PB) e a Serra do Triunfo (PE);
- as áreas de produção intensiva nos projetos de irrigação implantados pelo poder público, especialmente o DNOCS.

A produção latifundiária está também disseminada em toda a zona semi-árida do Nordeste mas é na região do sistema gado-algodão que se encontra seu verdadeiro arquétipo: é aí que se apresentam em seu estado mais límpido suas características estruturais mais ou menos difusas em toda a Zona Semi-Árida (ver item 2.5 do capítulo 1).

A produção latifundiária no sistema gado-algodão envolve dois estratos sociais (o proprietário da terra e o trabalhador sem terra agregado) e três linhas de produção: a pecuária, o algodão e as lavouras de subsistência. A pecuária, em razão de seu valor patrimonial, é privativa do proprietário.

Na perspectiva do proprietário a pecuária é a atividade central à qual devem se subordinar as demais: o algodão (em parceria) para assegurar respaldo financeiro e as lavouras alimentares, produzidas pelos agregados, para assegurar a subsistência da força de trabalho e suporte alimentar (restolho das culturas) para o gado.

Na perspectiva do trabalhador agregado a atividade mais importante é a produção de alimentos, uma vez que a criação lhe é proibida, de direito e de fato. O algodão (geralmente o arbóreo) também pertence ao proprietário que se recusa a admitir o direito às "raízes" por parte do agregado. A parte deste último na parceria do algodão é sempre uma incógnita, em função dos múltiplos "descontos" a que deve dar lugar e o resultado líquido que lhe cabe ao final é geralmente muito pouco senão nulo, ou até negativo.

A produção de alimentos se configura assim para o agregado como sua atividade principal: aí terá despendido uma parcela substancial de sua força de trabalho; daí espera retirar o principal de sua subsistência, além da obrigação em que se verá de comercializar uma parte dessa produção.

Essa desvinculação de interesses ao nível da exploração já havia sido detectada pelo GTDN na perspec

tiva da explicação dos efeitos das secas 1/

Na verdade a forma de produção latifundiária está na origem da superposição de uma dupla vulnerabilidade: a vulnerabilidade "biológica" das lavouras alimentares face à irregularidade das chuvas e a vulnerabilidade "econômica" de uma parcela da população face a uma perturbação em sua precária base de manutenção.

Mais especificamente a forma de produção latifundiária traduz uma repartição altamente desigual dos riscos associados às secas em uma região de elevada irregularidade climática. Com efeito, na parceira vigente na produção latifundiária, o aporte do proprietário é representado basicamente pela terra (plantada com trabalho assalariado dos próprios agregados, quando o algodão é arbóreo) e uma certa quantidade de defensivos. O risco do proprietário é mínimo:

- a terra só faz se valorizar,
- o algodão arbóreo é cultura permanente: o ano bom compensa o ruim,
- o gado é móvel e nos anos realmente ruins é solto na lavoura e em casos extremos pode ser transportado a outras plagas.

1/ BRASIL. Conselho de Desenvolvimento. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. 2. ed., Recife, SUDENE, 1967, p. 62 (A primeira edição é de 1958 do Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. Título Original: Diagnóstico Preliminar da Economia do Nordeste, elaborado sob a direção de Celso FURTADO); Ver também: Caráter e efeitos da seca nordestina de 1970, cit.

Os adiantamentos feitos aos agregados são meros empréstimos sujeitos a reembolsos e a juros: o agregado deve fornecer toda a força de trabalho necessária (a partir da mão de obra familiar) por sua conta e risco.

Para que esses agregados e suas famílias sejam reduzidos à indigência é suficiente apenas que os proprietários suspeitem que o ano será de seca e suprimam os adiantamentos (pois se o ano for de seca os proprietários não teriam como se reembolsar na colheita).

Nessas condições, se o risco é todo suportado pelos agregados e, mais ainda, se nos anos de seca o Governo ainda vem em socorro... dos proprietários, torna-se bem mais compreensível por que estes últimos manifestam tão pouco empenho na aplicação de tecnologias destinadas à redução dos riscos (irrigação, reservas alimentares e forrageiras etc).

2.3 - Na zona de expansão da fronteira agrícola

Os fluxos populacionais que se dirigem a essa zona são provenientes sobretudo da zona semi-árida, particularmente dos estados do Ceará e do Piauí e demandam essencialmente o estado do Maranhão, se bem que a zona de expansão da fronteira inclua também o oeste baiano.

Como seria de se esperar, as formas de produção nessa zona apresentam tendência à reprodução, mutatis mutandis, das formas vigentes nas regiões de ocupação anterior consolidada, das quais ela representaria a "expansão".

Um corte na dinâmica do processo de ocupação mostraria, como marco espacial inicial, a produção camponesa implantada pelos posseiros. Uma descrição sumária das condições em que se processa esta ocupação inicial foi feita no ítem 1.3.2 do capítulo 2.

A essa ocupação inicial sucede tipicamente a expropriação dos posseiros através de algum dispositivo de grilagem associado, direta ou indiretamente, à implantação de unidades latifundiárias e empresariais. Os posseiros expropriados que não quiserem se submeter ao latifúndio, como arrendatários ou como assalariados, procederão à abertura de novas frentes e estará reiniciado o ciclo.

Os dispositivos de grilagem são componentes críticos de todo o processo. Ricardo Carneiro distingue três tipos de grileiros atuando na área 1/. O grande pecuarista procurará imprimir à operação de expropriação do posseiro uma aparência de legalidade: procurará "convencer" o posseiro a lhe "vender a posse" a um preço "conveniente para ambos". Em casos extremos o "convencimento" pode necessitar o recurso ao "argumento" da violência.

Outra forma de grilagem bastante difundida se baseia na falsificação de títulos de propriedade. Nesse caso, para a expropriação do posseiro, se poderá dispor de um argumento adicional de convencimento: o do "direito de propriedade".

Um terceiro tipo de grileiro seria constituído pelos "valentões", operando por conta própria ou a soldo de terceiros, utilizando-se da violência sistemática para expropriar e afugentar os posseiros, instalando-se depois em seu lugar ou vendendo a posse a terceiros.

Esses dispositivos podem conduzir a situações bastante insólitas como as que cercaram certas operações estaduais de venda de terras públicas. Em muitas dessas operações os títulos de venda oficiais tiveram seu registro em cartório embargados por titulares de "documentos" prévios de

1/ Ricardo CARNEIRO. Transformações recentes da agricultura do Nordeste. Recife, PIMES, s. d. (mimeo)

propriedade. A muitos grandes compradores pareceu mais simples do que contestar a validade de tais documentos, frente aos títulos oficiais, "comprar" a propriedade uma segunda vez ao "proprietário" paralelo "em troca" da retirada do embargo, para permitir o registro do título oficial.

C A P Í T U L O 6

A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Uma estratificação social rural pode ser derivada diretamente da análise das formas de produção.

Das três formas analisadas, a forma camponesa é a única que não apresenta dissociação entre a força de trabalho e os meios de produção: a força de trabalho tem acesso ao controle dos meios de produção senão a título de propriedade, pelos menos a um outro título qualquer (posse, arrendamento parceria).

Nas duas outras formas de produção, a dissociação entre força de trabalho e meios de produção está na origem de uma estratificação social operando a separação entre empresários e assalariados, na forma capitalista, e entre proprietários e agregados, na forma latifundiária.

1 - A divisão em cinco estratos

De posse desses elementos podemos estabelecer a distinção dos cinco estratos seguintes:

- Estrato I - Proprietários rentistas
- Estrato II - Empresários capitalistas,
- Estrato III - Camponeses autônomos
- Estrato IV - Agregados dependentes
- Estrato V - Trabalhadores assalariados

1.1 - Os proprietários rentistas

O estrato dos proprietários rentistas, é constituído pelos titulares de latifúndios, segundo a denominação do INCRA, inseridos, a esse título, na forma de produção latifundiária.

Suas características principais são em primeiro lugar o gosto pela propriedade de terra, que se constitui em sua fonte de poder por excelência e cuja extensão estão sempre procurando aumentar.

Caracterizam-se também por sua aversão ao risco: sua atividade privilegiada é a pecuária bovina que é viabilizada e complementada através da exploração da força de trabalho constitutiva do estrato IV - os agregados dependentes.

1.2 - Os empresários capitalistas

Os integrantes desse estrato detêm, como os do estrato I, o acesso pleno e monopolista da terra e, através da terra, dos demais meios de produção.

Sua diferenciação principal com relação aos proprietários rentistas é dada pelas relações de produção que configuram sua realização econômica: em oposição aos proprietários rentistas, que se realizam pela extorsão de sujeições dos agregados dependentes, os empresários capitalistas se realizam através da extração de um excedente gerado pelo estrato dos trabalhadores assalariados, que toma a forma de um lucro sobre o capital.

Enquanto a paixão dos rentistas é a propriedade fundiária, a paixão dos empresários capitalistas é, através do lucro, a reprodução ampliada do capital.

1.3 - Os camponeses autônomos

Trata-se dos pequenos produtores à base de mão de obra familiar providos de uma certa autonomia conferida por alguma forma de acesso aos meios de produção: esse estrato inclui portanto, além dos pequenos e médios proprietários, os pequenos produtores não proprietários - ocupantes, arrendatários, ou mesmo parceiros - desde que não tenham sua autonomia comprometida pelas formas de "sujeição" que os configurariam como agregados dependentes.

1.4 - Agregados dependentes

Trata-se aqui também de pequenos produtores a base de mão de obra familiar que se diferenciam dos camponeses autônomos - estrato III - por sua dependência direta dos proprietários rentistas - estrato I. Essa dependência, que configura a forma de produção latifundiária, se traduz para esses agregados:

- na limitação de sua autonomia sobre o que produzir e como produzir,
- na assunção de praticamente todo o risco da pequena produção,
- nas mais variadas "sujeições" a que ficam obrigados pelo direito de ocupação da terra do proprietário.

1.5 - Trabalhadores assalariados

Esse estrato configura os trabalhadores mais radicalmente separados dos meios de produção, cuja subsistência é obtida pela venda de sua força de trabalho.

2 - A população por estrato

A importância numérica de cada um desses estratos não pode ser retirada imediatamente das estatísticas oficiais. Assim a repartição operada no quadro II e retratada na Figura 1 engloba, sob a categoria "Grandes proprietários, tanto integrantes do estrato I como do estrato II. Podemos falar, à vista desse quadro, em uma ordem de grandeza de um décimo da população para os dois estratos. A percentagem dos grandes proprietários pode ser algo inferior a 10 por cento pois sabemos que muitos desses proprietários são donos de várias grandes propriedades quando a estimação do quadro II só foi possível a partir da propriedade. Podemos todavia reter os 10 por cento na perspectiva de que essa possível super-estimação seja compensada pela não inclusão, no estrato II, dos capitalistas arrendatários da zona da Mata, não computados, a esse título como proprietários. Podemos registrar também, com base na maior con

centração de assalariados (empregados) na zona Litoral-Mata (ver Quadro 11) e na maior concentração relativa de "empresas rurais" entre as "grandes propriedades" dessa zona (Ver Quadro 8) que a relação estrato II/estrato I haveria de ser, nessa zona, superior à das demais zonas e à média regional.

O estrato dos camponeses autônomos é o mais numeroso. De acordo com os dados do quadro 11 , a proporção da população vinculada a esse estrato sobre a população total varia de um mínimo da ordem de 40 por cento, se se considera apenas os pequenos e médios proprietários (titulares dos minifúndios, na terminologia do INCRA) a um máximo de 70 por cento se a estes últimos se adicionam os ocupantes, os arrendatários e os parceiros.

Na verdade, este último procedimento seria discutível. Com efeito, a própria conceituação da figura do ocupante por parte do IBGE se presta a equívocos quando reúne em uma só categoria todos os "produtores" cuja "exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento de proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso ". Uma tal conceituação é tanto menos elucidativa do grau de autonomia desses produtores quando voltamos a lembrar como uma das principais características da forma de produção latifundiária a instituição das mais variadas formas de sujeição camufladas atrás dos dispositivos formais de "pagar a parceria", "pagar o arrendamento" ou o "nada pagar".

As observações feitas no parágrafo anterior aplicam-se também, portanto, em parte, às categorias dos arrendatários e dos parceiros. Há também arrendatários que são capitalistas, especialmente na zona Litoral-Mata, como já foi assinalado, como há também grandes arrendatários na região Agropastoril Extrativista, que, talvez paradoxalmente, exploram as terras arrendadas segundo a forma de produção latifundiária (arroz + coco babaçu).

Com base nas observações acima podemos concluir que o estrato dos camponeses autônomos é o mais numeroso dos cinco e compreende pelo menos a metade de toda a população diretamente vinculada à agropecuária do Nordeste.

Se os estratos I e II compreendem 10 por cento da população, se o estrato III compreende pelo menos 50 por cento dessa população, os 40 por cento restantes teriam de se dividir entre os estratos IV e V - os agregados dependentes e os trabalhadores assalariados.

Os trabalhadores assalariados compreendem pouco mais de 15 por cento da população, sendo 10 por cento empregados em trabalho temporário. Sua maior concentração está na zona Litoral-Mata, essencialmente na região do sistema canavieiro, onde essa proporção atinge 45 por cento.

Os agregados dependentes, enfim, poderiam ser estimados, por diferença, em um máximo de 25 por cento da população, etiquetados de "ocupantes", "arrendatários", "parceiros" e "outra condição".

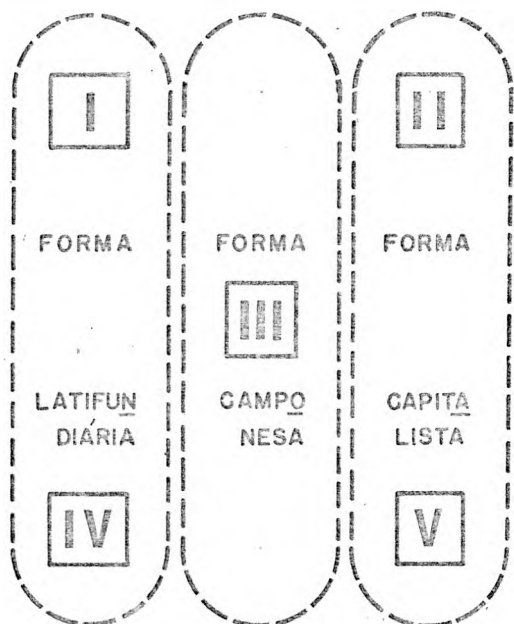
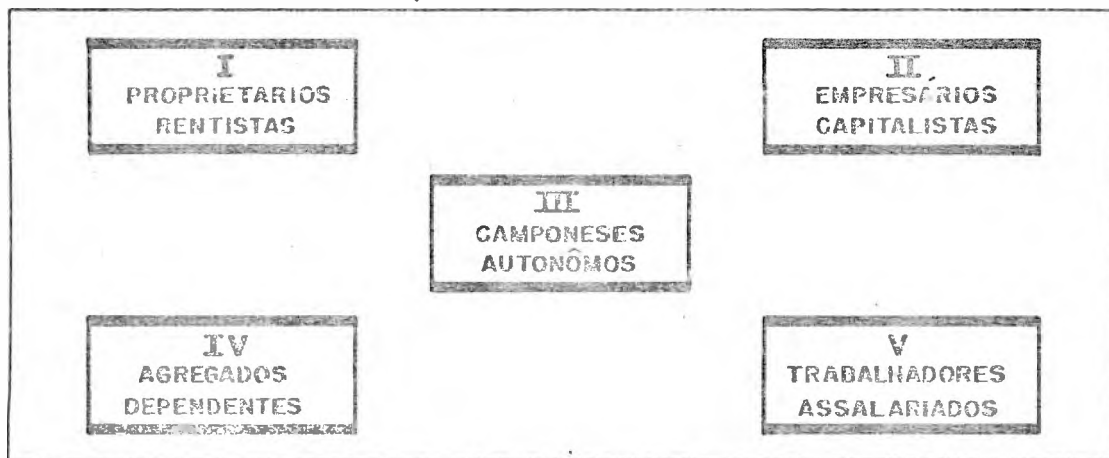
3 - Posições, articulações e tendências

As principais posições de um estrato em relação aos outros bem como as articulações que mantêm entre si podem ser ilustradas pela Figura 2 apresentada a seguir:

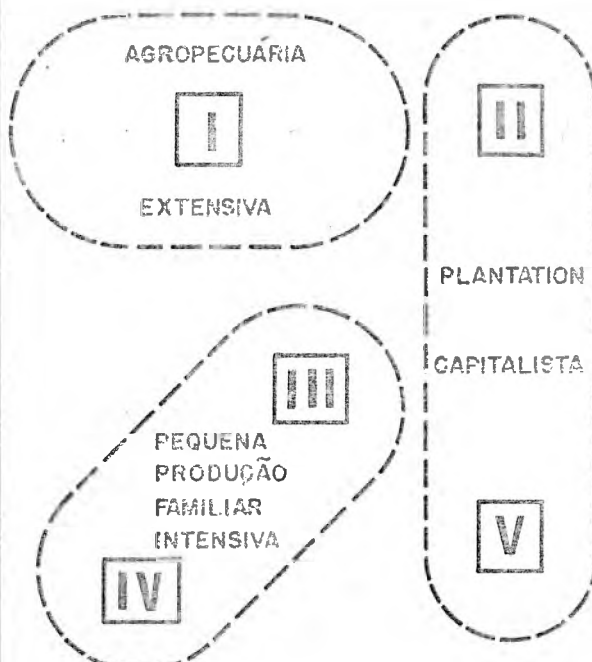
FIGURA 2

ESTRATOS SOCIAIS NO NORDESTE RURAL

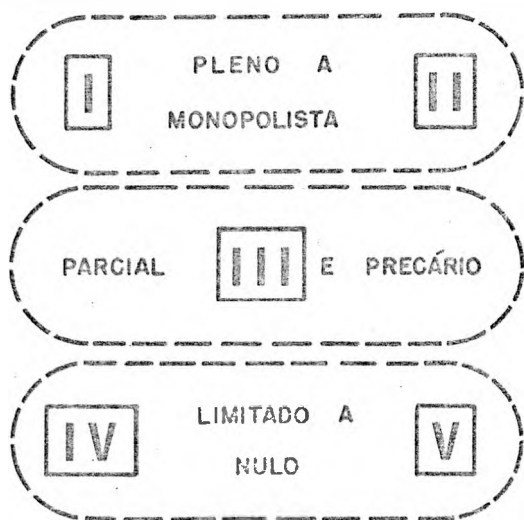
POSIÇÕES E ARTICULAÇÃO



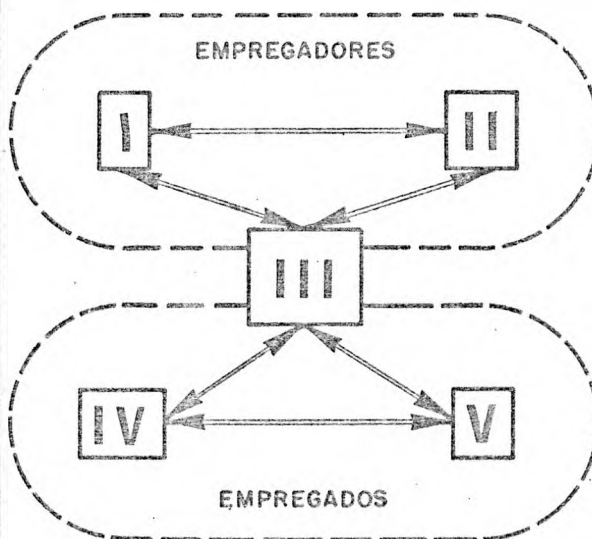
2-A : FORMAS DE PRODUÇÃO



2-B : ESCALA DE PRODUÇÃO



2-C : ACESSO AOS MEIOS DE PRODUÇÃO.



2-D : MOBILIDADE E TRANSFORMAÇÃO

A figura 2-A retrata a separação das próprias formas de produção de onde foram derivadas os estratos. A articulação entre os estratos configura as relações de subordinação entre os mesmos: os camponeses autônomos no centro, os agregados submetidos à dominação dos proprietários rentistas; os assalariados submetidos à dominação dos empresários capitalistas.

Uma variante dessa composição, baseada na escala de produção na parcela, está retratada na figura 2-B. À margem da plantation capitalista, os estratos III e IV apresentam em comum a característica da utilização da mão de obra familiar na pequena produção intensiva, especialmente de lavoura alimentar, produção essa que se contrapõe à pecuária tipicamente extensiva gerida pelos proprietários rentistas.

Na figura 2-C os estratos são posicionados com relação ao acesso aos meios de produção. Proprietários rentistas e empresários capitalistas têm em comum o acesso pleno a monopolita a esses meios. No extremo oposto, para os agregados dependentes e os trabalhadores assalariados, esse acesso é limitado a nulo. No meio, os camponeses têm um acesso parcial e precário a esses meios.

Na figura 2-D enfim se apresenta um quadro para investigações acerca da mobilidade entre esses estratos e de sua transformação tendencial. Impõe-se, inicialmente, a distinção de duas classes principais, a dos empregadores, integrada pelos estratos I e II e a dos empregados, integrada pelos estratos IV e V. O estrato intermediário dos camponeses autônomos se configura, segundo as circunstâncias, numa ou noutra classe: são empregadores quando contratam mão de obra para complementar a força de trabalho familiar; são empregados quando complementam a renda da exploração familiar oferecendo sua mão de obra no mercado de trabalho.

Os estratos I e II - proprietários rentistas e empresários capitalistas - correspondem, de alguma forma, aos dois "Nordeste" a que se refere Francisco de Oliveira: o da oligarquia agrária dos "coronéis" da pecuária e do al

godão; e o da burguesia agroindustrial, especialmente o dos "barões" do açúcar 1/. Seus interesses comuns são numerosos e profundos, a começar pela extração de um sobretrabalho dos estratos IV e V, qualquer que seja a forma assumida por esta última (relações de sujeição ou relação salarial) 2/.

A classe dos empregados é dotada de uma grande mobilidade tanto em termos de posição na ocupação como em termos espaciais. Os três estratos concernidos - os camponeses autônomos, os agregados dependentes e os trabalhadores assalariados - integram a população estigmatizada pela pobreza rural.

1/ Essa separação recobre também a distinção, cara a Roger BASTIDE, entre o Nordeste açucareiro de Gilberto Freyre e o "outro Nordeste", o da civilização do couro de Djacir Menezes. Ver: Roger BASTIDE. Brasil Terre des Contrastes. Paris, lib. Hachette, (tradução brasileira por Maria Isaura Pereira de QUEIROZ. Brasil terra de contrastes. São Paulo, Difusão Européia de Livro, 1959); Gilberto FREYRE. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. I. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal, 18a. ed. Rio, José Olympio, 1977 (a edição original é de 1933), Djacir MENEZES, O outro nordeste; ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da "civilização de couro" e suas implicações históricas ... 2a. ed., Rio de Janeiro, Artenova, 1970.

2/ O próprio Francisco de Oliveira mostra como já aconteceu, para essa burguesia de se tornar "no limite, para usar um termo paradoxal, oligárquica também: o que era condição de sobrevivência para o "Nordeste" algodoeiro-pecuário tornou-se também sua condição de sobrevivência. Tornaram-se indistintos os limites entre uma e outra "região". Ver Francisco de OLIVEIRA. Elelgia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 58; ver também M.N. Baudel WANDERLEY), op. cit. que vê, na economia açucareira, uma "indústria dirigida por latifundiários".

Em uma perspectiva escatológica, esses estratos seriam submetidos a um processo de transformação regida por leis internas inelutáveis no sentido da redução da estratificação ao termo dicotômico burguesia-operariado, ou seja, a recriação ampliada da forma capitalista e a consequente destruição das formas camponesa e latifundiária.

" Ao que tem, se lhe dará em abundância e ao que não tem, se lhe retirará até o que tem": esse texto do evangelho de São Mateus poderia ser inscrito no frontespício da análise da repartição dos incentivos e dos resultados da atividade agrícola, quer se trate da terra, do crédito, da mecanização, dos insumos modernos, da pesquisa, da assistência técnica etc. Os camponeses que não conseguirem se transformar em latifundiários ou em capitalistas seriam reduzidos à condição de agregados ou de assalariados e a supressão da forma camponesa viria se superpor a supressão da forma latifundiária, completando a transformação.

Todavia, na perspectiva global de denominação do capitalismo industrial sobre a agricultura (capitalista e a-capitalista), a agricultura passa a ter sua evolução ditada pela lógica da dominação por parte da indústria.

Nessa perspectiva as formas de produção agropecuária são mais ou menos fortalecidas não em função de sua conformação interna ao arquétipo capitalista mas antes em função da eficiência com que cumprem os papéis que lhes são ditados pela lógica do polo dominador - o capital industrial.

A pequena produção perpetua assim eternamente sua existência dúbia feita da negação intrínseca do arquétipo capitalista e da própria exploração extrínseca por parte do capital. Ela encontra sua expressão principal na produção de alimentos, essencialmente os de consumo popular:

<u>Superfície explorada</u>	<u>Percentagem da produção das culturas 1/:</u>				
	<u>Arroz</u>	<u>Feijão</u>	<u>Mandioca</u>	<u>Milho</u>	<u>Banana</u>
Até 10 ha	73	55	74	68	43
Até 20 ha	79	70	82	76	58

Uma tal especialização, nas condições vigentes no Nordeste brasileiro já traduz per se uma profunda contradição:

- os alimentos devem ser baratos, pois são matéria prima da força de trabalho que deve ser mantida barata;
- a produção de alimentos deve ser estimulada mas o nível de subsistência dos pequenos produtores deve ser mantido suficientemente baixo para não por em perigo a oferta de força de trabalho por parte dos pequenos produtores nem provocar pressões sobre os salários.

4 - Estratificação social e pobreza

A distribuição da população por nível de rendimento mensal que tem servido de base a nossas tentativas de quantificar a população afetada pela pobreza rural está retratada no quadro 13.

Tomando-se por base o limite superior convencionalizado de 200 cruzeiros de rendimento mensal teríamos uma proporção de "pobres" superior a 80 por cento da população.

A simples superposição dessa proporção com o que já sabemos a respeito da composição da população em termos de estratos sociais não deixa qualquer dúvida a respeito de quem são esses pobres: os estratos III, IV e V - camponeses, agregados e assalariados - compreendem 90 por cento da população.

1/ Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1970, In MA/SUDENE/SNPA/URS, A Agricultura do Nordeste: Perspectivas para 1979, Recife, SUDENE/URS, 1979. Compilado de Tania BACELAR DE ARAUJO, op.cit., p. 258

Como se configura a superposição do nível de pobreza com a estratificação social? Não dispomos infelizmente de nenhuma base empírica específica para quantificar essa configuração. Mas nem por isso deixa de ter validade analítica o exercício de especular sobre essa configuração a partir do conhecimento difuso derivado da observação direta.

QUADRO 13

NUMERO DE FAMILIAS CUJO CHEFE SE DEDICA PRINCIPALMENTE
À AGROPECUÁRIA POR RENDIMENTO MENSAL-NORDESTE
1970

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL (CR\$ CORRENTES DE 1970)	POPULAÇÃO (1000 famílias)	PERCENTAGENS	
		Simple	Acumulada
Sem rendimento	279,3	7,7	7,7
Até 50	564,6	15,6	23,3
De 51 a 100	1302,6	35,9	59,2
De 101 a 150	570,9	15,7	74,9
De 151 a 200	319,7	8,8	83,7
Sub-total "Pobres"	3037,1	83,7	-
De 201 a 250	104,6	3,7	87,4
De 251 a 300	106,4	2,9	90,3
De 301 a 400	92,4	2,6	92,9
De 401 a 500	51,0	1,4	94,3
De 501 a 1000	70,0	1,9	96,2
De 1001 a 1500	15,4	0,4	96,6
De 1501 a 2000	6,7	0,2	96,8
De 2000 e mais	8,8	0,3	97,1
Sem declaração	105,7	2,9	100,0
TOTAL-	3628,1	100,0	-

FONTE: F. IBGE - listagem especial

Essa perspectiva orientou a preparação da Figura 3. As superfícies superpostas, separadas pelas linhas tracejadas, retratam as proporções retiradas do quadro 13, com exceção dos "sem declaração" de rendimentos.

Como se operaria a separação dos estratos entre níveis de rendimento? Na medida em que essa separação guarde uma relação estreita com o grau de acesso aos meios de produção, poderíamos pensar em três camadas: a camada "superior" dos latifundiários e burgueses, a camada "intermediária" dos camponeses; a camada "inferior" dos agregados e assalariados.

Na realidade concreta as coisas não devem ser assim tão simples. Na repartição entre os estratos, que nos aventuramos a tracejar na Figura 3, ao tempo em que procuramos fixar o esquema geral das três camadas procuramos incorporar também alguns elementos de diferenciações no interior das camadas.

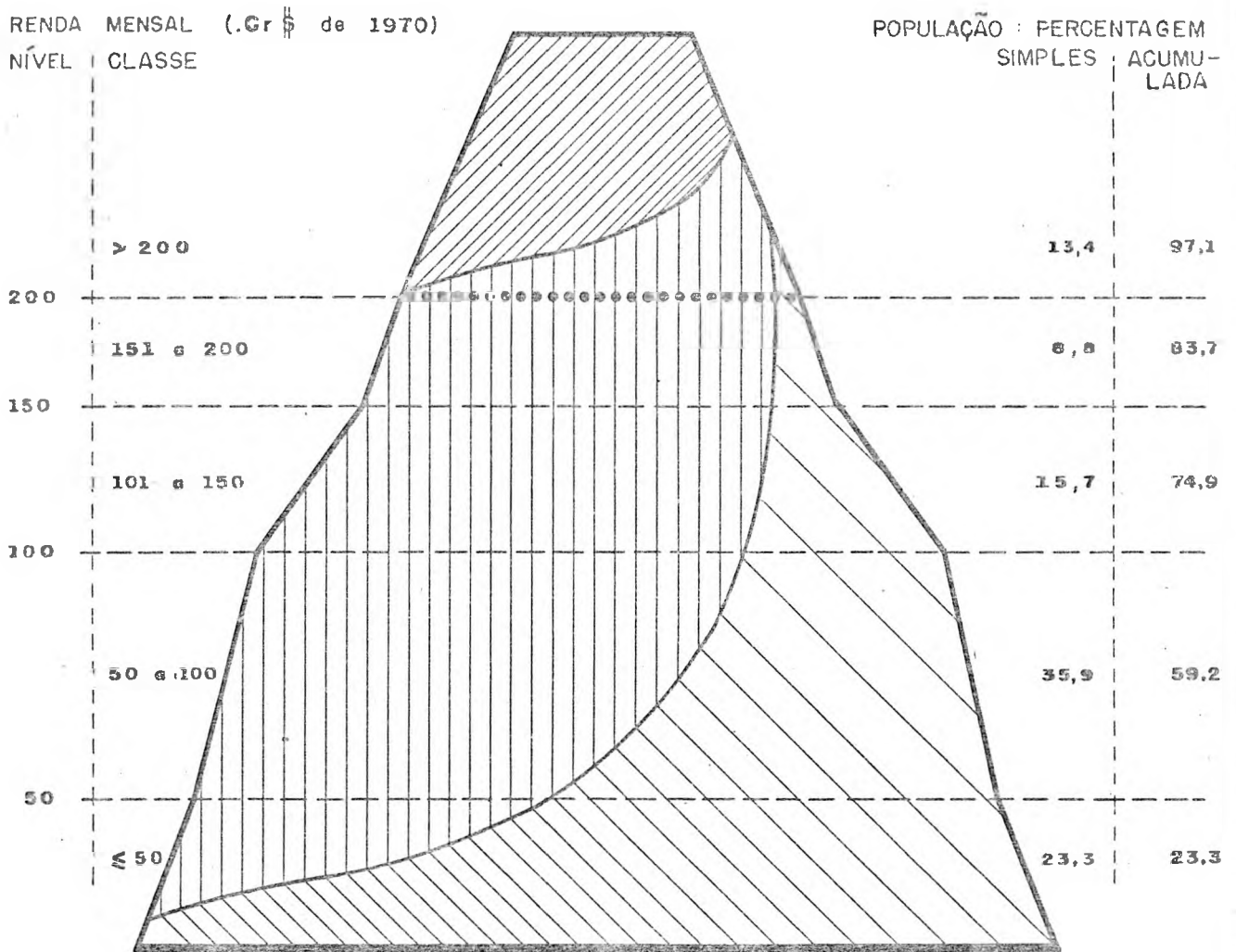
A camada inferior deve se aparentar bastante à população que, por sua extrema fragilidade econômica se transforma nos "flagelados" por ocasião das secas nordestinas. O estudo amostral realizado por ocasião da seca de 1970 1/ mostrou que efetivamente aqueles "flagelados" eram, na sua maioria - 70 por cento - agregados ou simples empregados. Mas entre eles havia também 30 por cento de pequenos proprietários, o que mostra claramente que a fronteira entre agregados e camponeses não é necessariamente muito evidente, sobretudo quando é maior a sua pobreza.

Nas camadas intermediárias a predominância é evidentemente dos camponeses, até porque eles são a maioria da população. Isso porém não impede que um certo número de agregados e de assalariados apresente níveis de vi

1/ Caráter e efeitos da seca de 1970, cit. p.110 e seguintes.

FIGURA 3

NORDESTE : ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E POBREZA RURAL



..... LIMITE SUPERIOR DA ZONA DE POBREZA CONVENCIONAL



ESTRATOS I+II : PROPRIETÁRIOS RENTISTAS + EMPRESÁRIOS CAPITALISTAS. ACESSO AOS MEIOS DE PRODUÇÃO : Pleno a Monopolista. $\leq 10\%$



ESTRATO III : CAMPONESES AUTÔNOMOS. ACESSO PARCIAL E PRECÁRIO AOS MEIOS DE PRODUÇÃO. $\geq 50\%$



ESTRATOS IV+V : AGREGADOS DEPENDENTES + TRABALHADORES ASSALARIADOS. ACESSO AOS MEIOS DE PRODUÇÃO : Limitado a Nulo. $\leq 40\%$

da semelhantes, se bem que em número mais e mais restrito à medida em que aumenta a renda. Trata-se fundamentalmente dos quadros intermediários e dos prepostos dos dirigentes das explorações capitalista e latifundiária: administradores, vaqueiros, gerentes, chefes de turma, apontadores, etc.

A camada superior enfim é evidentemente integrada basicamente pelas empresários capitalistas e pelos proprietários rentistas mas alguns camponeses especialmente operosos e bem situados, com relação a mercados, produtos e bens de produção, obterão níveis de renda bastante superiores a muitos latifundiários retardatários e ineficientes. Exemplos típicos de camponeses mais prósperos são os da pequena produção especialmente intensiva em função de condições excepcionais de mercado (proximidade dos grandes centros urbanos, como o Agreste pernambucano com relação ao Recife), ou de condições edafo-climáticas, sejam elas naturais (micro-climas de altitude nas Serras Úmidas) ou artificiais (projetos de irrigação governamentais).

C A P Í T U L O 7

POBREZA, SOBRETALHALHO E PRODUTIVIDADE

Se a pobreza é tão generalizada, se é tão forte o seu estigma, se é tão difícil dela se escapar quando lá se cai, suas fronteiras deveriam parecer muito mais com um despenhadeiro de que com uma inclinação suave.

1 - Perequação da pobreza rural

A geometria da Figura 3 , apresentada no capítulo 6, expressa tão somente uma relação de proporcionalidade entre superfícies representativas de classes de renda e de estratos sociais. Essa figura nada nos diz sobre as distâncias relativas que separam os "pobres" entre si, por um lado, e por outro lado, a distâncias que separa o bloco dos "pobres" das camadas dominantes de renda mais elevada.

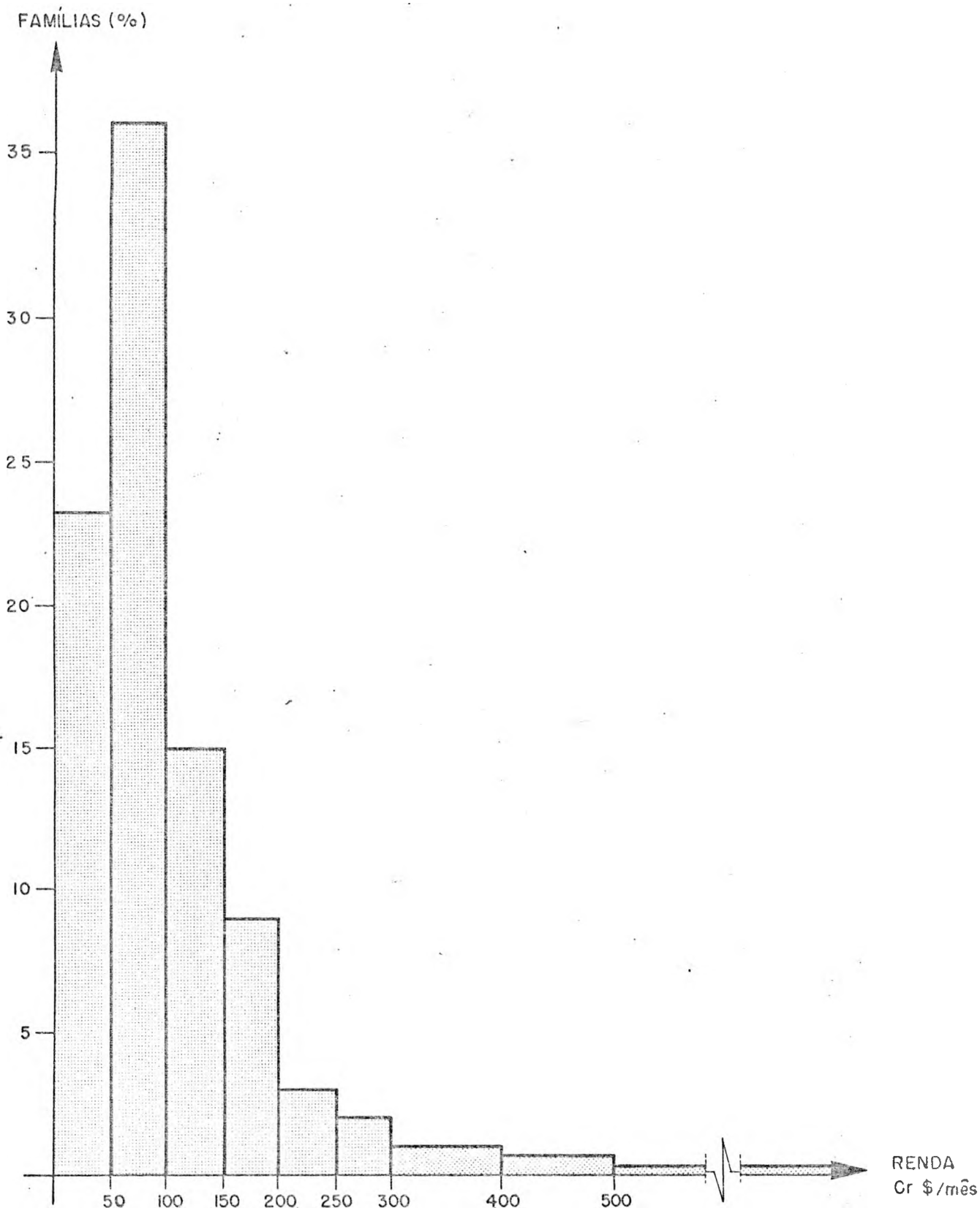
A figura 4 foi elaborada para facilitar a percepção dessas distâncias. A curva que retrata essas diferenças se estende ao longo dos dois eixos da figura, separando uns, ao longo do eixo da população (pobres e numerosos) e outros, ao longo do eixo da renda (poucos e ricos). Entre ambos, um despenhadeiro, de qualquer posição que se olhe.

Tomando por base o limiar dos 200 cruzeiros, as distâncias, no eixo da renda, que separam os pobres entre si são incomparavelmente menores do que as que separam os de renda mais elevada. O mundo da pobreza é muito estreito e desemboca no despenhadeiro.

Uma vez apanhados na armadilha da pobreza, os pobres podem estrebuchar mas seu movimento será vão enquanto persistir o ambiente monopolista que os circunda: é precisamente a sua mobilidade e a concorrência entre si que os nivelam - por baixo.

FIGURA 4

NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR RENDIMENTO MENSAL-1970 (Cruzeiros de 1979)



FONTE DOS DADOS BÁSICOS: QUADRO 13

Com efeito, se há, como se supõe, uma oferta perfeitamente elástica de mão de obra 1/; se, em virtude de sua falta de especialização, trata-se de uma mão de obra eminentemente homogênea; se, para fugir da pobreza a que está submetida, apresenta extrema mobilidade para se deslocar espacialmente ou de posição na ocupação aos primeiros sinais de alguma possível melhoria de padrão de vida, é evidente, pelas leis da física e da economia, que teria de haver perequação.

O que podemos nos indagar é sobre a cota em que deveria se fixar o nível uniforme do padrão de vida. A resposta que os economistas clássicos dariam e essa indagação tomaria por base o valor que assumiria a contribuição principal dessa população: sua força de trabalho. E o valor da força de trabalho, seria dado pelo valor da subsistência necessária para assegurar a manutenção e a reprodução da mesma força de trabalho.

Uma tal resposta não nos levaria muito longe, ela quase nos traria de volta à indagação de origem: e por que esse valor teria de ser, no Nordeste, o da pobreza absoluta?

Podemos procurar alguns subsídios para uma resposta a essa questão específica através da indagação a respeito do que de comum têm entre si os três estratos estigmatizados pela pobreza rural. Identificaremos duas características principais e complementares.

1/ Gray P. KUTCHER e Pasquale L. SCANDIZZO. Modelo para simulações do comportamento da agricultura do Nordeste. Recife, SUDENE/BIRD, 1977.

A primeira dessas características diz respeito ao acesso aos meios de produção. Enquanto os estratos constitutivos dos 10 por cento da população situada no topo superior - os proprietários rentistas e os empresários capitalistas - se apoderaram de 80 por cento da terra apropriada, o acesso aos meios de produção por parte dos 50 por cento dos camponeses autônomos se configura extremamente condicionado, limitado e precário, enquanto os agregados dependentes e os trabalhadores assalariados se veriam praticamente privados do acesso aos meios de produção.

A segunda característica comum a esses três estratos é a importância de que se reveste, para eles a valorização de sua própria força de trabalho, seja através de sua comercialização direta em um mercado de trabalho, como é o caso dos trabalhadores assalariados, seja cristalizada em uma produção familiar destinada ao autoconsumo e ao mercado.

Duas compreensões diferentes da pobreza rural poderiam ser derivadas dessas observações. Se a valorização da força de trabalho é um motivo comum aos três estratos envolvidos na trama da pobreza rural não seria esta última o resultado natural de uma baixa produtividade do trabalho? Nesse caso eles são pobres porque produzem pouco, ou porque o que produzem é pouco valorizado, ou ambas as coisas. O caminho para escapar da pobreza seria então naturalmente diversificar a produção, trabalhar melhor e produzir mais.

Ou não estaria ao contrário a pobreza rural antes associada à fragilidade dos estratos envolvidos em função de seu reduzido acesso aos meios de produção? Nesse caso os pobres são pobres "antes" de qualquer consideração de produtividade: tudo o que produzem acima de seu pa -

drão de pobreza lhes é automaticamente extorquido como um sobretrabalho. O caminho para escapar da pobreza seria então naturalmente a apropriação dos próprios frutos de seu trabalho, a re-definição do "valor da subsistência necessária" e, portanto, do trabalho necessário a obtenção desse valor. Em vez de aumentar e diversificar a produção, tratar-se-ia de aumentar e diversificar as necessidades; antes de aumentar a produtividade, tratar-se-ia de reduzir o sobretrabalho. Mas o que de concreto se pode dizer desse sobretrabalho?

2 - Identificação de um sobretrabalho rural

Uma primeira visão, conquanto incompleta e deformada, desse sobretrabalho, pode ser obtida a partir do conceito de uma produção agropecuária excedente. Os principais componentes da cesta de bens de subsistência da população rural nordestina são produzidos por ela própria. infelizmente são poucas atualmente as informações quantitativas sobre o consumo per-capita no Nordeste rural. Os estudos existentes se baseiam em amostras específicas realizadas em determinadas áreas e se encontram desatualizadas na maioria dos casos. Em suas "Perspectivas da Agricultura" o Banco do Nordeste 1/ retomou o conjunto dessas informações tentando atualizá-las. Esses dados foram reexaminados por ocasião dos estudos de base do POLONORDESTE 2/, de onde retivemos os valores mostrados no quadro 14, coluna B, para os principais produtos para os quais as informações se configuravam mais verossímeis.

1/ BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, Perspectiva de desenvolvimento do Nordeste até 1980 - Perspectiva da Agricultura. Fortaleza, ETENE, 1971.

2/ IPEA, Política Agrícola - Fase I, Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste. Recife, SCET-SIRAC 1975.

Aplicados à população rural recenseada em 1970, os valores per-capita conduziram a uma estimativa do consumo rural para arroz, feijão, mandioca, milho, frutas e carne bovina (ver quadro 14, coluna B).

O consumo rural assim determinado, confrontado com a produção média regional, faz aparecer o "excedente" mostrado no quadro 14, medida em toneladas para cada um dos seis produtos considerados.

A obtenção de valores consolidados foi tentada com a preparação do quadro 15 a partir da composição do valor da produção vegetal regional. Para milho, feijão (e fava), mandioca, arroz e frutas foram simplesmente transpostas as composições consumo-excedente do quadro 14. Para a batata doce tomou-se a mesma da mandioca e para as hortaliças a mesma das frutas.

Os produtos classificados como matérias primas praticamente não geram nenhum consumo rural direto ou intermediário e se destinam em sua quase totalidade às indústrias de beneficiamento e transformação. A mais importante exceção a esta regra é dada pela cana de açúcar que, além de sua utilização industrial, é usada também para a alimentação animal e para a fabricação artesanal de rapadura e cachaça. A destinação industrial (70,6% da cana produzida) foi determinada com base nas estatísticas de cana produzida e de açúcar produzido e no rendimento industrial açúcar/cana estimado pelo IAA para 1970 em 8,7 por cento (ver quadro 16).

QUADRO 14

PRODUÇÃO CONSUMO RURAL E EXCEDENTE DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DIETA NORDESTINA (valores estimados para 1970, compensados os distúrbios atribuídos a seca)

	(A) PRODUÇÃO (1000 t)	CONSUMO RURAL		EXCEDENTE		
		(B) PER CAPITA (kg/hab/ano)	(C) TOTAL (1000t)	(D)= (A)-(C) TOTAL 1.000 t	D/A (%)	D/C (%)
Arroz	700	28,1	460	240	34,3	52,2
Feijão	890	35,6	580	310	34,8	53,4
Mandioca	12.960	171,5	2810	4960 <u>1/</u>	38,3	176,5
Milho	1.740	29,6	490	120 <u>2/</u>	6,9	24,3
Frutas	3.740	61,0	1000	2740	73,3	274,0
Carne Bovina	290	6,8	110	180	62,1	163,6

1/ Deduzidos 40 por cento da produção destinada ao consumo animal

2/ Deduzidos 65 por cento da produção destinada ao consumo animal

FONTES: BNB - ETENE, POLONORDESTE-Fase I, IBGE, (Ver texto)

QUADRO 15

PRODUÇÃO VEGETAL DO NORDESTE: VALOR TOTAL, CONSUMO RURAL DIRETO E EXCEDENTE - 1969 - (percentagens)

	VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL (I)	CONSUMO RURAL DIRETO E INTERMEDIÁRIO (II)	EXCEDENTE (III=I-II)
<u>Alimentação básica</u>	<u>38,4</u>	<u>26,6</u>	<u>11,8</u>
Milho	7,0	6,5	0,5
Feijão, fava	12,4	8,1	4,3
Mandioca	12,4	7,7	4,7
Arroz	5,1	3,4	1,7
Batata doce	1,5	0,9	0,6
Frutas	<u>9,5</u>	<u>2,5</u>	<u>7,0</u>
Hortaliças	<u>2,0</u>	<u>0,5</u>	<u>1,5</u>
Matérias primas	<u>47,0</u>	<u>4,1</u>	<u>42,9</u>
Algodão	11,9	-	11,9
Cana	13,8	4,1	9,7
Cacau	11,6	-	11,6
Mamona	2,1	-	2,1
Cafê	0,8	-	0,8
Sisal	2,1	-	2,1
Fumo	1,8	-	1,8
TOTAL	96,9	33,7	63,2

FONTES (I) George Patrick, Desenvolvimento Agrícola do Nordeste. Rio de Janeiro IPEA/INPES, 1972. Quadro 2.5 p.56

(II) e (III) Quadro 14 (ver texto)

QUADRO 16

PARTE DA PRODUÇÃO DA CANA-DE AÇUCAR TRANSFORMADA EM AÇUCAR

1970

	(A) AÇUCAR PRODUZIDO (t)	(B) EQUIVALENTE CANA- DE AÇUCAR $(\frac{A}{0,087})$ (t)	(C) CANAS PRODUZIDAS-IBGE (t)	(D) CANAS TRANSFORMADAS CANAS PRODUZIDAS B/C(%)
Maranhão	9		637.855	-
Piauí	1.405	16.150	328.473	4,9%
Ceará	11.173	128.450	2.153.876	6 %
Rio Grande do Norte	30.676	352.600	621.876	56,7%
Paraíba	59.841	687.850	1.828.169	37,6%
Pernambuco	923.743	10.617.750	10.919.736	97,2%
Alagoas	597.461	6.867.350	(5.335.358)*	
			6.867.350	100 % (hip)
Sergipe	53.661	616.800	856.194	72 %
Bahia	36.187	416.00	4.219.362	9,9%
NORDESTE		19.703,000	27.920,000	70,6%

(*) Valor indicado pelo IBGE

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1971.

IAA, 1970.

A proporção de excedente calculado no Quadro 15 sobre o valor da produção total e sobre o consumo rural direto e intermediário assumiria então os seguintes valores, para os grandes itens da produção vegetal:

<u>Ítems</u>	<u>Composição da produção</u>		<u>Relação</u>
	Excedente (%)	Consumo (%)	Excedente/ Consumo (%)
Alimentação básica	30,7	69,3	44,4
Frutas e hortaliças	73,3	26,7	274,0
Matérias primas	91,3	8,7	1046,3
Total	65,2	34,8	187,5

De posse desses elementos nos aventuramos, no quadro 17, a uma estimativa para o conjunto da produção agropecuária do Nordeste. Os valores encontrados, da ordem de dois terços de excedente para um terço de consumo rural, são compatíveis com os dados do INCRA-Tabela 1.12 das Estatísticas Cadastrais 1 relativos ao destino da produção agropecuária em 1972:

<u>Imóveis</u>	<u>Valor da produção</u> (Cr\$ 1.000)	<u>Destino do produto (%)</u>	
		<u>Perdida/consumida</u> <u>e/ou estocada</u>	<u>vendida</u>
Minifúndio	855.844	45,0	55,0
Empresa rural	766.436	19,9	80,1
Latifúndio	1182.523	30,2	69,8
Nordeste	2804.803	31,9	68,1

QUADRO 17

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO NORDESTE: VALOR BRUTO, CONSUMO RURAL E EXCEDENTE - 1969/1974 (percentagens)

	TOTAL (I)	CONSUMO RURAL (II)	EXCEDENTE (III)
Lavouras	67,5	23,5	44,0
Extração vegetal	9,3	-	9,3
Produção animal	23,2	8,8	14,4
Produção agropecuária	100,0	32,3	67,7

FONTES: (I) Quadro 1 (1974)

(II) e (III) Quadros 14 e 15 (1969 - 1970).

As proporções exibidas nos quadros 15 e 17 se referem a valores determinados a partir de preços médios ao produtor. De acordo com o quadro 17, apenas um terço da produção agropecuária é destinada diretamente ao consumo rural. Os dois terços restantes são extraídos dos trabalhadores rurais para o abastecimento alimentar das cidades e para o abastecimento das indústrias em matérias primas.

A troca de quê? Manifestamente de muito pouco, do que o melhor testemunho é a própria situação de pobreza extrema em que vivem esses trabalhadores. A observação direta de suas condições de vida, incluindo as casas em que moram, os alimentos que ingerem, as roupas que usam, os serviços a que têm acesso, os insumos que podem utilizar na produção, não deixa nenhuma dúvida quanto à enorme desproporção entre o que se lhes retira e o que recebem de fora.

Esse excedente lhes é extorquido através de toda uma parafernália de extração de sobretrabalho que teremos ocasião, logo mais, de examinar um pouco mais de perto. Antes, porém com a visão, mesmo incompleta, que temos agora do sobretrabalho, devemos retornar a nossa indagação sobre as raízes da pobreza: sobretrabalho ou baixa produtividade?

3 - Sobretrabalho ou baixa produtividade?

Para proceder a essa análise temos de nos reportar às principais características de cada um dos estratos concernidos.

Os assalariados são os mais radicalmente separados dos meios de produção, retirando o seu sustento, desta feita, da venda de sua força de trabalho em um mercado de trabalho. A extração do sobretrabalho assume, nesse caso, a forma de uma mais valia, correspondente à diferença entre o valor criado pelo trabalho e o valor da força de trabalho, que é dado pelo salário. É ocioso dizer que sendo a mais valia inversamente proporcional ao valor da força de trabalho, os capitalistas terão todo interesse em que os salários sejam mantidos no nível mais baixo possível.

Mas o salário, de que depende? A teoria econômica nos ensina que ele é determinado pelo valor da subsistência necessária à manutenção e a reprodução da força de trabalho mas sabemos também, por outro lado, que o conceito de subsistência é um dado que envolve um componente histórico.

Existe, sem dúvida, um patamar inferior representado pelos requisitos biológicos mínimos para a sobrevivência e a reprodução da população mas, acima desse patamar, os componentes históricos determinam importantes variações no tempo e no espaço como as assinaladas por Marx a propósito

da origem de capital e da acumulação primitiva 1/.

Podemos dizer, com LEWIS 2/, que o salário depende, mais especificamente, do nível de subsistência em vigor no segmento fornecedor de mão de obra assalariada ou seja, no caso do Nordeste, do nível de subsistência médio dos estratos III e IV. Com efeito, dificilmente um camponês ou um agregado se disporiam a abandonar sua produção familiar por um salário inferior ou mesmo igual ao que poderiam consumir ficando em casa.

E de que depende então esse nível médio de subsistência da população engajada na pequena produção familiar no Nordeste? Esse nível depende, aparentemente, sobretudo de sua produtividade. Com efeito, mesmo os agregados dependentes e as camadas mais pobres do campesinato - as que têm um acesso mais precário aos meios de produção - parecem ter sua renda diretamente determinada por sua produtividade. Os próprios termos contratuais estabelecidos entre pequenos produtores e latifundiários denotam que a renda dos arrendatários, por exemplo, seria derivada diretamente de sua produtividade, após dedução de um valor pré-fixado, em dinheiro ou em produto, correspondente ao arrendamento contratual.

No que respeita aos parceiros, igualmente, seu nível de subsistência seria determinado também pelo resultado de sua produtividade, após dedução do montante da parceria na produção, fixada previamente.

1/ K.MARX. Le Capital Ed. La Pléiade, p.1167 e seguintes.

2/ W.Arthur LEWIS. Economic Development With Unlimited Supplies of Labor, in A.N. Agarwala e S.P. Singh(eds) The Economics of Underdevelopment, Oxford University Press, New York, 1963 pp.400 - 449 (reprodução do original do The Manchester School, Maio, 1954).

Na zona de fronteira a fortiori os quebradores de coco babaçu, remunerados pelo peso de sua produção, parecem ter ainda mais claramente sua renda determinada diretamente por sua produtividade.

A pobreza rural não seria assim o resultado natural do baixo rendimento do trabalho familiar, dependendo assim, da intensidade desse trabalho, do equipamento disponível, do nível técnico e das qualidades intrínsecas da população?

É essa efetivamente a aparência da pobreza rural nordestina, mas uma aparência enganadora: o nível de subsistência não é, com efeito um resíduo variável em função da produtividade, após dedução de um valor pré-determinado de despesas e de sujeições.

A realidade recôndita é muito melhor expressa pela simples inversão desses termos: é o nível de subsistência que é o termo fixo. As sujeições tomarão as formas, necessárias e suficientes para extorquir do pequeno produtor o que ultrapassar esse termo fixo: elas é que são o elemento variável.

Observe-se bem que não se trata aqui de contestar a afirmação de ser baixa a produtividade do trabalho rural. O que se contesta é a afirmação de ser essa baixa produtividade o elemento determinante da pobreza rural. A produtividade média do trabalho pode ser baixa mas ela estará sempre acima do nível uniforme de pobreza rural, senão não haveria extração possível de sobretrabalho.

4 - Dispositivos de extração de sobretrabalho

Recapitulemos: os salários são baixos porque é baixo o nível médio de subsistência da pequena produção familiar, que é também fornecedora de mão de obra assalariada. Mas esse nível de subsistência é mantido baixo porque os pequenos produtores são expropriados no valor do que ultrapassa esse nível médio.

Na análise dos dispositivos dessa expropriação - que coincide com a extração do sobretrabalho rural - podemos distinguir duas esferas principais de articulação direta da pequena produção: a das sujeições a que estão submetidas os agregados dependentes, na produção latifundiária, e a que envolve a pequena produção em geral em seus liames com o capital industrial e o comercial.

Com relação aos agregados dependentes, um extenso e variado arsenal institucional pode ser mobilizado 1/ .

Constata-se, em primeiro lugar, uma enorme flexibilidade na aplicação das "sujeições". Assim, é, por exemplo, que as relações de parceria apresentam variações extremas em função da fertilidade da terra. Nos solos mais fracos as relações parecerão mais generosas. Nas condições naturais mais privilegiadas dos micro-climas de altitude as relações de trabalho são mais estritas ou então assumem mais inequivocamente a forma de trabalho assalariado.

1/ Descrições minuciosas dessas "sujeições" podem ser vistas em Amílcar Moreira de Azevedo et alii, op. cit., e nos "Estudos de rentabilidade dos estabelecimentos agropecuários e das condições de arrendamento da terra" - estados de Pernambuco e Ceará, SIRAC para SUDENE/DAA, Recife, 1974.

A dosagem na extração de mais valia até a redução do trabalhador ao nível de subsistência convencional assume geralmente a forma de combinações de elementos bastante variados do tipo dos indicados a seguir a título de ilustração:

- incidência diferenciada da parceria sobre uma(a cultura comercial, geralmente o algodão), sobre várias ou sobre todas as culturas praticadas;
- montantes diferenciados nas condições formais de exploração indireta, seja no valor de arrendamento, no caso dos arrendatários, seja no montante da parceria: meia, terça, quarta, etc;
- parceria "sazonal" na pecuária mista da zona semi-árida: queijo do "inverno" mais abundante para o proprietário-queijo do "verão" para o vaqueiro;
- preços aviltados no período de colheita com base nos quais os trabalhadores devem pagar, na safra, as obrigações contratuais, os empréstimos e os adiantamentos recebidos, inclusive os juros;
- manipulação da classificação e do peso dos produtos e fixação de deduções a título de "quebra" e "desconto do saco";
- extorsões nos "fornecimentos" através do "barracão";
- proibição de criar e apropriação do resíduo das culturas;

- expedientes de "empreita" na entressafra em que "não havendo trabalho" e "para ajudar" a população se lhe "oferece" trabalho a baixa remuneração (implantação e manutenção de benfeitorias na grande propriedade).

As sujeições, como se pode ver, são as mais variadas e as mais sutis que se possa imaginar. Sua utilização é geralmente combinada e seu limite é menos determinado por uma fronteira qualquer ao montante de sobretrabalho que se pretenda extorquir do agregado de que pela barreira do que se é obrigado a lhe deixar o nível de subsistência convencional.

À margem desses dispositivos específicos da produção latifundiária, todos os liames da pequena produção, de modo geral, com o capital industrial e o comercial envolvem operações explícitas ou camufladas de extração de sobretrabalho rural.

A articulação com o capital industrial se realiza basicamente a partir da indústria de transformação ou beneficiamento, através do processo de comercialização-financeiamento, incluindo, eventualmente, alguma assistência técnica-fornecimento de insumos.

A articulação com as indústrias alimentares pode ser bem ilustrada pelas agroindústrias, que polarizam, em Pesqueira sobretudo, a pequena produção disseminada em todo o Agreste e nos principais núcleos regionais de pequena produção intensiva, como as regiões de micro-clima de altitude (as chamadas "Serras Úmidas") e os projetos de irrigação governamentais.

De forma um pouco mais difusa, essa articulação envolve toda a pequena produção destinada a alguma forma de beneficiamento, como o algodão, as oleaginosas, o arroz.

O beneficiamento do algodão é feito em usinas disseminadas na região constituídas geralmente por grupos familiares diretamente comprometidos com a produção latifundiária. Estudo realizado pela CEPA-CE destaca o importante papel desempenhado por esses grupos no repasse de crédito oficial a proprietários e corretores destinado a cultivo, financiamento e compra de algodão 1/ .

A articulação com o capital comercial pode assumir as mais variadas formas ao longo da intrincada e complexa rede de comercialização. A axiomática espolição por parte do capital está tanto mais presente em todas essas formas quanto mais economicamente fracos se configuram os pequenos produtores.

As formas de articulação mais difundidas apresentam em comum a característica de procurarem estabelecer uma relação de subordinação do pequeno produtor, em termos de vinculação de sua produção a um determinado agente, a título de alguma operação envolvendo a intermediação de capital, como o financiamento da produção, o fornecimento de mercadorias, o controle do transporte etc.

Os financiamentos concedidos aos pequenos produtores por parte dos comerciantes e dos proprietários se constituem geralmente em repasses de financiamentos prévios, originários da rede bancária, obtidos diretamente ou por intermédio de usineiros e grandes corretores. Esses financiamentos, além de implicarem em custos sistematicamente superiores aos juros bancários, encerram também sistematicamente a obrigação de pagamento com produção por ocasião da colheita, época em que esses preços atingem normalmente seu nível mais baixo.

1/ Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-CEPA-CE, Diagnóstico da Agropecuária Cearense, Fortaleza, 1978, p. 81-83 (mimeo).

São variantes dessa mesma forma a vinculação da produção a título de fornecimento de mercadorias (insu-
mos e gêneros de primeira necessidade) ou a conhecida "compra na
folha", operação pela qual o produtor vende antecipadamente sua
produção por um preço fixado nessa ocasião ao tempo em que acer-
ta também a data para entrega, quando os preços das mercadorias
são sistematicamente bem mais elevados:

"Maquinistas de arroz no Cariri, em 1977, compraram esse produto na folha, durante o mês de abril, a Cr\$ 80,00 o sacco de 60 kg (arroz em casca), para recebimento em junho, época em que o preço atingiu Cr\$ 180,00 (saco de 60 kg). Em 1978, o preço da compra na folha, também em abril, foi de Cr\$ 120,00/saco de 60 kg e no final de maio estava sendo pago a Cr\$ 200,00. Em Tauã, em 1977, produtores vendiam algodão de 15 kg para entregar o produto em setembro, quando esses mesmos comerciantes estavam comprando o algodão a Cr\$ 80,00 a arroba"^{1/}.

5 - Observação final

Do que nos foi dado ver podemos inferir que, uma vez dado o nível de subsistência, todo incremento de produtividade tende a ser absorvido predominantemente, senão totalmente, pelo termo dominante nas relações vigentes nas esferas da produção e da circulação.

^{1/} CEPA-CE, op. cit. p. 89.

Essa compreensão pode nos ajudar a esclarecer o padrão de determinados comportamentos aparentemente insólitos bem como as ideologias e as racionalizações associadas. Em função do acesso que possa ter aos elementos do cálculo econômico, o trabalhador tenderá a ajustar o seu comportamento ao padrão mais "racional" de restringir seu esforço a um determinado limite acima do que presumivelmente não se lhe possa expropriar: o nível de subsistência, comportamento ao qual replicarão os patrões: "são uns preguiçosos". Se ocorre algum ganho extra procurará gastar imediatamente antes de ver arrebatado o ganho por um dispositivo qualquer do arsenal da expropriação, de acordo com o dito popular de que "o que se guarda com fome, o gato come". O objeto do gasto será sempre fútil aos olhos dos patrões ("esse povo não sabe fazer economia"), que a essa altura já têm sua justificativa: "não se pode deixar dinheiro na mão desse povo se não eles vão beber de cachaça".

PARTE III

0 SISTEMA ABERTO

Nosso estudo tomou como ponto de partida a descrição um tanto despretenciosa das diferenciações da paisagem rural nordestina - a paisagem física e a paisagem social - descobrindo-se, por trás dessa diversidade, como triste elemento unificador a manifestação, sempre generalizada, acintosa e chocante da pobreza rural.

O exame da base física da atividade e da vida rural em geral nos mostrava que o recurso natural terra não poderia ser indiciado como elemento gerador da pobreza rural. Mas esse exame nos mostrava também que a apropriação elitista e concentrada da terra se superpunha a uma estrutura de ocupação da população traduzindo três formas de produção principais: a produção camponesa, operada por uma mão-de-obra familiar ciosa de sua autonomia; a produção latifundiária, operando a separação entre proprietários rentistas e agregados dependentes; e a produção capitalista, operando a separação entre empresários capitalistas e trabalhadores assalariados.

Vimos enfim como o estigma da pobreza rural, recobrando cerca de quatro quintos da população, se superpunha a uma trama de extração de sobretrabalho atingindo particularmente a três estratos específicos: os camponeses autônomos, os agregados dependentes e os trabalhadores assalariados.

Nesta terceira parte nos propomos a explicitar o fato de que o setor rural nordestino não se constitui em um sistema fechado, observação da qual podemos derivar os seguintes desdobramentos:

- Se o espaço rural nordestino, longe de estar isolado, está articulado com todo um ambiente circunjacente - urbano regional, nacional, exterior - a pobreza rural nordestina tem necessariamente a ver com essa articulação - mas o que é esse "ambiente"? (Capítulo 8);
- Se os "espaços" em articulação configuram

descontinuidades e disparidades, quais as implicações derivadas de um confronto de díspares? (Capítulo 9);

- qual o alcance das intervenções governamentais, enfim, em um contexto de pobreza (absoluta) rural e de disparidades econômicas regionais?(Capítulo 10).

CAPÍTULO 8

AMBIENTE CIRCUNJACENTE:

ESFERAS, DISPARIDADES, ARTICULAÇÕES

O "excedente" evocado no capítulo 7, a propósito da identificação de um sobretabalho rural, é como uma fumaça que indica a presença do fogo mas que não se identifica totalmente, ela própria, com o fogo; representa, na melhor das hipóteses, uma imagem pálida e deformada do sobretabalho.

Com efeito, como teremos ocasião de verificar pelos desenvolvimentos seguintes, a "trama" que envolve a pobreza rural nordestina é bem mais complexa do que transparece do simples registro de um excedente extorquido traduzido em preços ao produtor na própria instância de sua geração.

Para avançarmos na compreensão dessa "trama" devemos explicitar o fato de que o setor rural nordestino não se constitui em um sistema social isolado; ele está inserido em um ambiente maior de que pretendemos, neste capítulo, destacar as principais diferenciações e articulações. No exame desse ambiente distinguiremos as três esferas seguintes:

- o meio urbano da própria região Nordeste;
- o ambiente nacional, polarizado pelo estado de São Paulo, em cuja periferia gravita o espaço nordestino;
- o ambiente exterior em cuja periferia gravita o Brasil como um todo.

1. Espaço rural e ambiente regional

A primeira esfera de articulação do espaço rural nordestino é o ambiente urbano regional.

O meio urbano nordestino pode apresentar as mais variadas e conhecidas mazelas, resultantes de um crescimento exagerado e anárquico, fruto do próprio êxodo rural; de um planejamento deficiente; de recursos materiais e humanos insuficientes; de uma base econômica débil; de adminis-

trações ineptas etc. Aí se produzem os mesmos fenômenos de pauperização da massa e de concentração da renda e da riqueza nas mãos de uma minoria.

Não obstante tudo, as condições médias de vida da população são, nas cidades, incomparavelmente superiores às vigentes no espaço rural. No Quadro 18 alinham-se alguns elementos diferenciadores dessas condições em termos dos equipamentos e que têm acesso os domicílios e seus moradores — os rurais e os urbanos. Os domicílios permanentes cujo tipo de construção pode ser considerado "durável" perfazem, nas cidades, cerca de três quartos do total; no campo representam apenas um quarto.

Cerca de dois terços da população urbana tem acesso a um abastecimento d'água relativamente controlado e regular, seja através da rede geral — a metade — seja através de poço ou nascente; no meio rural quatro quintos da população devem usar água de outras fontes, de acesso normalmente mais distante e mais difícil e de qualidade muito mais duvidosa. Essas proporções são ainda mais disparatadas para as instalações sanitárias, de que estão totalmente privados cerca de 90 por cento dos domicílios rurais!

A disparidade se repete para todos os demais equipamentos mostrados no Quadro 18. Mais da metade dos urbanos dispõem de fogão a gás ou elétrico enquanto os rurais, ou simplesmente não têm fogão (24%) ou devem se contentar com o primitivo fogão a lenha (63%). A energia elétrica ilumina dois terços dos lares urbanos e apenas 6 por cento dos rurais. Mais de um terço dos urbanos dispõem de geladeira e televisão, equipamentos esses praticamente ausentes nos lares rurais (menos de 3 por cento).

Essas disparidades de acesso ao equipamento social e domiciliar parecerão bem mais explicáveis se atentarmos para os valores expressos no Quadro 19. O setor rural abriga e ocupa mais da metade da população nordestina mas o setor urbano se apropria de cerca de quatro quintos do produto interno bruto regional.

QUADRO 18

Nordeste: Domicílios particulares permanentes: situação e moradores

1976

Características	Domicílios		Moradores	
	Urbanos	Rurais	Urbanos	Rurais
Quantidade (1.000)	2.941,0	3.380,8	14.991,2	18.170,4
Características (percentagens):				
Tipo de construção				
Durável	73,2	26,6	-	-
Rústica	26,8	73,4	-	-
Abastecimento d'água				
Rede geral	50,9	1,7	52,6	1,8
Poço ou nascente	13,6	19,0	14,2	19,6
Outra forma	35,6	79,3	33,2	78,6
Instalação sanitária				
Rede geral	7,3	0,5	7,5	0,6
Fossa séptica	12,9	0,8	13,9	0,8
Fossa rudimentar	40,4	7,9	41,9	8,2
Outro escoadouro	9,6	2,3	9,4	2,5
Não tem	29,7	88,6	27,4	87,9
Fogão				
A gás ou elétrico	55,9	6,4	58,4	6,6
A carvão	15,8	6,1	15,3	5,9
A lenha	19,7	63,4	19,5	65,4
Não tem	8,3	24,0	6,6	22,1
Iluminação elétrica	66,2	6,5	68,2	6,3
Rádio	64,3	54,6	67,7	59,3
Máquina de costura	45,2	27,3	51,8	33,2
Geladeira	34,1	2,5	37,0	2,7
Televisão	36,8	2,0	40,6	2,1
Automôvel	11,0	1,1	12,1	1,4

FONTE: F. IBGE, PNAD-1976, Vol. 1, t. 5.

QUADRO 19

Nordeste: Composição Inter-Setorial da População e do Produto Interno Bruto
(Percentagens)

Setor	Produto Interno Bruto						População Total		População Economicamente Ativa	
	1965	1970	1971	1972	1973	1974	1970	1976	1970	1976
I. Rural:	<u>32,6</u>	<u>23,6</u>	<u>26,2</u>	<u>23,9</u>	<u>23,1</u>	<u>20,6</u>	<u>58,2</u>	<u>54,7</u>	<u>62,5</u>	<u>56,9</u>
Agropecuária										
II. Urbano	<u>67,4</u>	<u>76,4</u>	<u>73,8</u>	<u>76,1</u>	<u>76,9</u>	<u>79,4</u>	<u>41,8</u>	<u>45,3</u>	<u>37,5</u>	<u>43,1</u>
Indústria	20,8	25,0	23,6	24,5	25,0	26,9	10,9	14,8
Serviços	46,6	51,4	50,2	51,6	51,9	52,5	26,6	28,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: para o PIB, SUDENE/CPR/CR, Produto e formação de Capital no Nordeste do Brasil, 1965-1974, Recife, 1975, p. 7; para a população em 1970, F. IBGE, Censo Demográfico; para a população em 1976, F. IBGE, PNAD, vol 1, t. 5.

Esta última proposição poderia parecer imprópria. Poder-se-ia argumentar que o setor urbano não se apropria, ele antes contribui à razão de 80 por cento para a formação do PIB regional. Teremos ocasião de voltar ainda a essa importante questão. Contentemo-nos por ora com a observação de que a distribuição do PIB mostrada no Quadro 19 incorpora todas as adulterações constitutivas do sistema de preços de produção, pois a própria contribuição rural contabilizada a partir do baixo valor da força de trabalho rural o qual está associado ao baixo nível de subsistência da população. Em outras palavras, a "contribuição" rural, mostrada no Quadro 19, já está mutilada por um processo de captação de sobretrabalho imbutido nos dispositivos do processo de preços de produção.

De qualquer forma se tem, do lado urbano, 80 por cento do PIB para 45 por cento da população enquanto aos 55 por cento da população rural correspondem apenas 20 por cento do PIB. Uma tal diferenciação teria de se reproduzir em distintos aspectos da situação sócio-econômica das populações envolvidas. No Quadro 20 são recapituladas as principais características para as quais se dispõe dos dados estatísticos produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios — PNAD — para 1976. No meio urbano é superior a 40 por cento o número de famílias com rendimentos familiar superior a 2 salários mínimos. No meio rural mais de quatro quintos das famílias tem um rendimento familiar inferior àquele patamar. A proporção de analfabetos entre a população de 5 anos e mais é de dois terços enquanto que no meio urbano é essa mesma a proporção dos alfabetizados.

Os rurais devem trabalhar relativamente muito mais do que os urbanos. Para uma proporção idêntica dos que trabalham mais de quarenta horas semanais — pouco mais de dois terços da população para o meio rural como para o meio urbano — é de 56 por cento a proporção dos economicamente ativos entre os rurais, contra 35 por cento entre os urbanos. Quanto aos "inativos", dois terços dos mesmos continuam tra

QUADRO 20

Nordeste: Características Sócio-Econômicas diferenciadoras das populações rural e urbana - 1976

Características	Unidade	Rural	Urbano
Famílias por rendimento mensal familiar	1.000	3.553,2	3.163,3
Até 2 salários mínimos	%	83,0	59,0
Mais de 2 salários mínimos	%	17,0	41,0
Pessoas de 5 anos e mais segundo a alfabetização	1 000 hab	14.934,1	12.820,7
Sabem ler e escrever	%	35,5	66,6
Não sabem ler e escrever	%	64,5	33,4
Pessoas de 10 anos e mais por condição de atividade	1.000	12.110,0	10.769,0
Economicamente ativas	%	56,1	35,2
Não economicamente ativas	%	43,9	64,8
Pessoas ocupadas por horas semanais trabalhadas	1 000	6.568,4	4.814,5
Menos de 40 horas	%	16,5	16,8
40 horas e mais	%	83,5	83,2
Pessoas não ativas por situação de inatividade	1.000	5.313,8	5.973,4
Afazer domésticos	%	63,2	40,5
Frequentando escola	%	21,0	41,0
Aposentados ou pensionistas	%	5,7	9,4
Vivem de renda	%	0,1	0,3
Doentes ou inválidos	%	3,7	2,9
Outra	%	6,3	5,9
Empregados: carteira profissional assinada	1 000	1.592,4	3.316,2
Possuem	%	14,5	57,3
Não possuem	%	85,5	42,7

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - PNAD 1976, vol. 1, t. 5.

balhando, no meio rural, nos afazeres domésticos e apenas um quinto frequentando escola, ao passo que no meio urbano essas duas proporções são da ordem de 40 por cento cada uma.

Com relação enfim aos direitos do pessoal empregado, na medida em que sua observância esteja associada ao cumprimento das formalidades de assinatura da carteira profissional, os empregados rurais são mais uma vez prejudicados: enquanto, no meio urbano, mais da metade dos empregados possuem carteira profissional assinada, essa proporção, no meio rural, é inferior a 15 por cento.

Todos esses elementos diferenciadores do espaço rural com relação ao ambiente urbano regional circunjante podem ser completados por duas observações finais. A primeira observação diz respeito aos vieses nos preços sistematicamente em detrimento dos rurais. Os estudiosos dos processos de comercialização da produção agro-pecuária nordestina são unânimes no reconhecimento de que a população rural percebe sempre, por sua produção, preços anormalmente baixos em confronto com o valor médio dessas mercadorias nas cidades. Inversamente, a população rural pobre deve pagar sempre, pelos poucos artigos que lhe vêm da cidade, preços sistematicamente superiores ao valor médio dessas mercadorias na cidade.

A segunda observação diz respeito ao padrão geral de consumo. Sem dúvida, algo como dois terços do valor de sua produção agropecuária são escoados para fora das fronteiras do espaço rural nordestino, mas o padrão de consumo da população urbana regional é muito diferente do vigente no espaço rural, tanto em termos de acesso aos serviços oficiais de educação e saúde como em termos de aquisição de bens de consumo. A simples observação dos supermercados e dos demais estabelecimentos abastecedores da população urbana regional não deixa dúvidas sobre a extrema dependência da população urbana com relação à variada gama de produtos mais ou menos sofisticados provenientes, em sua quase totalidade, da região Sudeste e, em particular, do es

MAPA - 4

DIVISÃO DO BRASIL EM CINCO REGIÕES



tado de São Paulo. Essa observação nos introduz naturalmente em uma segunda esfera — a do ambiente nacional.

2 - Espaço regional e ambiente nacional

O traço mais marcante do ambiente nacional é o das disparidades. O Quadro 21 representa uma tentativa de espelhar uma síntese dessas disparidades. O Brasil está dividido nas cinco regiões da demarcação oficial do IBGE (ver mapa 4) e, dentro da região Sudeste mais desenvolvida, é destacado o estado de São Paulo como núcleo da concentração industrial que comanda a economia brasileira. A região Sul se diferencia de todas as demais regiões por ser a única que se acerca da média brasileira. Trata-se de uma região constituída, mais do que qualquer outra no Brasil, sobre uma organização agrária tipicamente camponesa, caracterizada, por Topalov, como "a única no Brasil não dominada pelo sistema latifundiário" 1/. Se é o trabalho a fonte do valor e se a contribuição em trabalho é proporcional à composição da população, a região Sul é a única no Brasil que participa da renda interna na justa proporção de sua participação em trabalho.

Fora a região Sul, todas as demais são discrepantes, desse ponto de vista. Uma única dessas regiões — o Sudeste — apresenta uma participação na renda interna substancialmente superior à de sua população. Na verdade, a taxa de participação na renda é da ordem de uma vez e meia a da participação da população. Dentro da região Sudeste o Estado de São Paulo se destaca ainda mais: sua taxa de apropriação da renda interna, à razão de cerca de 40 por cento, é de aproximadamente duas vezes a participação de sua população..

1/ Christian TOPALOV, Estruturas Agrárias Brasileiras, Rio de Janeiro, F. Alves, 1978, p. 63.

QUADRO 21

Brasil: Composição Interregional da População e da Renda Interna
(Percentagens)

Regiões	População Rural			População Ativa			Renda Interna		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1949	1959	1970
NORTE	3,6	3,7	3,8	3,4	3,5	3,6	1,7	2,0	2,2
NORDESTE	34,7	31,5	30,4	32,8	31,1	29,0	13,9	14,4	11,6
SUDESTE	43,4	43,8	42,6	45,7	44,7	44,6	67,5	65,0	65,5
- São Paulo	17,6	18,3	19,1	19,9	19,1	20,2	36,4	37,8	39,3
SUL	15,0	16,8	17,6	15,1	16,6	17,6	15,2	16,2	17,1
CENTRO-OESTE	3,3	4,2	5,5	3,0	4,1	5,2	1,7	2,3	3,6
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: F. IBGE - Censos Demográficos, para a população; FGV - Conjuntura Econômica Nº 7, Julho de 1977, para a renda interna.

Com relação aos conceitos de "apropriação" de renda ou de "contribuição" para sua formação, aplicam-se aqui as mesmas observações feitas com relação ao ambiente urbano versus espaço rural (Quadro 19, item 1) Contente-mo-nos por ora com a observação adicional de que a repartição interregional dos papéis e dos frutos associados à atividade econômica nacional privilegia uma região — o Sudeste e, em particular, o estado de São Paulo — em detrimento de todas as demais 1/.

Com efeito, em todas as demais regiões a participação relativa na renda é sistematicamente inferior à contribuição relativa da população. A taxa de participação na renda é da ordem de um pouco mais da metade da taxa de contribuição da população nas regiões Norte e Centro-Oeste. É porém no Nordeste que essa situação assume sua maior dimensão, tanto em termos do volume de população envolvida, da ordem de um terço dos habitantes do país, como em termos de participação: a participação relativa na renda, em 1970, só em pouco ultrapassou a terça parte da contribuição relativa em população.

Dessa observação emergem, como os dois principais polos dicotômicos das disparidades regionais no Brasil, o estado de São Paulo, por um lado, como o polo de maior concentração espacial de renda e de riqueza e, por outro lado, o Nordeste, que continua assumindo a mesma configuração identificada pelo GTDN: "a mais extensa e populosa zona de menor nível de desenvolvimento da América Latina" 2/.

Essa disparidade entre o Nordeste e São Paulo, configurada sinteticamente em termos de renda interna e de população teria de se reproduzir, evidentemente, em termos de condições de vida da população, traduzíveis no equipamento domiciliar (ver Quadro 22) como em outros aspectos da si

1/ Ver, a propósito, de Tânia BACELAR DE ARAÚJO, op. cit.

2/ GTDN, op. cit., p. 9.

QUADRO 22

NORDESTE E SÃO PAULO: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES - SITUAÇÃO E MORADORES

CARACTERÍSTICAS	DOMICÍLIOS		MORADORES	
	NORDESTE	S. PAULO	NORDESTE	S. PAULO
Quantidade (1.000)	6.321,8	4.911,9	33.161,6	21.844,1
Características (percentagens)				
Tipo de construção				
Durável	48,3	92,6	-	-
Rústica	51,7	7,4	-	-
Abastecimento d'água				
Rede geral	24,6	73,7	24,8	70,8
Poço ou nascente	16,5	23,7	17,1	26,4
Outra forma	59,0	2,6	58,1	2,8
Instalação sanitária				
Rede geral	3,7	54,4	3,7	51,2
Fossa séptica	6,4	10,1	6,7	10,5
Fossa rudimentar	23,0	26,9	23,4	29,5
Outro escoadouro	5,7	2,4	5,7	2,5
Não tem	60,7	6,3	60,5	6,3
Fogão				
A gás ou elétrico	29,5	90,0	30,0	89,2
A carvão	10,6	0,0	10,1	0,0
A lenha	43,1	9,1	44,6	10,3
Não tem	16,7	0,7	15,1	0,4
Iluminação elétrica	34,3	90,9	34,3	90,0
Rádio	59,1	85,3	63,1	85,2
Máquina de costurar	35,6	62,3	41,6	65,2
Geladeira	17,2	65,9	18,2	63,6
Televisão	18,2	75,1	19,5	74,8
Automóvel	5,8	30,7	6,2	29,9

Fonte: F - IBGE, PNAD, 1976, vol. 1, t. 2 e 5

tuação sócio-econômica das populações envolvidas, como, por exemplo, a faixa de alfabetização da população de mais de 5 anos: segundo os dados da PNAD-1976 essa taxa é inferior a 50 por cento no Nordeste e superior a 80 por cento em São Paulo.

Dentre todos os elementos da diferenciação porém o que exerce maior impacto sobre a população pobre nordestina ou, como veremos, pelo menos o mais determinante da decisão de emigrar por parte dessa população, é a disparidade salarial. Essa disparidade se manifesta inicialmente nos termos explícitos dos próprios salários mínimos decretados anualmente pelo Governo Federal. Como se mostra a seguir, os valores relativos mais elevados já obtidos no Nordeste oscilam de três quartos e quatro quintos dos vigentes em São Paulo:

Índices do Salário Mínimo no Nordeste (base: S. Paulo = 100)

<u>Períodos</u>	<u>Teresina</u>	<u>Recife e Salvador</u>	<u>Resto do NE</u>
1965/66	55	78	60
1968/69	59	78	61
1971/72	67	78	67
1974/75	71	78	71
1976/77	71	78	71
1977/78	71	78	71
1978/79	71	78	71
1979/80	74	81	74

No Quadro 23 se relacionam outros indicadores da disparidade salarial entendida em um sentido mais lato. Enquanto no Nordeste mais de 70 por cento das famílias dispõem de um rendimento mensal familiar inferior a dois salários mínimos, em São Paulo cerca de 80 por cento das famílias têm esse rendimento precisamente acima desse patamar. Mesmo assim, a fração de pessoas ocupadas que tem de trabalhar mais de 40 horas semanais é de 83 por cento no Nordeste contra 64 por cento em São Paulo. Finalmente a garantia

da carteira profissional assinada está assegurada a cerca de três quartos dos empregados paulistas e a somente dois quintos dos empregados nordestinos.

QUADRO 23

NORDESTE E SÃO PAULO: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DE DIFERENCIAÇÃO
- 1976 -

CARACTERÍSTICAS	UNIDADE	NORDESTE	SÃO PAULO
Famílias por rendimento mensal familiar:	1.000	6.716,5	5.223,0
Até 2 salários mínimos	%	71,7	21,8
Mais de 2 salários mínimos	%	28,3	78,2
Pessoas ocupadas por horas semanais trabalhadas	1.000	11.382,9	8.627,0
Menos de 40 horas	%	16,6	36,0
40 horas e mais	%	83,4	64,0
Empregados: carteira profissional assinada	1.000	4.908,6	6.885,2
Possuem	%	43,5	72,5
Não possuem	%	56,5	27,5

Fonte dos dados básicos: IBGE-PNAD 1976, vol. 1, t 2 e 5.

Poderia parecer que essas discrepâncias fossem devidas a diferenças na composição dos trabalhadores segundo as atividades. As estatísticas disponíveis mostram todavia que essas discrepâncias se reproduzem ao nível de cada uma das principais categorias para as quais se pode dispor de informações, tomadas isoladamente, tanto para as atividades rurais como para as atividades urbanas.

O salário médio nas empresas investigadas nos Censos Industrial, Comercial e dos Serviços, do Recenseamento Geral de 1970, apresenta-se da seguinte forma, a preços correntes de 1970, nos quadros rural e urbano:

Regiões	Salário Médio (Cr\$1.000/ano)			Índices (base: S.Paulo=100)		
	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
S. Paulo	9,50	13,06	13,00	100	100	100
Nordeste	4,43	7,06	6,77	47	54	52
Brasil	6,46	10,00	9,92	68	77	76

Temos, por esses dados, que o trabalhador nordestino percebe por seu trabalho uma remuneração média equivalente à metade da que percebe o seu colega paulista.

Vejamos um pouco mais de perto o que se passa na área rural. No Quadro 24 apresentamos índices de remuneração média do trabalho rural construídos a partir dos preços médios coligidos pela Fundação Getúlio Vargas para três estados dos mais representativos do Nordeste: Ceará, Pernambuco e Bahia. Como a publicação não divulga os dados relativos a São Paulo até 1974, tomamos com base a média aritmética dos valores médios relativos aos estados da região Sudeste: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro (São Paulo a partir de 1976).

Conquanto os preços relativos na Bahia sejam quase sempre superiores aos do Ceará e aos de Pernambuco, o quadro geral traduz inequivocamente para o Nordeste, nas várias categorias examinadas, salários médios sistematicamente inferiores aos da região Sudeste. Para o último período para o qual dispomos dessa informação — o primeiro semestre de 1978 — a média dos índices dos três estados nordestinos era, por categoria:

Administrador	64
Capataz	61
Tratorista	80
Trabalhador permanente.....	67
Trabalhador temporário	73

A média dos índices de todas as categorias para cada um dos três estados é:

QUADRO 24

Índices de Remuneração Média do Trabalho Rural

(Base: Média da Região Sudeste = 100)

Ano	SEMESTRE	Administra- do			Capataz			Tratorista			Trabalha- dor Perma- nente			Trabalhador Temporário		
		CE	PE	BA	CE	PE	BA	CE	PE	BA	CE	PE	BA	CE	PE	BA
1966	1	74	48	66	70	45	79	83	71	82	77	79	95	79	84	100
	2	73	60	78	69	46	83	87	86	79	78	76	96	69	90	95
1967	1	66	68	83	69	69	72	86	87	91	67	77	88	64	92	86
	2	66	68	74	69	70	92	91	95	101	64	82	85	67	89	90
1968	1	72	72	71	74	78	83	78	75	91	67	77	87	67	91	94
	2	80	67	84	68	74	76	74	67	100	70	80	90	64	85	93
1969	1	73	58	82	66	66	74	75	75	86	76	82	99	67	79	91
	2	76	65	81	65	63	85	83	79	99	74	82	99	68	77	90
1970	1	76	63	88	64	58	78	80	72	93	73	76	107	64	71	85
	2	68	54	82	59	58	83	78	78	92	64	67	100	63	71	105
1971	1	72	60	82	59	52	78	86	88	116	67	62	100	66	72	101
	2	68	65	79	73	61	86	87	83	124	68	68	95	73	70	100
1972	1	61	60	78	64	67	77	85	83	105	69	67	96	69	67	90
	2	72	69	89	62	64	80	83	83	112	65	66	90	68	71	92
1973	1	63	64	77	70	63	78	93	81	108	65	61	83	67	69	89
	2	72	59	88	70	58	82	89	75	112	67	56	90	54	66	88
1974	1	75	64	83	73	52	81	79	63	104	73	69	83	81	89	89
	2	71	57	86	64	59	74	80	72	100	74	64	89	77	77	105
1975	1	63	51	84	71	56	83	72	67	106	68	61	86	68	79	96
	2	60	56	77	70	62	75	67	66	107	67	60	83	68	77	97
1976	1	62	58	70	67	60	77	68	71	108	66	66	77	64	67	86
	2	51	57	76	64	54	78	68	79	103	64	61	76	63	67	86
1977	1	55	56	72	57	45	68	69	75	101	67	64	79	64	69	81
	2	72	75	88	56	53	75	69	73	93	65	64	77	61	63	77
1978	1	59	64	70	57	54	73	66	76	98	58	66	76	61	71	86

Fonte dos dados básicos: Agropecuária - Preços Médios e Índices. 1966 a 1978, FGV, fev 1979.

Ceará	60
Pernambuco	66
Bahia	81

No emprego urbano assiste-se às mesmas discrepâncias salariais. A Figura 5 proporciona uma representação das distâncias relativas que separam o salário médio regional por ramo industrial com relação ao Brasil e a São Paulo.

Para um confronto por categorias profissionais preparou-se o Quadro 25 a partir dos dados produzidos pelo IBGE para a indústria da construção, atividade que congrega, no Nordeste, mais de um quarto do total de empregados na indústria 1/. Os índices foram construídos tomando por base os salários médios vigentes em São Paulo para os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia.

A parte os valores atípicos para a Bahia no ano de 1971 em geral e na categoria mestre de obras em particular, os salários nordestinos, para o ano mais recente da série — 1976 — não atingem, nos estados de Pernambuco e Ceará, sequer aos dois terços da média de São Paulo, em qualquer das categorias. A tendência geral no período é estacionária ou decrescente, como se pode ver pela média dos índices das várias categorias.

ANOS	MÉDIAS DOS ÍNDICES		
	CE	PE	BA
1971	56	71	107
72	57	72	93
73	57	68	89
74	57	61	87
75	56	59	83
76	52	56	88

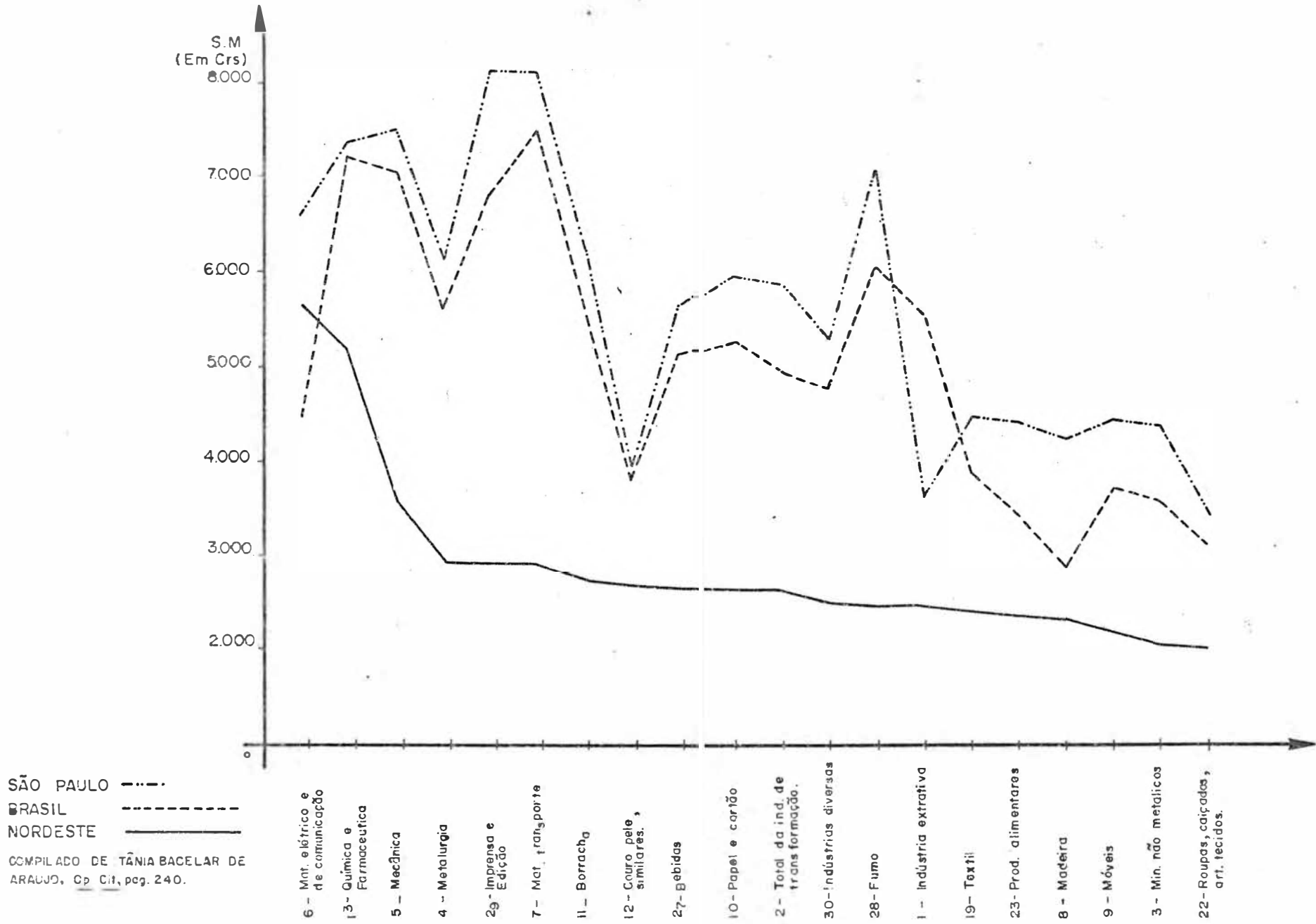
1/ Ver de Maria do Socorro de Barros KELLY et alii, Força de Trabalho e emprego no Nordeste, 1968-1972. Recife, SU DENE/DRH, 1978, p.50.

FIGURA 5

SALÁRIO MÉDIO POR RAMO INDUSTRIAL

BRASIL - SÃO PAULO - NORDESTE

1970



QUADRO 25

Índices de Salários Médios na Indústria da Construção

(Base: S. Paulo = 100)

Categorias Profissionais	Ceará						Pernambuco						Bahia					
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Armador	54	56	60	61	59	58	81	76	68	59	64	61	98	97	88	82	83	100
Carpinteiro de esquadrias	52	55	57	62	64	55	76	72	67	63	58	56	105	98	88	90	86	95
Carpinteiro de formas	51	54	55	57	58	57	74	72	66	61	68	59	104	99	80	84	85	81
Instalador (bombeiro, encanador eletricista)	66	60	60	64	58	54	72	75	70	60	61	56	106	79	80	91	84	92
Ladrilheiro	60	61	49	63	57	60	50	97	82	81
Mestre de obras	53	55	52	48	46	39	62	64	58	52	49	43	148	105	126	119	110	117
Pedreiro	54	55	57	56	53	52	63	64	67	59	54	57	102	98	89	80	79	80
Pintor	52	55	55	56	50	53	65	70	72	63	51	61	101	96	88	82	77	82
Servente	65	67	64	52	54	48	78	86	83	73	63	64	93	74	76	60	64	66

Fonte dos dados básicos: F. IBGE, Anuários Estatísticos do Brasil 1974 e 1977.

3 - Espaço nacional e ambiente exterior

Resta-nos agora examinar o ambiente exterior. Podemos iniciar esse exame evocando as duas esferas anteriormente estudadas para uma análise por analogia. Poderíamos dizer que da forma como o rural circunada o urbano, da forma como o Nordeste é periferia em relação a São Paulo, dessa mesma forma o Brasil como um todo gravita na órbita de um sistema capitalista mundial cujo centro opera a serviço de interesses frequentemente conflitantes com os do Brasil como nação.

As disparidades entre as condições médias de vida das populações no Brasil-periferia e no centro capitalista são, como as disparidades internas no Brasil, sabidamente enormes, em termos de padrões de consumo e de equipamentos disponíveis, sociais, domiciliares e pessoais. Contentemo-nos com o registro de que a renda média por pessoa nos Estados Unidos é seis vezes superior à renda média do brasileiro enquanto o PNB americano é cerca de 12 vezes o do Brasil 1/.

Como os demais países da periferia, o Brasil está submetido a relação de dominação que podem assumir as formas mais variadas e mais sutis ao sabor da capacidade imaginativa de que tem sabido dar provas o grande capital internacional. A análise dessas formas, se bem que da mais alta relevância, extrapolaria os objetivos específicos deste trabalho.

Teremos assim de nos contentar com o destaque dos referenciais do ambiente exterior que interessam mais diretamente ao objeto central de nossa reflexão — o espaço rural e a pobreza no Nordeste brasileiro.

Uma primeira forma de envolvimento do espaço rural nesse ambiente se dá através do comércio exterior. O

1/ Ver, do Banco Mundial, 1978 World Bank Atlas, Washington, The World Bank.

valor das exportações nordestinas para o exterior se aproxima bastante do valor dos fornecimentos às demais regiões brasileiras, como se pode ver pelo Quadro 26.

QUADRO 26

NORDESTE: VALOR DAS EXPORTAÇÕES E DAS IMPORTAÇÕES - 1975
(milhões em cruzeiros)

	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
Exterior	11.607,4	5.323,4	6.284,0
Outras regiões do Brasil	13.799,0	32.031,2	- 18.232,2
T O T A L	25.406,4	37.354,6	- 11.948,2

Fonte dos Dados Básicos: SUDENE/CPR/CR.

Aqui também se aplica novamente o sinal de alerta sobre o significado dúbio desse "valor" enquanto trazido por preços de produção incorporando pouco capital e sub-salário.

A participação do setor rural nessas exportações é superior a dois terços se aos produtos primários se adicionarem os produtos semi-manufaturados de origem agrícola (Ver Quadro 27).

O saldo das operações com o exterior é positivo, o valor das importações sendo inferior à metade do valor das exportações. A capacidade para importar proporcionada por esse saldo é utilizada fora da região, particularmente na região Sudeste, onde se opera o maior volume de importações do exterior.

QUADRO 27

ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES NORDESTINAS - 1975
(Porcentagem do valor em dólares das exportações)

PRODUTOS	PERCENTAGENS
<u>Produtos Primários</u>	<u>69,6</u>
a) de origem agrícola <u>1/</u>	59,9
. açúcar bruto	38,8
. Cacau	13,3
. melão (não alimentar)	2,5
. fumo em folhas	2,0
. Agave bruto	2,1
. Castanhas de caju	1,2
b) pesca, produtos extrativos e outros	9,7
. Lagosta	1,3
. Petróleo bruto	5,0
. Diversos	3,4
<u>Produtos industriais</u>	<u>30,0</u>
a) Semi-manufaturados	16,5
. Cêra de carnaúba, manteiga de cacau, óleo de mamona <u>1/</u>	6,7
. Diversos	9,8
b) manufaturados	13,5
<u>Outros Produtos</u>	<u>0,4</u>
T O T A L	100,0

1/ Os produtos agrícolas e os produtos semi-manufaturados de origem agrícola representam cerca de 70%.

FONTE: Banco do Brasil/CACEX. Compilado de Tânia BACELAR de Araújo, op. cit. p. 268.

Já o saldo das operações com as outras regiões do Brasil é negativo uma vez que o Nordeste importa dessas regiões um valor correspondente a mais de duas vezes o valor das exportações. Essas operações são feitas sobretudo por vias internas: 93 por cento das importações e 76 por cento das exportações. Como se pode ver pelo Quadro 28, essas operações se referem em sua quase totalidade à região Sudeste: para ali se destinam mais de quatro quintos do valor das exportações; de lá provêm mais de nove décimos do valor das importações nordestinas. Atente-se para o fato de que só o estado de São Paulo é destinatário de mais da metade do valor das exportações do Nordeste mas também São Paulo fornece cerca de dois terços do valor das importações nordestinas.

QUADRO 28

NORDESTE: VALOR DAS IMPORTAÇÕES E DAS EXPORTAÇÕES POR VIAS INTERNA: SE GUNDO PROCEDÊNCIA E DESTINO - 1975.

PROCEDÊNCIA E DESTINO	IMPORTAÇÕES		EXPORTAÇÕES	
	Cr\$ MILHÕES	%	Cr\$ MILHÕES	%
NORTE	338,9	1,1	448,6	4,3
SUDESTE	26.930,7	90,4	8.916,3	85,0
São Paulo	19.252,3	64,6	5.526,9	52,7
SUL	2.205,0	7,4	879,5	8,4
CENTRO-OESTE	174,4	0,6	244,1	2,3
TOTAL	29.797,1*	100,0*	10.488,5	100,0

* Inclusive 5% de procedência não identificada.

Fonte dos Dados Básicos: SUDENE/CPR/CR.

Se se atenta para o conjunto das medidas tarifárias, fiscais e cambiais que integram a política brasileira protecionista da chamada indústria nacional, o comércio triangular evidenciado através dos valores dos Quadros 26 e 28 coloca o Nordeste na mesma posição desvantajosa denunciada, há vinte anos, no relatório do GTDN de que

transcrevemos as "duas conclusões" a propósito das relações econômicas do Nordeste com o "Centro-Sul":

"A primeira é que o Nordeste, fornecendo divisas ao Centro-Sul, tem contribuído para o desenvolvimento desta última região com o fator nela mais escasso: capacidade de importação. Pagando com divisas parte substancial do que adquire no Centro-Sul, o Nordeste vem contribuindo para dar maior flexibilidade à oferta nessa região. A segunda conclusão é que o Nordeste constitui um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul, que a inversa; em outras palavras, o Centro-Sul vende no Nordeste quantidade substancialmente maior de mercadorias do que compra. De resto, como as exportações do Centro-Sul para o Nordeste se compõem principalmente de manufaturas, pesando nas exportações nordestinas muito mais as matérias-primas, cabe concluir que a discrepância a favor do Centro-Sul ainda é maior se se mede o intercâmbio em termos da massa de emprego criado nas duas regiões" 1/.

Vinte anos depois dessas observações, a capacidade para importar se tornou um componente possivelmente ainda mais crítico do desenvolvimento brasileiro no contexto da crise energética e à desvantagem do comércio triangular vem se adicionar outro ônus: como bem observou o economista Clóvis Cavalcanti, o Nordeste, não obstante sua condição de "única região do país que consegue auto-suficiência energética — graças a seu petróleo e a seu potencial de produção de álcool — paga sem qualquer discriminação o mesmo preço oneroso do desperdício que é evidentemente maior nas

1/ GTDN, op. cit., p. 26.

regiões afluentes" 1/.

O ambiente exterior não se manifesta apenas a través do registro formal das operações comerciais. Por trás das etiquetas "nacional", "paulista", "nordestina" de numerosas empresas, sobretudo industriais, nos mais distintos ramos, está presente, manifesto ou camuflado, operando diretamente ou indiretamente, o capital estrangeiro.

Como seria de se esperar, essas empresas têm seu comportamento ditado pela lógica do capital ou seja, a perseguição de sua própria reprodução ampliada através da captação de mais valia. Dentro dessa perspectiva, e pobreza rural nordestina será, mais do que um simples "dado", um trunfo, na medida em que "contribui" decisivamente para o objetivo da acumulação capitalista.

Como teremos ocasião de ver mais detidamente no Capítulo 9, a situação de disparidades vigentes no Brasil da qual o Nordeste é um dos polos, se ajusta perfeitamente ao que K. Vergapoulos caracteriza como uma exigência da axiomática espoliadora do capital para permitir um fluxo de mais valia crescente 2/.

Não seria razoável matar a galinha dos ovos de ouro mas as grandes empresas teriam de fazer alguma coisa pelo Nordeste. Movidas pelos "incentivos" especialmente

1/ Clóvis Cavalcanti, Duas décadas de desenvolvimento discutível, artigo no Jornal do Brasil de 27/12/1979.

2/ Um aprofundamento dessa perspectiva, privilegiando o setor agrícola e incluindo bibliografia bastante específica, encontra-se em Kostas VERGAPOULOS, Capitalisme difforme - Le cas de l'agriculture dans le capitalisme In: S. AMIN e K. VERGAPOULOS, La question paysanne et le capitalisme, 2e. ed., Paris, Ed. Anthropos - IDEP, 1977. Existe tradução brasileira (de má qualidade): A questão agrária e o Capitalismo, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977. O trabalho, já citado, de Tânia BACELAR DE ARAÚJO explora também, aplicada ao Brasil e ao Nordeste, a noção de desenvolvimento espacial desigual baseado nas relações centro-periferia.

os conhecidos por 34/18-FINOR, e pela preocupação de consolidar posições e preservar mercados, elas virão se implantar, na região, mas como verdadeiros "enclaves". O estudo de Francisco de Oliveira e Henri - Philippe Reichstul ^{1/} mostrou que já no início dos anos 70, das 100 maiores empresas nacionais, aí incluídas as estatais, as de capital preponderantemente estrangeiro, as de capital preponderantemente nacional e toda a classe de mistas, pelo menos 24 tinham projetos próprios implantados ou em implantação no Nordeste. Dessas 24 empresas, 4 eram estatais, 6 de propriedade privada predominantemente nacional e 14 de propriedade estrangeira ("totalmente, com participação, se existir, de capital nacional apenas simbólica").

O mesmo estudo destaca também (ver Quadro 29) como estão presentes no Nordeste as empresas mais importantes em seus respectivos ramos industriais, isto é tendem a ser principais no Nordeste as empresas ou grupos de empresas que já são principais no Brasil. Em outras palavras: reproduz-se, no Nordeste, uma estrutura industrial determinada por parâmetros ditados muito mais pelas origens imediatas das empresas — o SUDESTE, São Paulo — do que pela região onde se implantam, o Nordeste.

Não seria então de estranhar, sob tais circunstâncias, que uma tal industrialização tivesse de se processar nas condições de dependência com relação à expansão industrial do Sudeste, destacadas por Tânia Bacelar de Araújo ^{2/}: dependências de recursos financeiros, de mercados, de fornecimento de matérias-primas, de equipamentos, limitando sobretudo os efeitos internos de uma tal industrialização.

1/ F. de OLIVEIRA e H.-P.- REICHSTUL, Mudanças na divisão interregional do trabalho no Brasil, "In" Estudos CEBRAP 4, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, 1973. Os dados aqui citados estão também transcritos em F. OLIVEIRA, op cit., p. 112.

2/ Ver Tânia BACELAR DE ARAÚJO, op. cit., p.220 e seguintes.

QUADRO 29

EMPRESAS PRINCIPAIS DETENTORAS DE PROJETO PRÓPRIO NO NORDESTE POR RAMO INDUSTRIAL

Ramo Industrial	Entre as 10 principais, quantas têm projeto próprio no Nordeste
Mineração	
Minerais metálicos	1(a 6a. maior empresa)
Minerais não-metálicos	1(a 1a. maior empresa)
Transformação Metalúrgica	
Cal e cimento	1(a 1a. maior empresa)
Cerâmica, artefatos de cimento, gesso e amianto	2(as 1a. e 2a. maiores empresas)
Transformação Metalúrgica	
Siderurgia	1(a 1a. maior empresa)
Não-ferrosos	2(a 2a. e a 5a. maiores empresas)
Produtos metalúrgicos diversos	1(a 4a. maior empresa)
Mecânica	
Máquinas motores, equipamentos industriais	2(a 1a. e 5a. maiores empresas)
Aparelhos elétricos, Comunicação	
Material elétrico	2(a 1a. e a 4a. maiores empresas)
Aparelhos domésticos, lâmpadas	2(a 1a. e a 5a. maiores empresas)
Material de Transporte	
Veículos automotores	1(a 2a. maior empresa)
Autopeças e carroçarias	1(a 10a. maior empresa)
Tratores, máquinas de terraplenagem	1(a 6a. maior empresa)
Borracha	
Pneus	1(a 3a. maior empresa)
Química	
Química e Petroquímica	5(a 1a. a 2a. a 3a. a 4a. e a 9a. maiores empresas)
Plásticos e Derivados	1(a 1a. maior empresa)
Produtos Farmacêuticos	1(a 1a. maior empresa)
Perfumaria, Higiene Dom.	1(a 3a. maior empresa)
Têxtil	
Fiação e tecelagem	1(a 1a. maior empresa)
Art. de vestuário e acessórios	3(a 1a. a 7a. e a 8a. maiores empresas)
Produtos Alimentícios	
Laticínios	1(a 9a. maior empresa)
Produtos alimentícios diversos	2(a 1a. e a 3a. maiores empresas)
Bebidas	2(a 1a. e a 3a. maiores empresas)
Indústrias Diversas	
Conglomerados	4(a 1a. a 2a. a 3a. e a 4a. maiores)

Fonte: Reproduzido de F. Oliveira, op. cit. p. 113

CAPÍTULO 9
O CONFRONTO DOS DISPARES

A noção de nível médio de subsistência se nos impôs, ao longo de nosso trabalho, como um conceito central para a compreensão da pobreza rural. Sabemos, desse nível médio de subsistência, que, acima do patamar requerido pela simples sobrevivência e reprodução biológicas, pode apresentar variações substanciais no tempo e no espaço. Mas sabemos também que, hic et nunc, ele é um dado objetivo, observação que nos serviu de base, no Capítulo 7, ao estabelecimento da noção de perequação da pobreza rural. Sabemos ainda que ele se constitui na base da definição dos preços da força de trabalho - os salários.

Essa noção nos foi igualmente muito importante, no Capítulo 7, para bem delimitar o alcance e o papel do conceito de produtividade do trabalho no âmbito da compreensão da pobreza rural: se o nível de subsistência é dado, todo incremento de produtividade tenderá a ser absorvido pelo termo dominante nas relações vigentes nas esferas da produção e da circulação.

No Capítulo 8 despontou, porém, como elemento novo, o fato de que o nível médio de subsistência não é um dado uniforme no conjunto do país, se não que retrata, ao contrário, disparidades interregionais das mais significativas. Na análise dessas disparidades ressaltou o des-nível que separa as duas regiões mais populosas do Brasil: o Nordeste e o Sudeste.

A apreciação da pobreza nordestina sob essa ótica conduz à identificação de dois processos que nos propomos a examinar no presente capítulo. O primeiro desses processos concerne ao problema do valor: se é o trabalho denominador comum e fonte do valor das mercadorias, as disparidades salariais para trabalho idêntico, no plano interregional, detectadas no Capítulo 8, indicam relações de troca sistematicamente desvantajosas para o Nordeste em relação ao Sudeste, na medida em que, por trás de valores monetários equivalentes, o Nordeste está trocando mais trabalho próprio computado a baixo preço (função do

baixo nível de subsistência) por menos trabalho do Sudeste computado a preços elevados (função do nível de subsistência mais elevado). As transações comerciais Nordeste-Sudeste encobririam assim sistematicamente, por parte do Sudeste, um processo de captação de valor.

O segundo processo diz respeito à mobilidade da população: as disparidades salariais, na medida em que determinam o deslocamento da mão-de-obra "produzida" (a duras penas) no Nordeste viabilizam, por parte do Sudeste, além da captação de valor, a captura da própria fonte de valor: a força de trabalho.

1. A captação de valor

Em numerosos trechos anteriores deste trabalho, especialmente nos capítulos 7 e 8, fizemos referência à reserva com que deveríamos encarar a tradução das contribuições setoriais e regionais nos termos dos registros de valores processados pela contabilidade social com base no sistema de preços.

Conquanto os próprios procedimentos técnicos utilizados para a estimação dos diferentes agregados deva sempre merecer uma avaliação 1/, a reserva a que vimos aludindo se situa mais a montante dessa preocupação: ela traduz uma percepção de vieses sistemáticos ao nível da própria realização dos valores quando se está em face de tamanhas disparidades nas taxas de salário e no uso de capital entre os segmentos comparados, setores e regiões.

Uma separação estática entre "criação" e "realização" dos valores é, sem dúvida, tanto mais difícil de se conceber porquanto não se pode justamente atribuir

1/ Ver, a propósito, de Clovis CAVALCANTI, Uma avaliação das estimativas de renda e produto do Brasil Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 2, nº 2, Dezembro 1972, p. 381-398.

nenhuma "autonomia" a cada um dos segmentos que se trata-ria de confrontar, uma vez que o próprio desempenho de cada segmento depende dos outros pela relação de trocas que já incorpora as relações de produção: a "realização" implica, ao mesmo tempo, uma alteração dos valores 1/.

Isso porem não invalida a tentativa de demonstração nem torna menos evidente a importância da verificação de uma situação de desvantagem sistemática quando se está em face de formas sociais colocando em articulação relações de produção, forças produtivas e características sociais tão díspares como as mostradas no Capítulo 8. Trata-se, em suma, de verificar se as próprias relações "normais" de determinação de preços e de troca de permutáveis não encobrem uma categoria de captação do valor que se sobreporia à de extorsão de sobretrabalho destacada no Capítulo 7.

A base analítica para essa reflexão é dada pelo dispositivo dos preços de produção enunciado por Marx no desenvolvimento do Livro III do Capital. Nosso ponto de partida será muito simplesmente o da configuração, no sistema fechado utilizado por Marx, de um valor global gerado pelo conjunto da economia (W) e decomposto nas tres partes conhecidas: o capital constante (c), o capital variável (v) e a mais-valia (m):

$$W = c + v + m \quad (1)$$

O capital constante, assim chamado por manter constante seu valor ao transferí-lo para a mercadoria produzida com ele, compreende todos os elementos materiais participantes da produção, resultantes, portanto, de um trabalho anterior e inclui: os insumos incorporados por inteiro à mercadoria; e a fração do capital fixo utilizada, correspondente a depreciação do mesmo.

1/ Ver K. VERGAPOULOS, op. cit. p. 120 e seguintes.

O capital variável corresponde ao volume de recursos utilizados para o pagamento dos trabalhadores, ou seja, ao montante dos salários. A denominação de capital "variável" traduz a existência de uma diferença entre o capital mobilizado para a compra da força de trabalho e o valor efetivamente incorporado pelo trabalho, diferença essa que se constitui na mais-valia.

A mais-valia é, portanto, a parte do valor criado pelo trabalho que é apropriada pelos capitalistas. A nível global a massa de mais-valia corresponde à massa de lucros (p) e a taxa geral de lucros (p') fica imediatamente determinada:

$$p' = \frac{m}{c + v} \quad (2)$$

1.1 - Perequação da taxa de lucros e repartição da massa de mais-valia

Em função da mobilidade do capital e da concorrência, verifica-se uma tendência natural à imposição dessa taxa média de lucros a cada um dos diferentes setores e regiões do conjunto da economia, com as compensações requeridas para fazer face às diferenças de risco no emprego do capital.

Essa tendência à uniformização de uma taxa média de lucros definida por um critério específico - o uso do capital - tem por efeito operar uma redistribuição da mais-valia social por um critério que não coincide necessariamente com o de sua geração e que privilegia sistematicamente os setores e as regiões onde é mais intenso o uso de capital.

Essa repartição da massa de mais-valia operada no bojo da perequação da taxa de lucros está no cerne do dispositivo dos preços de produção que se diferenciam do valor precisamente pelos movimentos de transferência inter-setorial e interregional de mais-valia.

Dessa forma a expressão geral do valor para o conjunto da economia (1) terá de sofrer todas as alterações imbutidas na nova expressão que traduz o preço de produção (T) para um setor ou região i qualquer:

$$T_i = c_i + v_i + P_i \quad (3)$$

em que P_i traduz não a mais-valia extorquida em i mas o lucro auferido pelo capital utilizado ($c_i + v_i$) à taxa de lucro p' (2):

$$P_i = (c_i + v_i) \frac{m}{c + v} \quad (4)$$

Os preços de produção já trazem portanto consumada a transferência de mais-valia, uma vez que nesses preços já estão implícitas as modalidades das trocas interregionais.

No valor original transformado nesses preços de produção a parte relativa da mais-valia é inversamente proporcional à fração de capital ($c + v$) incorporada no valor, uma vez que temos por (1) que

$$m = W - c - v \quad (5)$$

de tal forma que em cada setor ou região i a mais-valia extorquida como fração do valor é tanto maior quanto menor for a fração de capital utilizado ($c_i + v_i$) e vice-versa:

$$\frac{m_i}{W_i} = 1 - \frac{c_i + v_i}{W_i} \quad (6)$$

Já nos preços de produção a apropriação do lucro se dá, ao contrário, como vimos em (4), na razão direta do volume de capital mobilizado, em benefício, portanto, das regiões e setores onde é mais intensa a utiliza-

ção do capital.

Dada, portanto, a participação nacional média do capital na formação do valor, as regiões ou setores apresentando frações de valor em forma de capital inferiores a essa média terão de realizar transferências de mais-valia às regiões ou setores apresentando partes relativas de capital acima desta média.

Ao nível regional ou setorial portanto a massa de lucro só coincide com a massa de mais-valia extorquida no caso particular de uma composição regional ou setorial de valor igual à composição nacional média que define a taxa geral de lucro (2).

Em todos os demais casos o lucro auferido no segmento - região ou setor - corresponderá à mais-valia extorquida no segmento amputada ou acrescida de uma mais-valia de transferência segundo seja a fração de capital no segmento inferior ou superior à média nacional.

1.2 - Transferências de mais-valia e trocas desiguais

Retomemos agora, à luz desses elementos, o caso do Nordeste. Sua inserção na economia brasileira pode ser melhor examinada simplificando-se a análise ao confronto com as duas outras regiões de ocupação mais antiga e consolidada: o Sudeste e o Sul. As três regiões em confronto perfazem mais de 90 por cento da população e da renda nacionais. Com valores retirados do Quadro 21 podemos estabelecer a seguinte composição para 1970:

Regiões	% renda	% população (B)		Relação A/B
	(A)	Total	Ativa	
Nordeste	11,6	30,4	29,0	0,4
Sudeste	65,5	42,6	44,6	1,5
(São Paulo)	39,3	19,1	20,2	2,0)
Sul	17,1	17,6	17,6	1,0
Total	95,2	90,6	91,2	1,0

Se a renda interna (A) traduz, para a totalidade nacional, uma expressão do valor criado, ela se exprime, regionalmente, em preços de produção onde já estão embutidas as transferências de valor e as relações de troca desigual que pretendemos detectar.

Partindo da hipótese de uma intensidade de trabalho homogênea 1/ e admitindo-se uma relação de proporcionalidade entre valor criado e força de trabalho mobilizada, o confronto entre as proporções de renda interna e de população (relação A/B) permite entrever:

- na região Sul uma situação de equilíbrio, próxima da média nacional;
- na região Sudeste uma situação de afluência, em que a importância relativa da renda supera em 50 por cento (em 100 por cento no estado de São Paulo!) a proporção da força de trabalho;
- na região Nordeste uma situação desvantajosa (a participação no valor da renda interna é inferior à metade da contribuição da força de trabalho).

O nó da questão parece se situar, portanto, em uma matriz comum que, ao tempo em que beneficia ao Sudeste, desfavorece ao Nordeste.

Para melhor compreender os mecanismos que conduzem a uma tal situação retornemos aos elementos conceituais do valor e dos preços de produção. Esses elementos deveriam afinal nos ajudar a melhor compreender a pobreza

1/ Definimos, com A. EMMANUEL, a intensidade do trabalho como o rendimento da unidade de trabalho a base de ferramenta igual. Essa noção não deveria ser confundida com a produtividade, que é função crescente da importância do equipamento. "Um trabalho mais intenso produz mais valores de uso e mais valor; um trabalho mais produtivo produz mais valores de uso porém o mesmo valor". Ver: A. EMMANUEL, L'échange inégal, Paris, Ed. Fr., Maspéro, 1969, p. 109, nota 35.

rural nordestina não mais encarada isoladamente no plano local e setorial de sua manifestação porém inserida em um ambiente nacional cuja característica maior é a grande disparidade.

Os trabalhadores rurais nordestinos trabalham duro sem trêgua, de sol a sol, de inverno a verão, nas mais variadas tarefas, nos mais variados rincões: tão logo se encerra o trabalho sazonal de sua atividade principal, estão mudando de trabalho ou de local, ao sabor dos deslocamentos sazonais dos picos de mão-de-obra. Minhas entrevistas com proprietários rurais nordestinos estão sistematicamente pontilhadas de queixas quanto a falta de mão-de-obra.

O que é feito do valor gerado por todo esse trabalho? Que parte desse valor pode ser retida por essa população estigmatizada pela pobreza sob o registro dos preços de produção? O que é feito da mais-valia extorquida: como é ela captada ao nível da economia como um todo?

Comecemos pelo valor. Centremo-nos mais especificamente na pequena produção, compreendendo a produção camponesa e a produção familiar no interior dos latifúndios (ver item 2.B da Figura 2): esse segmento se impõe naturalmente pela importância da força de trabalho comprometida (dois terços a três quartos do total) e por suas funções de suprimento "externo" em força de trabalho e de sua participação na determinação do respectivo valor.

Na expressão (1) do valor, o primeiro elemento ("c") é constituído pelos ingredientes materiais incorporados à produção. Esses ingredientes são manifestamente insignificantes no caso da pequena produção: os insumos "externos" só raramente podem ir além das sementes adquiridas localmente, se não foram reservadas da colheita anterior.

O equipamento utilizado sob a rubrica "capital fixo" é também dos mais rudimentares, reduzido às ferramentas manuais ou, quando muito, aos implementos da tra

ção animal.

O termo "v" designativo dos meios de subsistência dos trabalhadores é também por definição insignificante em um conjunto demarcado precisamente por uma mão-de-obra predominantemente familiar estigmatizada pela pobreza.

O elemento fundamental do valor resulta ser assim, por eliminação, o termo "m", o "excedente", o sobretabalho, a mais-valia extorquida aos mais diferentes títulos.

Ora, como vimos, a realização da mais-valia não é imediata, ela passa obrigatoriamente por uma taxa de lucros de tendência uniforme que está no cerne do dispositivo dos preços de produção. De acordo com esse dispositivo, essa mais-valia integra uma massa social que é re-distribuída no conjunto da sociedade não na proporção do valor criado nem da mais-valia extorquida, mas na proporção do capital utilizado ($c + v$).

A competitividade do Nordeste rural na disputa por esse excedente é tanto menor porquanto, ao volume dos meios de produção e de subsistência mobilizados, se superpõe uma configuração de relação social. Como assinou Marx, "os meios de produção e de subsistência pertencentes ao produtor imediato, ao próprio trabalhador, não constituem capital. Sô se tornam capital quando servem como meio de explorar e dominar o trabalho" ¹/.

Por maior que seja a massa de mais-valia extorquida no setor rural nordestino, os detentores dos meios de produção configurados como capital não podem reter uma porção mais significativa da mesma em razão da perequação da taxa de lucros, associada à mobilidade do capital.

A diferença entre a mais-valia extorquida e o

¹/ K. MARX, Ed. La Pléiade, I, p. 1226.

lucro retido se constituirá em uma mais-valia de transfe
rência que irá se somar à mais-valia extorquida nos seg-
mentos mais capitalistas para constituir o lucro destes
últimos.

Essa transferência é tanto mais necessária por
quanto nos segmentos mais capitalizados o valor teria de
apresentar uma composição completamente distinta. Tomemos
a região Sudeste e, mais especificamente, um estado como
São Paulo. Reportando-nos novamente à expressão (1) do va-
lor, ninguém duvidará da importância relativa expressiva-
mente maior que deve assumir o capital constante "c" em
termos de insumos incorporados como de equipamento consti-
tutivo de capital fixo.

O componente "v" teria de ser também relativa-
mente bem mais importante, a julgar pelos salários médios
substancialmente superiores aos vigentes no Nordeste, co-
mo vimos no Capítulo 8.

O termo "m", a mais-valia, na composição da
valor, teria de assumir assim, forçosamente, uma importân-
cia relativa reduzida, na proporção inversa do capital mo-
bilizado ($c + v$). É, aliás, precisamente a importância da
massa de capital mobilizado, determinada pelo volume do
capital constante e pelos salários mais elevados, que re-
quererá, para a sua remuneração "normal", à taxa "unifor-
me" de lucros, a transferência de mais-valia dos segmen-
tos menos capitalizados, a começar pelo setor rural nor-
destino.

A análise das modalidades, das etapas e da
trajetória dessas transferências ultrapassaria as fronteiri-
ras impostas ao presente trabalho. Uma tal análise teria
de destacar a esfera da circulação, onde se há de escon-
der, por trás da troca formal de permutáveis, uma relação
de troca desigual que há de presidir às transações que re-
sultam no encharcamento do mercado consumidor urbano nor-
destino por toda sorte de manufaturas, das mais sofisticada-
das às mais banais, sistematicamente "fabricadas em São
Paulo".

Gostaríamos, enfim, de destacar, com K. Vergapoulos, que um relacionamento desse tipo não se reduz a "uma simples interdependência entre os setores: a existência de segmentos capitalistas "retardatários" constitui uma condição sine qua non da existência e do crescimento dos segmentos capitalistas "progressistas". De outra forma o mecanismo de transferência seria bloqueado e a acumulação capitalista não seria mais possível" 1/.

2. A captura da fonte de valor

A formação econômica do Brasil tem uma de suas principais tenazes no que foi denominado por Celso Furtado "o problema nacional básico - a expansão da força de trabalho do país" 2/.

Cada qual a seu tempo, ao sabor das diferentes contingências históricas, os mais variados dispositivos foram acionados, ao longo da formação econômica do Brasil, para fazer face ao problema sempre crítico da "falta de braços" 3/: caça ao índio, importação de mão-de-obra africana, recuperação dos "ingênuos" (filhos de escravas), imigração européia.

Conforme teremos ocasião de analisar no item 3 deste capítulo, as duas principais modalidades de mobilização de força de trabalho - a mão-de-obra servil de origem sobretudo africana, preponderante, no Nordeste, em

1/ K. VERGAPOULOS, op. cit., p. 128.

2/ Celso FURTADO. Formação econômica do Brasil, 16 ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1979, p. 110.

3/ Era a "falta de braços" e a identificação de "qual o modo mais eficaz e conveniente de suprir essa falta" um dos temas centrais do "Congresso Agrícola" convocado pelo "Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas" em 1878. Ver: Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife - 1878, CEPA-PE, 1978, Edição facsimilar reproduzida do original publicado em 1879 pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Intr. Gadiel PERRUCCI.

todo o ciclo colonial do açúcar, por um lado, e, por outro lado, a mão-de-obra assalariada de imigração sobretudo européia e subsidiada, preponderante, no Sudeste, em todo o ciclo do café, no período pós-independência - essas duas modalidades estão no cerne do padrão de descontinuidade nos níveis médios de subsistência associados à condição de um Nordeste "retardatário" lastreado na mais generalizada pobreza rural, por um lado, e, por outro lado, à condição de um Sudeste ou, talvez, antes, de um São Paulo "progressista", lastreado em um nível médio de consumo sistematicamente superior à média nacional e, maxime, à média nordestina.

A idéia central que pretendemos explorar a essa altura de nossa análise é a de que a pobreza rural nordestina associada às disparidades e às transferências de valor está também associada aos dispositivos de captura da fonte de valor disfarçados de crescimento "natural" da população e de migrações "espontâneas" geradas pelo desenvolvimento desigual.

O argumento de que o crescimento demográfico resultante da alta fecundidade rural não é tanto "natural" quanto "constitui um ajustamento deliberado e racional às condições de produção agrícola "já foi desenvolvido, para o Nordeste brasileiro, por Anna Luiza Ozório de Almeida, especialmente no que concerne aos parceiros 1/.

Se as condições que configuram a produção camponesa e a pequena produção familiar, de modo geral, em que medra a pobreza rural, estimulam a proliferação, a mesma pobreza rural, como reflexo das disparidades, encoraja a evasão e está formado o fluxo que faz do Nordeste o viveiro de mão-de-obra: a emigração nordestina representa mais da metade do fluxo total das migrações interregionais brasileiras e 13 por cento da população na origem em

1/ A.L. Ozório de ALMEIDA, Parceria e tamanho da família no Nordeste brasileiro, Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 7(2), Ago 1977, p. 291-332.

1970 (ver Quadro 30).

Para 1970 do levantamento IBGE/PNAD destacam-se os seguintes resultados:

- a) Nascidos no NE residentes no NE: 32.551,8 mil;
- b) Nascidos no NE emigrados do NE: 4.977,3 mil;
- c) População emigrada/Pop. na origem (b/a): 15,3%;
- d) Incremento anual dos emigrados 1970-76: 4,8%

Os nordestinos emigram, atraídos por perspectivas de melhores condições de vida no destino, afugentados pelo beco sem saída da pobreza na origem mas a migração é seletiva: quem emigra? para onde? como se processa a emigração? quem sai ganhando?

2.1 - Seletividade do destino: a região Sudeste e o estado de São Paulo.

Os fluxos emigratórios nordestinos se orientam, à razão de dois terços, para a região Sudeste, onde se registrava a presença, em 1970 de dois e meio milhões de nordestinos (ver Quadro 30), o que se explica facilmente pelos desníveis salariais já assinalados.

Para 1976 o levantamento IBGE/PNAD fornece:

- a) Nascidos no NE emigrados para o SE: 3.999,3 mil;
- b) Emigrados para o SE/total de emigrados: 80,4%;
- c) Incremento anual dos emigrados para o SE 1970-76: 8,0%.

Esses valores mostram, a um tempo, a seletividade do destino e a tendência recente ainda maior à con-

QUADRO 30

FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERREGIONAIS ACUMULADOS - 1970

REGIÕES DE ORIGEM	R E G I Õ E S D E D E S T I N O					TOTAL	P: EMIGRADA/ P. NA ORIGEM (%)
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE		
NORTE	- (0,0%)	24.105 (20%)	80.905 (66,5%)	3.030 (2,5%)	13.294 (11%)	121.334 (1,7%)	3,3
NORDESTE	168.738 (4,5%)	- (0,0%)	2.518.262 (67%)	393.273 (10,5%)	677.620 (18%)	3.757.893 (53%)	13,1
SUDESTE	18.895 (0,7%)	186.739 (7,3%)	- (0,0%)	1.473.789 (57,5%)	884.274 (34,5%)	2.563.697 (36%)	6,4
SUL	2.392 (0,5%)	17.137 (4%)	386.846 (85,5%)	- (0,0%)	46.296 (10%)	452.671 (6,4%)	2,7
CENTRO-OESTE	33.970 (17,5%)	15.607 (8%)	131.838 (67,5%)	13.761 (7%)	- (0,0%)	195.176 (2,8%)	3,8
TOTAL	223.995 (3,2%)	243.588 (3,4%)	3.117.851 (44%)	1.883.853 (26,5%)	1.621.484 (23%)	7.090.771 (100%)	7,5

FONTE: IBGE - Censo Demográfico de 1970.

centração do fluxo na direção Sudeste. Mas há seletividade também dentro do Sudeste: São Paulo. Para 1976 temos, do levantamento IBGE/PNAD:

<u>Destinos</u>	<u>Emigrados para o Sudeste:</u>	
	<u>1.000 hab.</u>	<u>%</u>
São Paulo	2.075,8	61,1
Rio de Janeiro	1.092,6	32,1
Minas Gerais + Espírito Santo	230,9	6,8
T O T A L	3.399,3	100,0

2.2 - Seletividade na origem: os ativos

"No plano estritamente econômico, um país teria interesse em reduzir sua natalidade e em deixar entrar homens feitos". Essa afirmação de Sauvy ^{1/} pode ser justaposta a essa outra do mesmo autor, da mesma fonte (p.303): "A imigração de dominados é, em geral, favorável aos dominantes".

Essas duas proposições apontam bem para a natureza da relação de dominação subjacente às migrações interregionais. Essa relação de dominação deve ser tanto mais destacada porquanto tais migrações são geralmente "explicadas" ou "orientadas" ou "assistidas" ou "preconizadas" sob os argumentos de "pressão demográfica", "população excedente" etc.

Ora, os que emigram não são os "excedentes", os desempregados crônicos, os velhos etc. Os valores que compõem a Figura 6 não deixam qualquer dúvida quanto à seletividade dos emigrantes: são basicamente os "homens feitos" para os quais se configura o interesse econômico

^{1/} Alfred SAUVY, Théorie Générale de la Population vol. I - Economie et Population, Paris, Presses Universitaires de France, 1956, p.309.

FIGURA 6 - PIRÂMIDES ETÁRIAS DAS PESSOAS NASCIDAS NO NORDESTE

A) EMIGRADAS DO NORDESTE

IDADES

HOMENS

MULHERES

IGNORADAS

70 e +

60-69

50-59

45-49

40-44

35-39

30-34

25-29

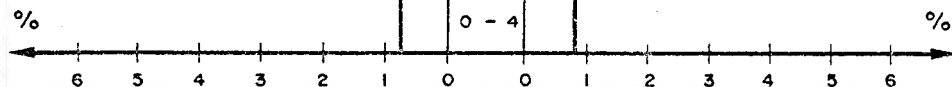
20-24

15-19

10-14

5-9

0-4



B) RESIDENTES NO NORDESTE

IDADES

HOMENS

MULHERES

IGNORADAS

70 e +

60-69

50-59

45-49

40-44

35-39

30-34

25-29

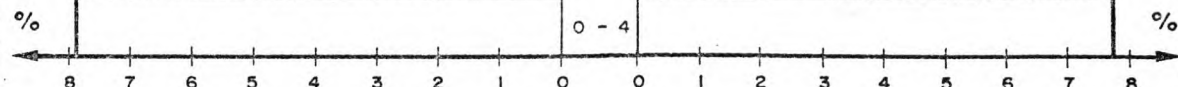
20-24

15-19

10-14

5-9

0-4



de "deixar entrar".

Esse "interesse econômico" é tanto maior porquanto, sujeitos, em sua região de origem, a um nível de subsistência inferior, os trabalhadores nordestinos podem ser mais facilmente submetidas, no destino, a condições de trabalho mais rígidas ou alocados às tarefas mais penosas. Por outro lado, o fluxo contínuo de uma mão-de-obra laboriosa, dócil, abundante e barata representa o "interesse econômico" adicional de inflectir as forças do mercado de trabalho sistematicamente em favor do capital.

A esse interesse econômico dos "dominantes" em "deixar entrar" pode-se contrapor a posição resultante para os que devem deixar sair:

- sai o vigor dos ativos, fica a debilidade
 - . dos que não são ainda - a base da pirâmide;
 - . dos que não são mais - o tampo;
- sai a capacidade de produção, fica a necessidade de consumo.

2.3 - Dispositivos da acumulação primitiva ?

Os mecanismos que configuram o Nordeste como viveiro de mão-de-obra e os dispositivos de captura da força de trabalho familiar por parte do capital fazem lembrar os que conhecemos, através da história econômica, sob a denominação de "acumulação primitiva".

Com efeito, os dispositivos que compõem a acumulação primitiva e que puderam assumir as mais variadas formas, do tipo das que foram analisadas por Marx no Livro I do Capital, têm todos uma lógica comum bastante próxima da que preside à pobreza nordestina:

- a separação dos trabalhadores com relação aos meios de produção através dos vários dispositivos de expropriação dos produtores e da conseqüente subordinação do

- trabalhador ao capitalista;
- a produção ampliada de mão-de-obra assalariada;
- a transformação dos meios de subsistência e de trabalho dos agricultores em elementos materiais do capital;
- a destruição das atividades produtivas de âmbito local pela constituição e expansão do mercado interior para a produção capitalista.

Tentemos recapitular, nessa perspectiva, os principais processos em curso. Os grupos dominantes da população rural — os camponeses autônomos e os agregados dependentes e, dentre estes, particularmente os parceiros — são induzidos a uma reprodução especialmente ampliada de seu "recurso" fundamental: a força de trabalho familiar.

A essa valorização da força de trabalho como vantagem comparativa a nível familiar, própria da lógica interna da produção camponesa, se contrapõe a lógica latifundiária e capitalista de valorização e concentração da terra e do capital. Esta última se realiza economicamente através das múltiplas formas de extração de mais-valia enumeradas ao longo deste trabalho mas grande parte dos latifúndios encontra atualmente sua expressão no processo de pecuarização acirrada que se traduz na conversão em pastagens das terras aptas para lavouras.

Os pequenos produtores são, por esses dispositivos, mais e mais espremidos nos minifúndios, nas áreas de servidão das estradas — as favelas rurais — e na periferia das cidades até atingirem a idade e acederem aos meios de enveredar a única saída que se lhes oferece: emigrar.

Para isso está montado todo um dispositivo de captura capilar da força de trabalho muito parecido com

o da captação de valor que se processa pela rede de comercialização. A rede de serviços públicos no Nordeste poderá ser muito deficiente mas na mais longínqua e recôndita localidade haverá um "agente" de alguma das empresas transportadoras comissionado para a mobilização de passageiros para São Paulo e pronto para diligenciar todos os detalhes, inclusive o encaminhamento a financiadores de passagens.

O filho ausente e sua força de trabalho farão falta à família mas esta poderá ser parcialmente compensada por alguma ajuda financeira remetida ou até trazida pessoalmente pelo filho ao cabo de algum tempo. Irmãos mais novos serão "necessários" para substituir os que partem até que tenham de partir também eles para esse lugar "diferente" que é São Paulo.

3 - O marco histórico das disparidades

No início deste capítulo demos destaque a importância de que se revestiu, ao longo deste trabalho, o conceito de nível médio de subsistência para a compreensão da pobreza rural nordestina.

A descontinuidade espacial desse nível no território brasileiro, origem das disparidades salariais, nos introduziu naturalmente no terreno das relações interregionais, colocando em evidência a situação de franca desvantagem da região Nordeste vis-à-vis do Sudeste.

Gostaríamos de encerrar este capítulo com uma rápida incursão no controvertido terreno das raízes históricas das disparidades interregionais no Brasil.

Até a grande crise econômica dos anos 30 não se pode quase falar de um sistema econômico brasileiro no sentido próprio do termo. O que se tem é antes uma justaposição de conjuntos regionais semi-independentes entre

si, tendo como principal característica comum sua dependência direta de um mercado exterior qualquer: açúcar, café, cacau, algodão, borracha.

As ligações entre esses conjuntos regionais são extremamente frágeis, em razão das distâncias, da precariedade da rede de comunicações e de transportes e sobretudo em virtude do fato de que não há muito o que trocar entre si, dadas suas economias muito pouco diversificadas e pouco complementares. Todas as regiões dependem paralelamente de importações relativamente diversificadas do exterior, financiadas com suas exportações muito especializadas de um ou outro produto primário.

Quando se fecham as portas do comércio exterior no âmbito da grande depressão, começa a ter lugar internamente um confronto progressivo entre esses conjuntos regionais, embrião da integração futura. Nesse confronto, ao tempo em que os conjuntos regionais, praticamente isolados até então, se medem pouco a pouco entre si, se esta belecem, ao mesmo tempo, as novas regras do jogo.

Quem deveria fixar as regras a favor de quem? Que trunfos conferiram à região Sudeste e, mais especialmente, ao estado de São Paulo, a hegemonia que passou então a exercer sobre a economia brasileira?

Hirschman enxerga esse trunfo na própria atividade cafeeira, considerada fundamental em sua conhecida perspectiva do desenvolvimento como uma sucessão de efeitos em cadeia: "A expansão cafeeira no Brasil no século dezenove conduziu, sem qualquer dúvida, à ascensão de São Paulo e, eventualmente, à preeminência dessa cidade como um centro industrial, ao passo que o cultivo da cana-de-açúcar no nordeste do país desde o século dezesseis pouco deixou senão a área estagnada mais populosa da América Latina. Esse contraste leva ao encontro de numerosas razões para exaltar o café e exprobrar a cana-de-açúcar".^{1/}

1/ Albert O. HIRSCHMAN, A Generalized Linkage Approach to Development, With Special Reference to Staples in "Economic Development and Cultural Change, vol. 25, supplement, 1977, p. 95.

Sem pretender menosprezar a importância dos achados de Hirschman para a compreensão dos processos de desenvolvimento em geral e da política econômica brasileira e nordestina em particular, acho importante destacar que uma tal formulação obscurece por completo a dimensão histórica subjacente a duas formações sociais completamente distintas.

A formação canavieira nordestina nasceu e cresceu em um ambiente inequivocamente colonial, baseada no trabalho servil, parametrada por um nível de subsistência médio determinado pelas condições biológicas de simples manutenção e reprodução da mão-de-obra escrava.

A formação cafeeira paulista nasce, ao contrário, em plena depressão da atividade canavieira, no contexto totalmente distinto da independência política nacional e da transição para o trabalho livre 1/. Vejamos um pouco mais de perto o que se passa então.

É em um período de plena expansão de lavoura cafeeira que se decide a sorte do trabalho escravo no Brasil. O tráfico dos negros proibido em princípio desde 1841 é definitivamente suprimido a partir de 1850 (lei Eusébio de Queirós) e de 1854 (lei Nabuco de Araújo). O crescimento da mão-de-obra escrava sofria uma primeira limitação pelo lado da importação. Esse crescimento só seria possível, a partir de então, pela reprodução interna. Durante trinta anos sera possível resistir às pressões internacionais e aos movimentos internos: revolta de escravos, evasões, constituição de aldeias livres — os Quilombos.

A partir dos anos 80 a resistência não é mais possível e a liberação vem inexoravelmente:

1/ Ver, a respeito, de João Manoel Cardoso de MELO, O Capitalismo tardio: Contribuição à revisão crítica e desenvolvimento da economia Brasileira, Campinas, UNICAMP (Tese de Doutorado), 1975.

lei do ventre livre em 1881 declarando automaticamente livres os recém-nascidos dos escravos;

lei dos sexagenários declarando livres (ou desobrigando os senhores para com) os escravos de mais de 60 anos;

lei áurea em 1888 suprimindo a escravidão em todo o território nacional.

Esses movimentos haveriam de afetar muito mais fortemente o Sudeste do que o Nordeste, cuja economia estava em franca depressão resultante da deterioração dos preços do açúcar. Na região Sudeste, ao contrário, e sobretudo no estado de São Paulo, a recuperação dos preços do café ao longo do terceiro quartel do século XIX, tornava a economia especialmente sensível ao problema da disponibilidade de mão-de-obra.

A economia cafeeira absorverá avidamente toda a mão-de-obra tornada disponível com a desagregação da economia mineira e começara a exercer uma forte pressão sobre a transferência de mão-de-obra nordestina.

Talvez agora estivessem criadas as condições para a realização da velha aspiração brasileira de importar mão-de-obra livre europeia. Durante anos o Brasil havia contemplado a prosperidade de seus grandes vizinhos do norte (os Estados Unidos) e do Sul (a Argentina) se processar sob o alvo envólucro da pureza étnica em oposição à desenfreada mistura racial brasileira 1/.

Desde os anos 40 tentativas tinham sido feitas, como a que foi empreendida pelo Senador VERGUEIRO em

1/ A respeito da mistura racial no Brasil ver Gilberto FREYRE, op. cit.. A respeito da motivação para importar mão-de-obra europeia, Celso FURTADO faz referência a uma "crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja "raça" era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país". Ver Celso FURTADO, op. cit., p.124.

Rio Claro (São Paulo) em 1845-1847, mas com resultados frustrantes. O interessante estudo dessa experiência feito por Warren DEAN mostra como, a despeito de todas as precauções tomadas na seleção das primeiras famílias, uma sucessão de dissensões quanto a interpretação dos contratos de trabalho culminaria, em 1856-57, por greves e deserções generalizadas 1/.

A partir dos anos 60 o problema da mão-de-obra em São Paulo torna-se ainda mais premente, em um contexto de "corrida" para o café, em função das limitações ao tráfico de escravos do Nordeste em decorrência da expansão do algodão nordestino tornada possível pelos aumentos de preços resultante da Guerra de Secessão nos Estados Unidos.

O concurso de todas essas circunstâncias, aliadas aos problemas internos nos países europeus, notadamente na Itália 2/, às limitações à imigração para os Estados Unidos, em decorrência da própria Guerra de Secessão, parecia ter criado as condições favoráveis para uma nova investida na imigração européia.

Todavia, após os insucessos das tentativas dos anos 40, essa imigração só poderia ser induzida através de um conjunto de incentivos e de garantias bem concretas. O governo imperial é mobilizado a fundo, ao lado do governo do estado de São Paulo, para assegurar condições excepcionais (em relação às condições de trabalho vigentes no Brasil) à mão-de-obra européia: as despesas de transportes serão pagas pelo governo e os fazendeiros se obrigam a cobrir as despesas do imigrante durante seu primeiro ano de atividade.

Ao argumento de que esses imigrantes eram constituídos, em sua maioria, por pessoas de origem humil-

1/ Warren DEAN, Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920, tradução de Waldivia Portinho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

2/ Ver Celso FURTADO, op. cit. p. 127-128.

de, convém lembrar a observação feita por SAUVY a propósito da imigração promovida por autoridades ou entidades patronais, de que "o indivíduo se torna então mais difícil e é, além disso, encorajado por terceiros nessa atitude. Em regra geral, a falta de conforto só se suporta bem em casa. Tal viajante que em sua casa só dispõe de uma instalação modesta, suporta mal, em um quarto de hotel, uma poltrona manca ou uma cama sem lâmpada de cabeceira. Tal alojamento visivelmente deficiente, que não suscitaria oposição se o imigrante o houvesse escolhido, assume facilmente uma dimensão de escândalo se é oferecido pela empresa ou alguma organização coletiva. Um imigrante propenso à reivindicação suscita dificuldades que ele mesmo poderia resolver facilmente..."

1/.

A verdade é que as garantias oferecidas por parte das autoridades brasileiras foram objeto de contratos escritos prévios sujeitos a fiscalização e controle por parte das legações dos países de origem dos imigrantes. O Governo se obrigava ainda a prestações de contas periódicas a respeito do destino desses imigrantes 2/. Nenhum trabalhador brasileiro e, ainda menos, nordestino, desfrutaria jamais de tantos privilégios.

O conjunto dessas condições conduziria ao estabelecimento de um nível médio de subsistência, no estado de São Paulo, nitidamente superior à média vigente no conjunto do Brasil e até superior ao que tinham esses imigran-

1/ Ver Alfred SAUVY, Théorie Générale de la Population, vol II - Biologie Sociale, Paris Presses Universitaires de France, 1959, p. 258.

2/ Para uma descrição detalhada desse processo ver: Warren DEAN, op. cit., p. 95 e seguintes. Ver também de Douglas H. GRAHAM, Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro - 1880-1930, Estudos Econômicos, São Paulo V.3 - nº 1, abril 1973, p. 7-64.

tes em seus países de origem, como se pode deduzir facilmente pelo ritmo de entradas 1/:

<u>Períodos</u>	<u>Imigrantes (1.000)</u>
1870-1879	11,3
1880-1890	183,5
1890-1899	608,5
1900-1909	356,1
1910-1919	446,6
1920-1929	487,3

Voltemos agora a nossa indagação inicial sobre as condições da integração interregional no limiar da grande depressão. Quando as regiões se confrontam, São Paulo exhibe níveis salariais nitidamente superiores aos vigentes no Nordeste, seja nas atividades rurais (ver Quadro 31) seja na indústria (ver Quadro 32).

Essa vantagem inicial, sim, e não o café (essa atividade foi antes um bom "excipiente") constitui a base sólida de onde poderiam se derivar os processos cumulativos em cadeia que confeririam a São Paulo sua posição hegemônica.

O reconhecimento do caráter fundamental dessa variável — a determinação autônoma e exógena de um nível de subsistência diferenciado — não somente não invalida como antes confere um referencial social histórico preciso às diferentes manifestações e desdobramentos da expansão paulista mais ou menos amplamente estudados: são fáceis de imaginar as relações entre salários reais relativamente elevados, por um lado, e, por outro lado, o desenvolvimento de um mercado interno e os consequentes estímulos à diversificação da economia; a diferenciação da composição orgânica do capital e os consequentes aumentos de produtividade; o surgimento de novas oportunidades de investimentos e a con-

1/ Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940 - Tabela IV do Apêndice.

QUADRO 31

ÍNDICES DE SALÁRIO MÉDIO DIÁRIO NA ZONA RURAL - 1920

(BASE: SÃO PAULO = 100)

PROFISSÕES NA ZONA RURAL	C E A R A ̃		P E R N A M B U C O		B A H I A	
	SEM SUSTENTO	COM SUSTENTO	SEM SUSTENTO	COM SUSTENTO	SEM SUSTENTO	COM SUSTENTO
Arador	28	-	53	40	53	-
Carpinteiro	60	49	67	56	66	61
Carreiro	52	32	57	43	65	50
Carroceiro	-	-	58	35	62	36
Cortador de cana	45	33	57	36	55	42
Derribador de madeira	37	27	60	33	56	36
Ferreiro	66	61	73	75	71	77
Lenhador	38	43	61	54	55	55
Oleiro	50	-	54	38	53	52
Trabalhador de enxada:						
Adulto masculino	38	28	49	36	52	50
Adulto feminino	23	-	49	42	50	48
Menor	30	18	53	51	55	56
Pedreiro	57	49	73	66	66	57
Roçador de mato	41	33	51	36	53	47
Ordenhador	42	39	50	34	53	47
Tropeiro	74	64	63	51	73	62
Vaqueiro	53	49	75	72	55	56

FONTE: Recenseamento do Brasil, 1920, Volume V (2a. Parte).

QUADRO 32

ÍNDICES DE SALÁRIOS MÉDIOS NA INDÚSTRIA - 1920
(BASE: SÃO PAULO = 100)

RAMOS DE INDÚSTRIA/PROFISSÕES	CEARÁ	PERNAM BUCO	BAHIA
1. INDÚSTRIA TEXTIL			
- Operários jornaleiros adultos masculinos	47	63	71
- Operários jornaleiros adultos femininos	23	55	58
- Batedor	64	80	74
- Cardador	64	74	76
- Massaroqueiro	61	-	57
- Fiandeiro	-	74	-
- Tecelão	49	72	61
- Urdidor	53	80	92
- Engomador	44	66	103
- Alvejador ou branqueador	-	69	56
- Tintureiro	29	64	63
- Acabador	-	56	34
2. INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO			
- Operários jornaleiros adultos masculinos	33	68	60
- Operários jornaleiros adultos femininos	50	77	71
3. INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO E TOUCADOR			
- Operários jornaleiros adultos masculinos	55	69	65
- Operários jornaleiros adultos femininos	46	71	61
4. "PROFISSÕES DA METALURGIA"			
- Fundidor	57	141	-
- Limador	69	69	82
- Serralheiro	74	146	122
- Torneiro em metal	70	127	-
5. INDÚSTRIA DE CALÇADOS			
- Cortador	61	72	91
- Montador	35	36	80
- Pespontador	41	-	57
- Acabador	46	90	77
6. "PROFISSÕES DE CARÁTER GERAL"			
- Maquinista	60	76	86
- Mecânico	78	121	111
- Carpinteiro	58	92	87
- Foguista	52	72	81
- Ferreiro	61	111	57
- Pedreiro	-	66	71

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Recenseamento do Brasil, 1920, Volume V (2a. Parte).

fluência de capitais externos — nacional e estrangeiro.

Não se deve porém esquecer que, se é o trabalho o denominador comum do valor e se a força de trabalho em São Paulo, por determinadas razões históricas, é valorizada a um preço superior à média nacional, são todas as transações com São Paulo, a partir de então, por parte de todas as regiões brasileiras, tornadas periferia, que têm de pagar o tributo da troca desigual, que torna ainda mais "preeminente" a posição de São Paulo e assim sucessivamente.

CAPÍTULO 10
AS INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

1 - A rutura do círculo e a marca da contradição.

A reflexão a que nos entregamos ao longo deste trabalho nos conduziu a algumas saídas precisas para o labirinto onde nos lançara nossa indagação introdutória: por que são pobres?

A resposta onde nos trazia de volta o processo circular vicioso — são pobres... porque são pobres — podemos agora contrapor:

- são pobres porque as condições institucionais de apropriação monopolista da terra, do crédito e dos meios de produção em geral configuram uma estratificação em classes sociais em que eles resultam praticamente despojados do controle desses bens ou do acesso aos mesmos;
- são pobres porque o valor de seu principal senão único recurso — sua força de trabalho — é parametrado por um baixo nível de subsistência derivado da economia colonial centrada no trabalho escravo;
- são pobres porque esse baixo patamar do nível de subsistência arrasta também para baixo a produtividade marginal e a produtividade média "viabilizando" os mais espúrios arranjos tecnológicos, institucionais e de preços relativos que sejam justos suficientes para sua realização — nesse sentido a baixa produtividade aferida em preços de produção é antes o efeito do que a causa da pobreza rural;
- são pobres porque são sistematicamente expropriados do valor que "excede" esse nível de subsistência — daí a peregrinação da pobreza rural — quão diferentes e sutis pos-

sam ser as formas de extração dessa mais-valia;

- são pobres porque, para além dessa configuração do mecanismo local gerador e mantenedor de sua pobreza, estão capturados por uma engrenagem social muito mais complexa, em que as classes dominantes locais são também e, talvez, sobretudo correias de transmissão em um processo sistemático de transferência de valor de âmbito inter-setorial e, sobretudo, interregional, se não internacional;
- são pobres, portanto, porque são a outra face, desnuda e límpida, da mesma moeda que exhibe, no curso, a acumulação capitalista à base da concentração da renda e da riqueza; são pobres porque no bojo da divisão nacional do trabalho foram reduzidas à condição de viveiro de mão-de-obra.

A pobreza rural nordestina assenta portanto em uma base histórica que presidiu e modelou a formação econômica e social brasileira na qual ela desempenha, presente - mente, determinadas funções ligadas ao processo de acumulação por relações de necessidade.

Se essa pobreza é assim, a um tempo, condição e resultado do processo paralelo de acumulação capitalista, cuja lógica rege, presentemente, os destinos da sociedade brasileira, ela não somente não deveria ser combatida: ela deveria ser preservada, recriada, se não promovida. Ela jamais seria erigida em problema nacional não fosse a tensão resultante das contradições que suscita.

Essas contradições poderão assumir as configurações mais variadas nas diferentes dimensões da superestrutura jurídica, social, política, filosófica, religiosa.

Mas a dimensão mais determinante é a que põe

em cheque as bases do establishment cuja segurança subitamente se sente ameaçada pelos riscos de explosão demográfica social da pobreza sobre a qual êle próprio está alicerçado.

O êxodo rural desordenado e desenfreado, a inchação das cidades, o desemprego urbano, a proliferação das favelas, as ondas de criminalidade... e esses retirates que continuam ainda a emigrar para as cidades... a pobreza rural... Não terá andado o establishment criando obras?

O Governo tem que fazer alguma coisa mas quem levará a melhor no direcionamento do leme das intervenções governamentais 1/: os beneficiários do status quo que se locupletam e perpetuam a pobreza rural ou os estigmatizados pela pobreza rural que põem em risco a segurança do status quo?

2 - Lenha na fogueira ou água na fervura?

A tentação natural da política econômica é de intervir diretamente no próprio nível da manifestação das situações mais "prementes", porém a reação à intervenção pode conduzir a situações ainda piores do que a situação inicial:

- as migrações de sentido rural-urbano, associadas ao desemprego urbano, a proliferação das favelas e a criminalidade, estão

1/ Não poderíamos pretender, nas dimensões deste trabalho, proceder a uma avaliação das intervenções governamentais específicas no setor rural nodestino. Contentamo-nos, neste capítulo final, em retratar alguns traços fundamentais do padrão geral que rege a política econômica e que tende a se reproduzir nas intervenções específicas. Para visões mais pormenorizadas ver: SIRAC/SCET, Política Agrícola - Fase I, 1975, cit., bem como as avaliações mais específicas, em curso, encomendadas pelo IPEA a UFPE - PIMES, sob a direção de Yanyr Sampaio.

sem dúvida na origem da maior concentração de esforços nas zonas urbanas, o que tem por efeito encorajar ainda mais as migrações para as cidades, o que vem acirrar ainda mais a situação que se pretendia resolver. Esta mesma observação se aplica à tendência manifesta à concentração dos esforços governamentais nas regiões metropolitanas sobre as cidades de menor porte;

- a extensão da infraestrutura de estradas, comunicações, rede bancária, a pretexto de levar o "progresso" às regiões "atrasadas" terminam servindo de caminho para retirar dessas regiões suas sementes de progresso potenciais - recursos humanos e recursos financeiros - tornando-as ainda mais atrasadas.

Na apresentação deste trabalho fizemos referência ao espaço rural como um nascedouro. Se conseguirmos ver o processo de urbanização como um rio e as metrôpoles como o estuário poderemos conceber mais facilmente que, como as enchentes do Recife, os problemas do estuário são encontrados solução a montante, no meio rural. Mas outras ambiguidades presidem às intervenções no meio rural.

3 - Ótica "global" ou pobreza rural?

Uma das principais manifestações dessas ambiguidades diz respeito à própria explicitação da motivação da intervenção, reflexo da compreensão lograda da realidade rural. De modo geral o "rural" é pensado setorialmente sob a ótica "urbana" que se pretende "global" a partir de um certo número de "funções" que o setor agrícola deveria preencher: obtenção de divisas, através das exportações, para fazer face às necessidades em importações; fornecer matérias-primas à indústria; fornecer alimentos às cidades; forne-

cer mão-de-obra aos setores secundário e terciário; se constituir em mercado interno para o setor capitalista urbano.

Ora, o sistema rural brasileiro e nordestino está precisamente estruturado para "preencher" este tipo de funções, daí o caráter falacioso de todas as propostas "reformistas" estribadas em argumentos de uma pretensa rigidez estrutural da oferta agrícola: poucos países do mundo terão sabido se incluir, com a facilidade do Brasil, nos maiores produtores de qualquer produto primário — açúcar, café, cacau, algodão, soja etc. — ao sabor dos estímulos oferecidos.

Os críticos das propostas "reformistas" concebidas nesses termos poderão argumentar, com razão, que o sistema é perfeito: o defeito, se houver, reside na qualidade de da oeração do sistema através do manejo dos instrumentos de tipo administração de preços, controle do crédito, incentivos fiscais etc.

Na perspectiva a que conduziu a reflexão desenvolvida neste trabalho, poderíamos fazer a crítica dos críticos argumentando que não e por sua "funcionalidade" que se teria de aferir a qualidade do sistema: caberia fazer antes a indagação sobre a funcionalidade a quê. Mas mesmo admitindo-se como desejável a integração intersectorial implícita no enunciado das "funções", o atendimento destas últimas pode ser feito a diversos níveis, de diferentes maneiras. De qualquer forma, por adequado que possa parecer o sistema aos seus operadores, seu custo social, que representa a pobreza rural, pode torná-lo inaceitável por parte dos que teriam de suportá-lo.

É por demais conhecida no Brasil a orientação sistematicamente seletiva dos estímulos governamentais no sentido de beneficiar aos grandes empreendimentos capitalistas que se locupletam com a pobreza rural.

Mas também se torna totalmente ambígua, nos projetos governamentais de desenvolvimento rural integrado soi-disant voltados para a superação da pobreza rural, a

formulação de objetivos do tipo "incorporação do público - meta à moderna economia de mercado". Caberia perguntar - em benefício de quem: do "público-meta" ou da "moderna economia de mercado"?

4 - A emergência do Banco Mundial

O exame da percepção do problema por parte de um organismo como o Banco Mundial é tanto mais interessante porquanto retrata, ao lado da competência do Banco em matéria de desenvolvimento, a orientação imprimida por um presidente especialista em problemas de segurança, na qualidade de ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos.

A ligação entre pobreza rural e segurança é uma constante em inúmeros discursos pronunciados pelo presidente do Banco Mundial. Ela é particularmente explicitada em dois desses discursos: o pronunciado no Massachusetts Institute of Technology (MIT) em abril de 1977 e o pronunciado na Universidade de Chicago em maio de 1979 1/.

A preocupação com a segurança está no ponto de partida mas é em nome dela que se rejeita a concepção simplista da segurança exclusivamente como um "estado de alerta armada, isto é, em termos de um vasto e pavoroso arsenal de armas", na perspectiva de que a força por si só não garante a segurança. Mais ainda: a partir de um determinado ponto da relação entre obtenção de segurança e montante de gastos militares, o incremento destes últimos, além de

1/ Os textos integrais, publicados pelo Banco Mundial, são: Robert S. McNAMARA, President, World Bank - a) An Address on the Population Problem (One of a series of lectures at MIT on "World Change and World Security"), Cambridge, Massachusetts, April 28, 1977; b) El desarrollo y la carrera de armamentos, discurso pronunciado en la Universidad de Chicago con ocasion de aceptar el Premio Albert Pick, Jr. Universidad de Chicago, 22 de mayo de 1979.

não acarretar nenhuma segurança adicional, pode se traduzir no corte de algum investimento essencial e no final do processo a segurança poderá ser antes diminuída do que aumentada:



É sob essa perspectiva que McNamara evoca a ameaça representada pelas dimensões demográficas e sociais da pobreza mundial para concluir que a menos que haja um avanço visível para a solução do problema da pobreza absoluta, não se pode pensar em desfrutar de um mundo em paz. "Não podemos construir um mundo seguro sobre os cimentos da miséria humana".

O esforço requerido para uma tal solução deveria ser realizado, em sua maior parte, pelos próprios governos dos países em desenvolvimento, o que exige "reformas nas políticas", o que, por definição é sempre politicamente difícil.

"Porém quando a distribuição da terra, da renda e das oportunidades atinge um desequilíbrio tal que leva ao desespero, os líderes políticos devem pesar o risco da reforma social frente ao da rebelião social. Muito pouco, muito tarde é o epitáfio que a História reserva para os regimes políticos que perderam seu mandato frente às exigências de homens sem terra, sem emprego, privados de direitos civis e desesperados". 1/.

1/ R. McNAMARA, Discurso de Chicago, cit., p.7.

A consciência aguda dessa dimensão do problema aliada à constatação da extensão e da intensidade da pobreza rural nordestina estão na origem do esforço considerável desenvolvido pelo Banco Mundial junto ao governo brasileiro desde meados dos anos 70 no sentido da implementação de programas de desenvolvimento rural integrado especialmente voltadas para a população estigmatizada pela pobreza rural.

O Banco Mundial participa diretamente com recursos humanos e financeiros em projetos desse tipo em praticamente todos os estados do Nordeste mas mesmo quando projetos desse tipo venceram todas as idiossincrasias da política econômica tradicional brasileira e conseguiram explicitar como publico-meta a população "pobre", eles não conseguiram ainda se libertar do signo da ambiguidade.

5 - O signo da ambiguidade

Se as intervenções governamentais praticadas no setor rural nordestino devessem trazer um selo indicativo este traria seguramente impresso o signo da ambiguidade, sempre presente sob as mais variadas formas.

5.1 - Programas "nacionais" ou programas "especiais"?

A ambiguidade terminológica traduz uma discriminação de fato que não passou despercebida a Os mundo Rebouças que observou muito a propósito como "denominam-se regionais os programas especiais adotados com o objetivo explícito de canalizar recursos para as regiões carentes "como o FINOR, POLONORDESTE, PROTERRA etc. "enquanto não seriam regionais alguns poderosos programas e instrumentos de política econômica que, embora de grande interesse na-

cional, localizam-se em regiões já desenvolvidas" 1/.

5.2 - Compromisso com público-meta ou caça a recursos financeiros?

Essa ambiguidade se reproduz em cascata nas várias esferas administrativas. É por demais notório que esse tipo de programas não encontra no establishment brasileiro a ressonância que lhe quer dar o Banco Mundial. Este último dispõe todavia de outros "trunfos" para induzir uma "adesão" que não deixa de ser dúbia.

Da mesma forma, nos planos estadual e local a participação do Banco Mundial é apreciada muito menos por sua orientação em favor da pobreza rural; muito menos até por sua participação financeira, geralmente bastante minoritária e liberada a posteriori, mediante comprovação de despesa; do que sobretudo pelos "trunfos" de que dispõe o Banco na esfera federal para induzir as liberações de recursos internos e conferir ao projeto a dimensão de seriedade e de continuidade que o público-meta jamais poderia pretender exigir. Esses valores são tanto mais apreciados quando se atenta para a fatilidade com que proliferam — e fenecem precocemente ou se transformam em novos — projetos e siglas no Brasil, particularmente os dirigidos à população pobre, que mais facilmente se desgastam pela exploração política.

5.3 - Organização do público-meta ou burocratização governamental?

A ambiguidade latente sob esta rubrica diz respeito à dimensão fundamental explorada por Judith Tendler

1/ Osmundo E. REBOUÇAS et alii. Desenvolvimento do Nordeste: Diagnóstico e Sugestões de Políticas - Relatório Síntese, R. econ. Nord., Fortaleza, V.10, nº 2, abr/jun 1979, p.200.

em seu estudo da ajuda externa sob a ótica diferente da entidade "doadora" e da nação "recebedora": os fenômenos organizacionais 1/.

Em face das incontáveis siglas de entidades e programas governamentais especializadas na prestação de serviços de apoio, de âmbito nacional, regional, estadual, e de acordo com a doutrina do desenvolvimento rural integrado preconizada pelo Banco Mundial 2/, a intervenção governamental se traduz em um serviço adicional de coordenação e direção.

Não obstante a preocupação do Banco Mundial com o peso desses serviços intermediários adicionais - a liderança central e a coordenação deveriam ficar a cargo de uma "equipe pequena e experiente" (a small but expert unit) - e com a necessidade de "envolver a população local no planejamento, na tomada de decisões, e na implementação", seria difícil resistir à tentação de "estruturar" e "organizar" um programa tão "prestigiado".

Como resultado do processo, se teria para um programa como o POLONORDESTE, a criação de uma pesada e variada parafernália administrativa incluindo todos os escalões: o nacional, o regional, o estadual, o local. Nem faltaria uma "Associação dos Servidores da UNTEC - POLONORDESTE".

Decididamente o programa terá gerado organização e associativismo, mas não ao nível do público-meta. Em um projeto pioneiro - e dos melhores -, o projeto RURALNORTE, no estado do Rio Grande do Norte,, a avaliação a que se procedeu da primeira fase do projeto, mostrou que muito pouco se fez ao nível da capacitação do grupo-meta, em termos de promover ou reforçar sua estruturação de modo a ensejar e canalizar sua participação ativa para a superação de sua

1/ Judith TENDLER. Inside Foreign Aid, The Johns Hopkins Univ. Press, 1975.

2/ IBRD. Rural Development - Sector Policy Paper, World Bank, 1975.

situação de pobreza, supostamente a razão de ser do projeto.

A única instituição existente inequivocamente representativa do grupo-meta é o sindicato rural que congrega, sob a rubrica de "Trabalhador rural", os interesses dos parceiros e assalariados e dos pequenos proprietários (até o limite de 1 módulo do INCRA) quando procedam diretamente à exploração de suas propriedades.

O projeto até então não desenvolvera nenhum processo de aproximação, ou sequer de troca de informações, com a única instituição representativa de seu grupo-meta existente na área.

Essa tendência ao deslocamento da atividade - fim para a atividade-meio associada à manifestação de uma tecnocracia é analisada por Horácio Martins de Carvalho, em uma perspectiva mais ampla, que aí enxerga um "escapismo" procurado pela burocracia do setor público, ressentida de sua impotência perante a complexidade do desafio suscitado por uma contradição de difícil solução: "facilitar a acumulação capitalista na base da concentração da renda e atender aos reclamos da paz e harmonia sociais através de investimentos em setores indiretamente produtivos ou, na equação mais difícil, através da redistribuição da renda" 1/.

5.4 - Partir dos "dados" ou intervir nos "dados"?

A ambiguidade que pretendemos retratar agora pode ser pensada por analogia com o que foi identificado por K. ARROW como um "hiato lógico" (a logical gap) na teoria da concorrência perfeita, a saber, que "não há lugar para

1/ Horácio Martins de CARVALHO, Planejamento: realidade ou Utopia (seis paradoxos do planejamento), CPDA/ETAP/FGV, sd (mimeo).

decisão racional com respeito a preços como existe com relação a quantidade" 1/.

Nossa análise da pobreza rural nordestina mostrou como lugar natural de sua manifestação um ambiente essencialmente monopolista. Como é de se esperar, os polos monopolistas nos mercados envolvidos - terras, crédito, insumos, bens de consumo (barracão, bodega), trabalho - haverão de exercer o seu poder para forçar, até onde puderem, as condições em seu favor: renda da terra, juros, preços, salários.

Uma análise honesta do problema da pobreza rural incorporando tais elementos como "dados" não poderia jamais conduzir a resultados mais animadores do que as conclusões pessimistas de autores como Ruy Miller Paiva que entende que os preços dos produtos e dos fatores são tais que o conjunto do que chama de medidas convencionais de ajuda "não possa trazer uma melhoria ampla à agricultura de baixa renda" 2/.

Essa ambigüidade recobre também, de alguma forma, nossa observação anterior, um tanto ou quanto insólita, a propósito do nível de subsistência como determinante da produtividade.

É claro que se as causas da pobreza estão a montante dos "dados" não poderá ser a jusante dos mesmos que ela poderá ser resolvida. Quidquid recipitur ad modum recipientis recipitur. O velho axioma escolástico de que o conteúdo toma a forma do continente representa bem o destino das "medidas convencionais de ajuda", quão generosas possam ter sido as intenções originais, quando a intervenção governamental se recusa a interferir nos "dados": o conteúdo ge-

1/ Kenneth J. ARROW. Toward a Theory of Price Adjustment. In: M. ABRAMOVITZ and Others, The Allocation of Economic Resources, Stanford, Stanford Univ. Press, 1959.

2/ Ver Ruy Miller PAIVA, O problema da pobreza na agricultura. In: R. Econ. Rural, Brasília, 16(3): 31-45, jul/set, 1978.

neroso do papel assume a feição do continente disforme e mais fortalecidas ficam as estruturas geradoras da pobreza rural que se pretendia destruir.

Esse tipo de situação pode ser ilustrado pelo que se constatou por ocasião da avaliação da primeira fase do Projeto Rural-Norte, citado acima.

O elemento estruturante da versão estadual do projeto inicial era o algodão arbóreo.

No âmbito das negociações com o Banco Mundial e o POLONORDESTE, adicionou-se (sem substituição) um novo elemento de integração: a noção de grupo-meta constituída pelas famílias de pequenos produtores de baixa renda.

Não obstante a evidência de que a principal característica definidora do grupo-meta - a pobreza do pequeno produtor - esteja sistematicamente associada ao fenômeno da parceria, o projeto resolveu limitar seu grupo de beneficiários aos pequenos proprietários, marginalizando precisamente aos parceiros.

Em seguida os pequenos proprietários incluem também os médios proprietários, com áreas de até 200 ha, inclusive os proprietários que exploram suas terras através de parceiros, ou seja, em outras palavras, o projeto, a título de combater a pobreza rural, financia a parceria geradora de pobreza rural...

Esta dubiedade só poderia gerar incoerências no projeto: se o importante é o algodão, a ênfase deveria ser naturalmente dirigida para as médias e grandes propriedades; se o importante é a motivação grupo-meta, os parceiros deveriam ser o público naturalmente privilegiado.

Outra ilustração ainda mais dramática das deformações a que conduz a ambiguidade que preside aos projetos governamentais é fornecida pelo que se passa com o Estatuto da Terra.

Concebido originalmente, como um modelo de desenvolvimento rural e um instrumento de Reforma Agrária

(ver Figura 7), o Estatuto da Terra era assim avaliado quinze anos depois:

"Examinando o que foi feito nestes três quin qüên ci os de frustrações, chega-se a uma realidade pior que a do imobilismo: o Estatuto da Terra tem sido cumprido na parte que interessa aos patrões, isto é, aos senhores de terra que já existiam ao tempo da promulgação da lei. Sem falar na mudança do jogo (pequenos proprietários passaram a pagar mais imposto territorial rural que os grandes), a análise indica vasto elenco de benefícios es ti mu lan do fazendeiros e enricando ainda mais os latifundiários (que continuam, por exemplo, a receber crédito agrícola a juros ne ga t i v os, ao arrepio da lei)" 1/.

1/ Ver: Boletim "REFORMA AGRÁRIA". Campinas, Ano IX, nº 6, nov/dez 1979.

FIGURA-7

O ESTATUTO DA TERRA COMO MODELO DE TRANSFORMAÇÃO

DE UMA SITUAÇÃO
DIAGNOSTICADA
COM PREDOMÍNIO
DE :

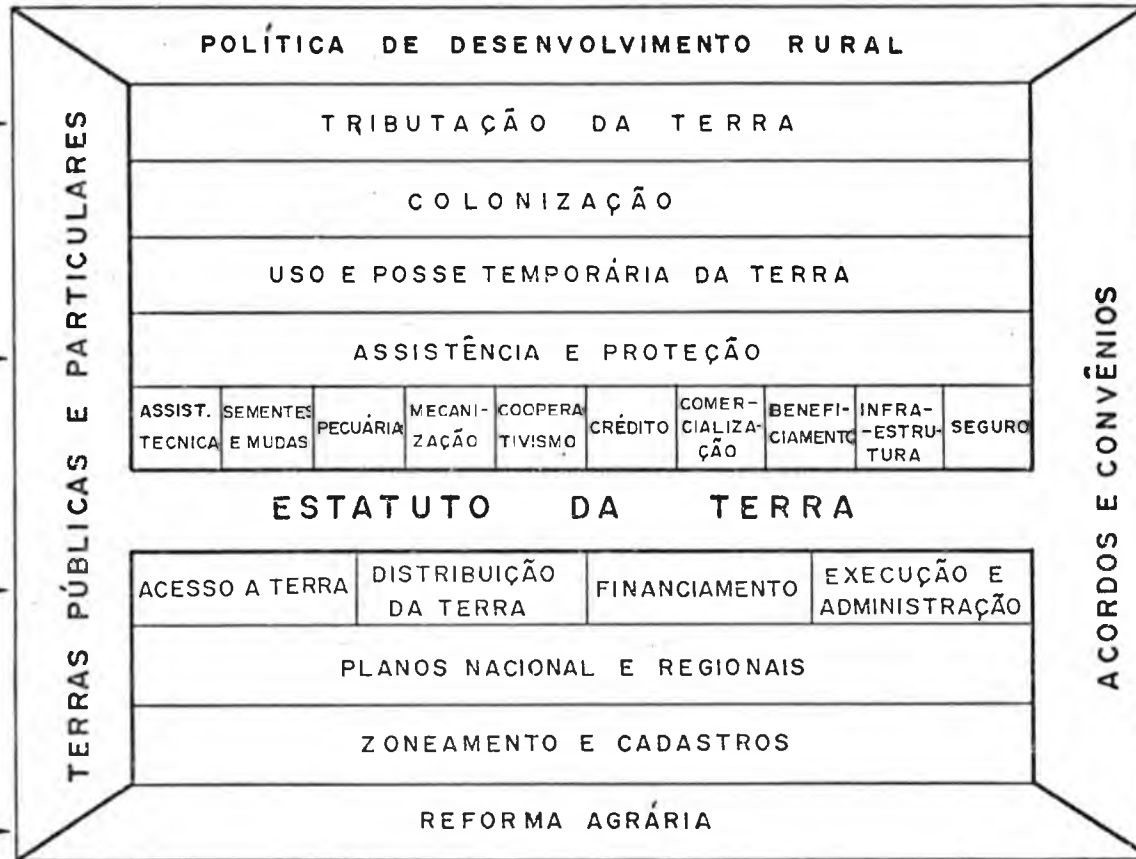
EM UMA SITUAÇÃO
PRECONIZADA
COM PREDOMÍNIO
DE :

MINIFÚNDIOS

LATIFÚNDIOS
POR EXPLORAÇÃO

LATIFÚNDIOS
POR DIMENSÃO

TERRAS
DEVOLUTAS



PROPRIEDADES
FAMILIARES

EXPLORAÇÕES
COMUNITARIAS

EMPRESAS
RURAIS

C O N C L U S Õ E S

Uma das principais conclusões de nosso trabalho diz respeito à primazia dos determinantes sociais sobre os determinantes físicos na explicação da pobreza rural nordestina, ou seja, esta última é devida fundamentalmente à exploração pelos homens.

Esta exploração assume formas distintas de extração de mais-valia associadas a uma estratificação social que reflete as formas de produção vigentes.

Por outro lado, dada a inserção da realidade rural nordestina em um contexto nacional caracterizado pela disparidade intersetorial e, sobretudo, interregional, a axiômática do modo de produção capitalista industrial dominante está na origem de transferências de valor e de outras formas de exploração, semelhantes às de que se tem conhecimento na história sob a rubrica da acumulação primitiva, com acentuada emigração e proletarização.

"Cria corvos, te furarão os olhos". A contradição principal suscitada por essa situação traduz-se na ameaça à segurança do próprio establishment alicerçado na pobreza que nutre e recria permanentemente. A mais forte sirene de alerta aos perigos da explosão demográfica e social da pobreza é acionada pelo Banco Mundial, que desenvolve ingentes esforços para sensibilizar as autoridades brasileiras e desencadear intervenções corretoras em tempo oportuno.

Ora, as intervenções governamentais são ambíguas e descontínuas. Por outro lado, ao limitar e inibir a já fraca - porque pouco exercitada - capacidade de organização dos trabalhadores rurais, em nome da "segurança nacional", o Estado Autoritário brasileiro se transforma em mais um poderoso instrumento de preservação da pobreza rural.

No contexto de um novo ciclo de abertura política que se anuncia no Brasil para os anos 80, e reportando-nos às motivações deste trabalho anunciadas em sua apresentação, a melhor gratificação que poderíamos pretender pelo esforço de reflexão a que nos entregamos seria a de po-

der contribuir, de alguma forma, para a compreensão de um problema crucial que concerne a legiões de brasileiros no que eles têm de mais fundamental - sua própria sobrevivência e sua reprodução - na perspectiva de sua superação ao menor custo social possível.

Não nos paira a menor ilusão quanto a extrema complexidade do problema e não temos qualquer dúvida quanto ao caráter exploratório e limitado de nossa análise que pode dar lugar aos mais importantes desdobramentos.

O nível médio de subsistência se impôs, em nossa análise, como um conceito fundamental que demarca uniformemente a pobreza rural nordestina.

Esse nível de subsistência, além do patamar biológico das necessidades mínimas de subsistência e reprodução da população, incorpora elementos históricos e institucionais que lhe conferem uma dimensão bem a montante das interpretações derivadas do economismo - uma dimensão política, em que está subjacente o conceito de cidadania.

Na raiz do problema trata-se de sensibilizar a consciência nacional quanto ao valor que lhe merece um cidadão brasileiro, na perspectiva do desafio até hoje presente de se libertar da pecha colonial que lhe valeu, no século XIX, a frase lapidar de Louis de Conty: Le Brésil n'a pas de peuple. Se se trata de por em voga o valor que porventura tenha um cidadão brasileiro no Brasil, trata-se, a fortiori, de fazer valer o que está por trás da expressão que se tornou subitamente lugar comum entre nós: os direitos humanos.

A luta por esses direitos - os direitos humanos e os direitos do cidadão - pressupõe a organização de seus principais interessados, os próprios trabalhadores rurais estigmatizados pela pobreza rural. Os limites às suas reivindicações terão de ser dados muito mais por sua organização e sua força, pois seu haver social é incomensurável, feito de exploração acumulada, geração após geração, conquanto camuflado por toda sorte de disfarces, nos planos nacional como internacional. A quel prix nous mangions du su-

cre!, já se espantara alguém na França.

Não se pode esperar nenhuma melhoria duradoura sem uma modificação dos "dados" que estão na origem da situação que se pretende modificar. Em outras palavras: a Reforma Agrária é absolutamente necessária para elevar substancialmente o nível de subsistência da população rural pobre, especialmente da do Nordeste, como condição sine qua non da correção dos desequilíbrios regionais, da reversão do processo de concentração de renda no Brasil, da viabilização das conquistas salariais e trabalhistas, por parte do proletariado urbano, aliado natural, nessa perspectiva, do trabalhador rural.

A Reforma Agrária todavia não é uma panacéia e de forma alguma poderá dispensar, antes, durante e após, uma sólida e bem orientada intervenção governamental, mas uma tal intervenção só pode ser concebida como uma conquista política que só a organização dos trabalhadores rurais pode proporcionar. De qualquer forma, a experiência de quinze anos do Estatuto da Terra não deixa mais qualquer dúvida quanto ao fato de que a Reforma Agrária brasileira não será uma obra de tecnocratas e sim um processo político cujo beneficiário imediato haverá de ser o trabalhador rural mas cujos resultados se destinam a alterar profundamente a sociedade brasileira como um todo.

REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO OS SISTEMAS

Regiões e Microrregiões	ESTADO	Nº de Código da F I B G E
<u>ÁREAS DO SISTEMA CANAVIEIRO</u>		
	<u>RN,PB,PE,AL,SE</u>	-
Natal	RN	84
Litoral Paraibano	PB	93
Agropastoril do Baixo Paraíba	PB	99
Mata Seca Pernambucana	PE	110
Recife	PE	111
Mata Úmida Pernambucana	PE	112
Mata Alagoana	AL	116
Litoral Norte Alagoano	AL	117
Tabuleiro de São Miguel dos Campos	AL	119
Maceió	AL	120
Cotinguiba	SE	126
<u>ÁREA DO SISTEMA CACAUEIRO</u>		
	<u>BA</u>	-
Tabuleiro de Valença	BA	152
Cacaueira	BA	154
<u>ÁREAS AGROPASTORIS COM COMBINAÇÕES</u>		
<u>AGRÍCOLAS SUBCOSTEIRAS</u>		
	<u>AL,SE,BA</u>	-
Penedo	AL	121
Propriá	SE	124
Litoral Sul Sergipano	SE	129
Litoral Norte Baiano	BA	149
Salvador	BA	150
Recôncavo Baiano	BA	151
Litorânea do Extremo Sul da Bahia	BA	156

DE ATIVIDADES E DE USO DE RECURSOS

Nº de Código do I N C R A	Zona Típica dos Módulos <u>1</u> /	Superfície km ²	População "Rural" <u>2</u> / famílias
-	-	<u>33.614</u>	<u>443.674</u>
176	A2	3.996	39.787
205	A2	4.316	44.895
211	B3	1.698	21.598
230	A3	3.706	58.264
231	A1	1.649	96.553
232	A3	5.609	70.716
244	B3	5.138	52.224
245	B3	1.823	13.453
247	B2	2.241	11.044
248	A2	1.366	22.594
264	B3	2.072	12.554
-	-	<u>23.336</u>	<u>100.106</u>
322	B3	6.245	20.231
324	B2	17.091	79.875
-	-	<u>17.421</u>	<u>200.145</u>
249	B3	1.941	12.522
262	B3	1.451	10.822
267	A2	2.984	24.480
319	B3	5.013	11.503
320	A1	3.377	54.909
321	B3	6.497	61.411
326	B3	17.421	24.498

REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO OS SISTEMAS DE ATIVIDADES E DE USO DE RECURSOS

Regiões e Microrregiões	ESTADO	Nº de Código da F I B G E	Nº de Código do I N C R A	Zona Típica dos Módulos ^{1/}	Superfície km ²	População "Rural" ^{2/} famílias
ÁREAS DO SISTEMA GADO-POLICULTURA (Agreste)	RN,PB,PE,AL,SE,BA	-	-	-	114.398	738.143
Litoral de São Bento do Norte	RN	80	172	C2	2.113	4.261
Serra Verde	RN	83	175	C1	4.382	10.175
Agreste Potiguar	RN	88	180	B3	3.509	25.672
Curimataú	PB	91	203	B3	2.755	15.482
Piemonte da Borborema	PB	92	204	B3	2.345	34.156
Agreste da Borborema	PB	97	209	A2	3.661	40.208
Brejo Paraibano	PB	98	210	B3	1.105	20.133
Arcoverde	PE	106	226	B3	5.582	24.929
Agreste Setentrional Pernambucano	PE	107	227	A3	3.441	64.153
Vale do Ipojuca	PE	108	228	A2	8.441	76.577
Agreste Meridional Pernambucano	PE	109	229	A3	8.117	94.390
Sertão Alagoano	AL	113	241	B3	7.574	14.485
Batalha	AL	114	242	B3	4.024	27.900
Palmeira dos Índios	AL	115	243	B3	2.561	24.991
Arapiraca	AL	118	246	B3	3.722	41.216
Sertão Sergipano do São Francisco	SE	123	261	B3	4.715	9.379
Nossa Senhora das Dores	SE	125	263	B3	4.261	19.383
Agreste de Itabaiana	SE	127	265	B3	1.175	26.655
Agreste de Lagarto	SE	128	266	B3	3.358	24.746
Sertão do Rio Real	SE	130	268	B3	1.978	8.568
Serrinha	BA	142	312	B3	10.872	35.994
Jequié	BA	144	314	B2	15.557	51.629
Agreste de Alagoinhas	BA	148	318	B2	12.755	57.061

REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO OS SISTEMAS DE ATIVIDADES E DE USO DE RECURSOS

Regiões e Microrregiões	ESTADO	Nº de Código da F I B G E	Nº de Código do I N C R A	Zona Típica dos Módulos 1/	Superfície km ²	População "Rural" 2/ famílias
<u>ÁREA DO SISTEMA GADO-ALGODÃO</u>	<u>PI,CE,RN,PB,PE</u>	-	-	-	<u>210.104</u>	<u>608.988</u>
Baixões Agrícolas Piauienses	PI	51	127	C1	22.207	34.981
Sertões de Canindé	CE	64	149	C1	9.666	18.537
Ibiapaba Meridional	CE	66	151	C1	3.418	11.268
Sertões de Crateús	CE	67	152	C1	11.066	21.184
Sertões de Quixeramobim	CE	68	153	C1	13.050	31.988
Sertões de Senador Pompeu	CE	69	154	C1	7.768	22.803
Médio Jaguaribe	CE	70	155	C1	4.535	7.724
Serra do Pereiro	CE	71	156	C2	2.060	6.331
Sertão dos Inhamuns	CE	72	157	C1	11.742	17.726
Iguatu	CE	73	158	B3	6.021	26.406
Sertão do Salgado	CE	74	159	B3	4.429	18.657
Serrana de Caririáçu	CE	75	160	C1	3.822	19.567
Sertão do Cariri	CE	76	161	C1	5.026	23.127
Chapada do Araripe	CE	77	162	C1	5.153	12.859
Cariri	CE	78	163	B2	2.901	29.134
Salineira Norte-Riograndense	RN	79	171	B2	6.334	13.416
Açu e Apodi	RN	81	173	C1	9.829	18.945
Sertão de Angicos	RN	82	174	C2	4.256	8.007
Serrana Norte-Riograndense	RN	85	177	C1	5.120	26.799
Seridó	RN	86	178	B3	9.372	23.771
Borborema Potiguar	RN	87	179	B3	4.104	16.553
Catolé do Rocha	PB	89	201	B3	2.959	11.681
Seridó Paraibano	PB	90	202	B3	2.669	7.775
Sertão de Cajazeiras	PB	94	206	B3	5.567	28.457
Depressão do Alto Piranhas	PB	95	207	B3	12.409	45.667
Cariris Velhos	PB	96	208	B3	13.845	36.062
Serra do Teixeira	PB	100	212	B3	3.043	15.235
Salgueiro	PE	102	222	B3	9.100	14.982
Sítio Pajeú	PE	104	224	B3	8.633	39.341

REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO OS SISTEMAS DE ATIVIDADES E DE USO DE RECURSOS

Regiões e Microrregiões	ESTADO	Nº de Código da F I B G E	Nº de Código do I N C R A	Zona Típica dos Módulos ₁	Superfície km ²	População "Rural" ₂ / famílias
<u>ÁREA DE GADO E POLICULTURA DO LI- TORAL E SERRAS DO NORTE CEARENSE</u>	CE	-	-	-	56.160	264.175
Litoral de Camocim e Acaraú	CE	56	141	C1	8.620	24.020
Baixo -Médio Acaraú	CE	57	142	C2	2.440	7.274
Uruburetama	CE	58	143	C1	10.717	42.975
Fortaleza	CE	59	144	A1	3.483	59.895
Litoral de Pacajus	CE	60	145	B3	3.172	13.861
Baixo Jaguaribe	CE	61	146	C1	11.943	31.990
Ibiapaba	CE	62	147	C1	4.736	26.795
Sobral	CE	63	148	C1	7.177	32.645
Serra de Baturité	CE	65	150	C1	3.822	24.820
<u>ÁREAS DE PECUÁRIA MELHORADA</u>	BA, MG	-	-	-	128.158	299.182
Piemonte da Diamantina	BA	139	309	B3	22.837	50.761
Feira de Santana	BA	143	313	A2	14.809	68.051
Planalto de Conquista	BA	145	315	B2	17.045	38.950
Pastoril de Itapetinga	BA	146	316	B3	10.251	17.209
Encosta do Planalto de Conquista	BA	153	323	B3	7.964	23.291
Interiorana do Extremo Sul da Bahia	BA	155	325	B3	9.440	26.033
Serra Geral de Minas	MG	158	402	B3	11.134	20.009
Montes Claros	MG	162	406	A2	34.678	54.878

REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO OS SISTEMAS DE ATIVIDADES E DE USO DE RECURSOS

Regiões e Microrregiões	ESTADO	Nº de Código da F I B G E	Nº de Código do I N C R A	Zona Típica dos Módulos-1/	Superfície km ²	População "Rural"2/ famílias
<u>ÁREA AGROPASTORIL COM COMBINAÇÕES</u> <u>AGRÍCOLAS SERTANEJAS</u>	PE, BA, MG	-	-	-	341.390	413.597
Araripina	PE	101	221	C1	11.792	27.914
Sertão Pe. do São Francisco	PE	103	223	B3	23.274	22.436
Sertão do Moxotó	PE	105	225	B3	9.804	15.035
Chapadões do Rio Corrente	BA	132	302	B3	40.307	21.615
Médio São Francisco	BA	134	304	B3	18.232	14.496
Chapada Diamantina Setentrional	BA	135	305	B3	21.963	35.767
Chapada Diamantina Meridional	BA	136	306	B3	45.891	64.918
Serra Geral da Bahia	BA	137	307	B3	35.091	64.689
Senhor do Bonfim	BA	138	308	B3	18.306	25.354
Corredeiras do São Francisco	BA	140	310	B3	22.631	14.077
Sertão de Canudos	BA	141	311	B3	21.823	33.951
Sertão de Paulo Afonso	BA	147	317	B3	10.954	14.058
Sanfranciscana de Januária	MG	157	401	B3	33.829	28.157
Alto Rio Pardo	MG	159	403	B3	18.155	24.625
Mineradora do Alto Jequitinhonha	MG	163	407	B3	9.338	6.505

REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO OS SISTEMAS DE ATIVIDADES E DE USO DE RECURSOS

Regiões e Microrregiões	ESTADO	Nº de Código da F I B G E	Nº de Código do I N C R A	Zona Típica dos Módulos ₁ /	Superfície km ²	População "Rural" ₂ / famílias
<u>ÁREA AGROPASTORIL EXTRATIVISTA</u>	<u>MA,PI</u>	-	-	-	<u>278.500</u>	<u>535.191</u>
Baixada Ocidental Maranhense	MA	30	102	C1	24.470	66.116
São Luís	MA	31	103	B2	1.637	17.508
Baixada Oriental Maranhense	MA	32	104	C2	10.758	14.150
Baixo Parnaíba Maranhense	MA	33	105	C2	14.251	30.570
Pindaré	MA	34	106	C1	33.362	50.552
Mearim	MA	35	107	C1	10.323	56.866
Itapecuru	MA	36	108	C1	30.374	69.181
Alto Munim	MA	37	109	C1	9.593	20.056
Imperatriz	MA	38	110	C1	30.395	24.182
Médio Mearim	MA	40	112	C1	6.688	25.996
Alto Itapecuru	MA	41	113	C2	7.821	10.696
Pastos Bons	MA	44	116	C1	19.334	15.322
Baixo Parnaíba Piauiense	PI	45	121	C1	8.922	25.163
Tempo Maior	PI	46	122	C1	35.359	44.906
Terresina	PI	47	123	B2	10.779	35.865
Médio Parnaíba Piauiense	PI	48	124	C1	7.716	15.030
Valença do Piauí	PI	49	125	C1	13.718	13.032

REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO OS SISTEMAS DE ATIVIDADES E DE USO DE RECURSOS

Regiões e Microrregiões	ESTADO	Nº de Código da F I B G E	Nº de Código do I N C R A	Zona Típica dos Módulos ^{1/}	Superfície km ²	População "Rural" ^{2/} famílias
<u>ÁREAS DE BAIXA OCUPAÇÃO DO SOLO</u>	<u>MA,PI,BA</u>				<u>422.392</u>	<u>159.126</u>
Gurupi	MA	29	101	C2	27.403	8.594
Altos Mearim e Grajaú	MA	39	111	C1	33.428	15.835
Chapadas do Sul Maranhense	MA	42	114	C1	47.017	12.810
Baixo Balsas	MA	43	115	C2	14.762	5.677
Floriano	PI	50	126	C1	29.730	14.444
Alto Parnaíba Piauiense	PI	52	128	C2	26.534	3.551
Médio Gurgueia	PI	53	129	C2	16.388	4.231
Altos Piauí e Canindé	PI	54	130	C1	51.838	25.900
Chapadas do Extremo Sul Piauiense	PI	55	131	C2	27.743	9.404
Chapadões do Alto Rio Grande	BA	131	301	B3	72.676	24.075
Baixo-Médio São Francisco	BA	133	303	C1	74.873	34.605
TOTAL DO NORDESTE					1.646.736	3.762.327

1/ Ver Anexo

2/ "Número de famílias cujo chefe se dedica principalmente a agropecuária" em 1970, segundo listagem da FIBGE

A N E X O I ICLASSES DE CAPACIDADE DE USO DAS
TERRAS DO NORDESTE
DESCRIÇÃO SUMÁRIACLASSE I

Terras cultiváveis permanente e seguramente, com produção elevada a média, sem prática ou medidas especiais. Não foi constatada a ocorrência de nenhuma área capaz de enquadramento nesta categoria.

CLASSE II

Solos semelhantes aos da Classe I, tendo porém a limitação de se situarem em regiões de pluviometria' irregular. Algumas áreas apresentam limitação de fertilidade e impedimento à mecanização. Prestam-se para cultivos íntensivos.

CLASSE III

Solos com boa capacidade de utilização, apresentando limitações maiores que a classe anterior ao uso em agricultura. A limitação mais frequente é a carencia d'água na estação seca do ano, já que grande parte destas terras se localiza em regiões semi-áridas. O impedimento à mecanização se dá nos solos aluvionais e nos Vertisolos. As limitações de fertilidade e de topografia acidentada são também muito frequentes.

São solos na sua maior parte de boa profundidade, permeáveis e que se prestam à produção de culturas temporárias. Nas áreas onde as restrições são maiores podem ser utilizadas com culturas permanente e pecu

area mais intensiva.

Encontram-se também nas serras úmidas, a oeste do São Francisco e na Chapada Diamantina.

CLASSE IV

Na maioria são áreas onde a pluviometria não é crítica - zonas costeiras, Maranhão, oeste do São Francisco, embora sejam também encontradas em outras áreas.

São solos de fertilidade média, em geral, na maioria profundos, exceto Vertisol e Bruno Não Cálcico. A maior limitação reside na topografia acidentada.

Podem ser cultivadas com culturas permanentes e com pastagens. Apresentam restrições para culturas temporárias.

CLASSE V

Esta categoria abrange uma grande variedade de tipos de solos.

Nas áreas com vegetação de cerrados, no Maranhão, na zona costeira ou sub-costeira, a oeste de São Francisco e no sertão. Trata-se de terras cuja principal limitação é a profundidade ou a drenagem difícil e se prestam para a cultura do arroz, fruticultura e pastagens.

Terras arenosas no litoral, de baixa fertilidade e pouca retenção d'água são aproveitáveis para as culturas do caju, coco ou pastagens.

Áreas com limitações de topografia ou profundidade dos solos, disseminadas no sertão, nas serras, no litoral, a oeste do São Francisco, nos cerrados, prestam-se à pecuária e à fruticultura.

CLASSE VI

São áreas cujas limitações às culturas permanentes ou às pastagens já são maiores em relação a ca

tegoria anterior, devido principalmente a declividade e profundidade dos perfis.

Situam-se no sertão, nas serras e no litoral, sobretudo.

CLASSE VII

São solos, com severas limitações às culturas permanentes e às pastagens, devido às condições de topografia, profundidade, retenção d'água. Situam-se nos cerrados, no sertão, a oeste do São Francisco.

CLASSE VIII

Solos inaptos a atividade agropecuária, situando-se nas áreas sub-litorâneas ou sob influência das marés, de caráter halomórfico, salinos.

FONTE: Jurandir Gondim REIS e Manoel Ferreira dos SANTOS. Nordeste - Capacidade de uso das Terras - 1ª. aproximação. Recife, SUDENE/1974

A N E X O III

TAXIONOMIA DOS IMÓVEIS RURAIS
SEGUNDO O ESTATUTO DA TERRA

O Estatuto da Terra (Lei 4504, de 30/11/1964) define, em seu art. 4º, o Imóvel Rural como o " pré dio rústico, da área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada".

As várias categorias de imóvel rural são definidas em função do Módulo Rural cuja área corresponde à da propriedade familiar.

A Propriedade Familiar, por sua vez, é definida como o "imóvel rural que direta e pessoalmente é explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros".

Com base nesses elementos podem ser definidos:

Minifúndio: o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar;

- Empresa Rural: o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente

imóvel rural com área de 1 até a dimensão em lei de, no máximo, 600 vezes o módulo rural regional;

- Latifúndio por exploração: o imóvel com área na mesma faixa da empresa rural porém mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou que seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural.
- Latifúndio por dimensão: o imóvel rural que independentemente de forma como é explorado excede a dimensão fixada em lei de, no máximo, 600 vezes o módulo rural regional.

O módulo rural regional varia, segundo as microrregiões, de acordo com a Instrução Especial INCRA 14/78, em função dos tipos de exploração mostrados na tabela anexa. A zona típica referente a cada uma das microrregiões do Nordeste está assinalada no Anexo I.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A. L. Ozorio de ALMEIDA. Parceria e tamanho da família no Nordeste brasileiro. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 7(2), Ago, 1977
- Tânia Bacelar de ARAÚJO. La division interrégionale du travail au Brésil et l'exemple du Nord-Est. Paris, 1979, mimeo. (tese de doutoramento).
- Kenneth J. ARROW, Toward a theory of price adjustment. IN: M. ABRAMOVITZ and others. The Allocation of economic resources. Stanford, Stanford Univ. Press, 1959
- Amilcar Moreira de AZEVEDO et alii. L'économie agricole de la zona semi-áride du Nord-Est brésilien. Université de Montpellier, novembro 1976 (mimeo).
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. Perspectivas de desenvolvimento do Nordeste até 1980 - Perspectivas da Agricultura. Fortaleza, ETENE, 1971
- BANCO MUNDIAL. 1978 World Bank Atlas. Washington, The World Bank.
- IBDR. Rural development - Sector policy paper. World Bank, 1975
- Roger BASTIDE. Brésil Terre des Contrastes. Paris, Lib. Hachette (trad. Brasileira por Maria Isaura Pereira de QUEIROZ. Brasil terra de contrastes. São Paulo, Difusão Européia do livro, 1959).
- Boletim "REFORMA AGRÁRIA. Campinas, Ano IX, nº 6, nov/dez. 1979
- Brasil, Conselho de Desenvolvimento. Grupo de trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. 2. ed., Recife, SUDENE, 1969

- Universidade de BERLIM. Guia para a leitura do capital, Lisboa, Ed. Antidoto, 1978
- Wilson CANO. Raízes da concentração industrial em São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1977, p. 259
- Ricardo CARNEIRO. Transformações recentes da agricultura do Nordeste. Recife, OIMES, s-d (mimeo)
- Horacio Martins de CARVALHO. Planejamento: Realidade ou Utopia (seis paradoxos do planejamento). CPDA/ETAP/FGV, s.d (mimeo.)
- Ana Célia CASTRO e outros. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações. Brasília, BINAGRI, 1979
- Clovis CAVALCANTI. Duas décadas de desenvolvimento discutível. IN: Jornal do Brasil, 27.12.1979
- Uma avaliação das estimativas da renda e produto do Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, 2(2) Dezembro, 1972, p. 381-398
- CEPA.CE. Diagnóstico da agropecuária Cearense. Fortaleza, 1978
- Warren DEAN. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
- Helvécio DORNAS. Dinâmica de ocupação do meio rural do Nordeste Maranhense. Recife, SUDENE. DAA
- A. EMMANUEL. L'échange inégal. Paris, Ed. Fr. Maspéro 1969
- FETAPE. Memorial da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. Recife, 1978 (mimeo.)
- Gilberto FREYRE. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. I. Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 18. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1977

- Celso FURTADO. Formação econômica do Brasil. 16. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1979.
- Fundação IBGE. Anuário estatístico do Brasil, 1939/1940. Pesquisa nacional por amostra de domicílios-1976 região V, Rio de Janeiro, 1976, v.1 t.5
- IPEA. Política Agrícola - Fase I, Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste. Recife, SCET SIRAC, 1975
- Albert O. HIRSCHMAN. A generalized linkage approach to development, with special reference to staples, "in Economic Development and Cultural Change, v.25, suplement, 1977.
- "Brazil's Northeast", Journeys Toward Progress, N. York, Doubleday, 1965
- Maria do Socorro de Barros KELLY et alii. Força de trabalho e emprego no Nordeste, 1968 - 1972, SUDENE/DRH, 1987
- Gary P. KUTCHER e pasquale L. SCANDIZZO. Modelo para simulações do comportamento da agricultura do Nordeste. Recife, SUDENE/BIRD, 1977
- W. Arthur LEWIS. Economic Development with Unlimited Supplies of Labor, in A. N. Agarwala e S.P. Singh(eds) The Economics of Underdevelopment. New York, Oxford University Press, 1963
- José Sérgio Leite LOPES. O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.162
- Karl MARX. Le Capital. Paris, Ed. La Pléiade, 1965, 2v.
- Robert S. MCNAMARA. An Address on the population problem, Cambridge, Massachusetts, 1977
- El Desarrollo Y la carrera de armamentos. Chicago . Universidade de Chicago, 1979

- João Manoel Cardoso de MELO. O capitalismo tardio: Contribuição à revisão crítica e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, UNICAMP (tese de doutorado), 1975
- Mário Lacerda de MELO. Regionalização agrária do Nordeste. Recife, UFPE/SUDENE, 1978
- Djacir MENESES. O outro nordeste; ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da "civilização de couro" e suas implicações históricas... 2. ed., Rio de Janeiro, Artenova, 1970
- Hélio Augusto de MOURA, Carmem Suzana da Cunha HOLDER e Aídil SAMPAIO. Nordeste: Migrações Inter e Intra-Regionais no período de 1960/1970. Recife, SUDENE/DRH/DM, 1975
- Francisco de OLIVEIRA. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
- Francisco de OLIVEIRA e H.-P. REICHSTUL. Mudanças na divisão interregional de trabalho no Brasil. IN: Estudos CE BRAP, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, 1973
- Ruy Miller PAIVA. O problema da pobreza na agricultura. Revista de Economia Rural. Brasília, 16(3): 31-45, jul/set. 1978
- George PATRICK. Desenvolvimento agrícola do Nordeste. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972
- Dirceu PESSOA. O Estatuto da Terra - uma avaliação. Boletim de Agricultura, Recife, 3(1), jan/jun. 1979
- PROJETO OREGON STATE UNIVERSITY/EMBRAPA/USAID. Custos Comparativos de diferentes métodos... para o pequeno agricultor em Pernambuco, Brasil, Recife, 1975
- Osmundo E. REBOUÇAS et alii. Desenvolvimento do nordeste: Diagnóstico e sugestões de políticas - relatório síntese. Revista Economica do Nordeste. Fortaleza, 10(2) 200, abril/junho 1979.

Jurandir Gondim REIS e Manoel Ferreira dos SANTOS. Nordeste - capacidade de uso das terras - 1ª- aproximação. Recife, SUDENE, 1974

Alfred SAUVY. Théorie générale de la population; économie et population. Paris, Presses Universitaires de France, 1956, V.1

——— Théorie générale de la population; biologie sociale. Paris, Presses Universitaires de France, 1959, v.2

SIRAC. Caráter e efeitos da seca nordestina de 1970. Recife, SUDENE, 1973

——— Estudo da rentabilidade dos estabelecimentos agropecuários e das condições de arrendamento da terra nos estados de Pernambuco e Ceará. Recife, SIRAC para SUDENE, 1974

SUPLAN/MA - IPEA/SEPLAN. Programa nacional de promoção de pequenos produtores rurais (produtores de baixa renda) - proposta para decisão. Brasília, 1979

Judith TENDLER. Inside foreign aid. The Johns Hopkins Univ. Press, 1975

Christian TOPALOV. Estruturas agrárias brasileiras. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978

Fundação Getúlio VARGAS. Conjuntura econômica. Rio de Janeiro, nº 7, julho/1977

Kostas VERGAPOULOS. Capitalisme difforme; Le cas de l'agriculture dans le capitalisme. IN: S. AMIN e Kostas VERGAPOULOS. La question paysanne et le capitalisme. 2. ed., Paris, Ed. Anthropos - Idep, 1977

Maria de Nazaré Baudel WANDERLEY. Capital e Propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

